

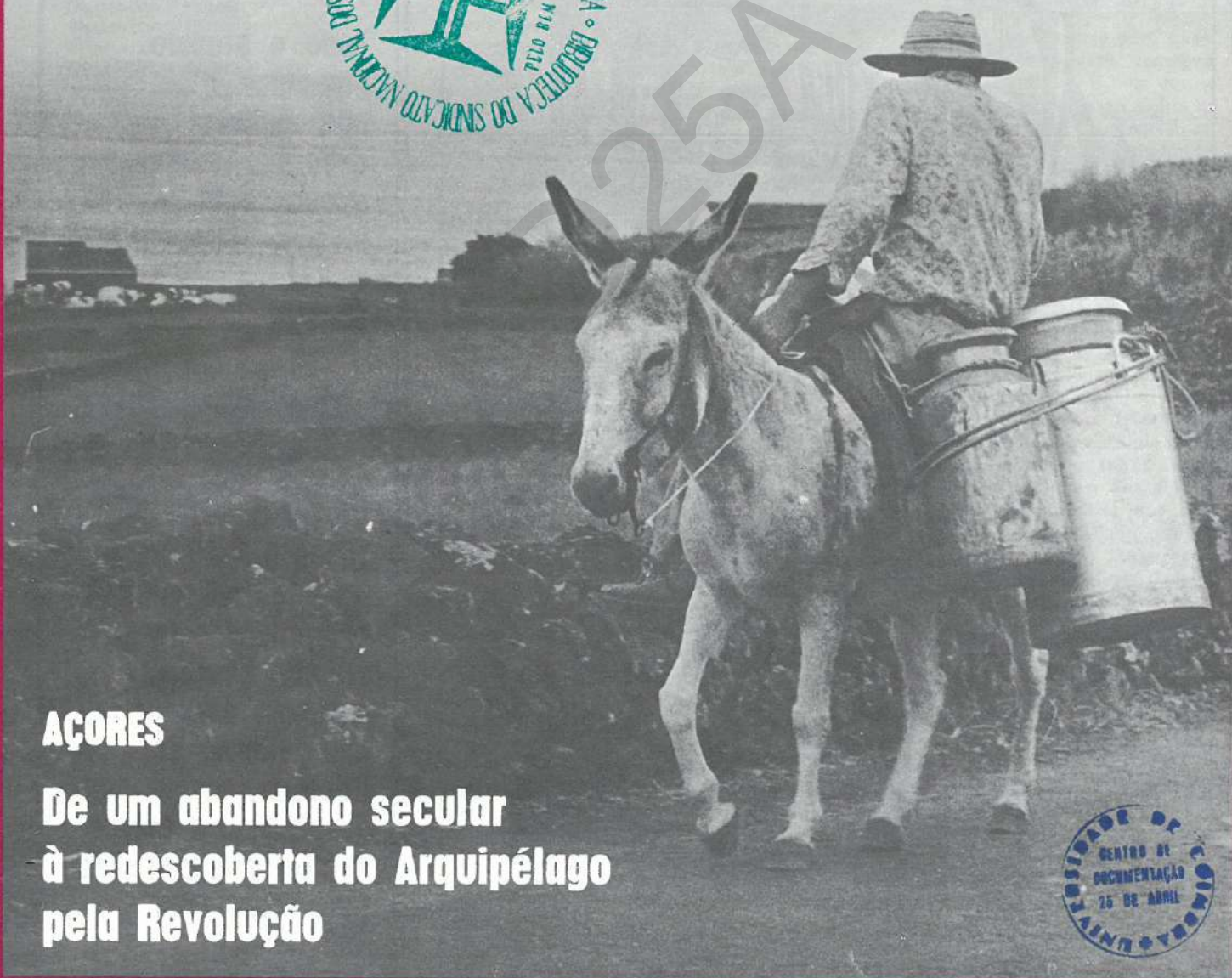
Nº 530

ELSA FIGUEIREDO

REG 201

DA JUNTA NACIONAL DO VINHO
A INTERVENÇÃO
Ver pág. 29

CORREIO do



AÇORES

De um abandono secular
à redescoberta do Arquipélago
pela Revolução



NORMAS DE HIGIENE

DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS ALIMENTARES



Todo o produto alimentar não embalado, deve ser manuseado apenas com garfos, pinças, colheres, etc.



Todos os produtos alimentares comprados pelo cliente, são de consumo obrigatório, não podendo ser trocados, ou devolvidos, a menos que estejam protegidos por embalagens individuais

Ano 1 * Número 8
30 de Agosto de 1975 * Mensal

Propriedade do
Ministério da Comunicação Social

Redacção e administração
Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa

Chefe de redacção
António Tavares-Teles

Redacção
Francisco Teixeira de Mota
António Baptista da Silva

Colaboração
Maria de Lurdes Pires Neves
Gina de Freitas
José Guimarães
Diamantino Trindade
Blasco Hugo Fernandes
Alberto Ferreira
Filipe Rocha da Silva
Manuel Tainha

Reportagem fotográfica
Eurico Chalbert
Alberto Gouveia
António Costa Matos

Paginação
Luís Osório
Abreu Lima

Pesquisa
Ethel Silva

Secretária
Maria do Rosário Valdívia

Composição e impressão
Anuário Comercial de Portugal

SUMÁRIO

- 1 — Correio do Povo
- 4 — Reportagem
- 13 — Informação
- 20 — Poesia
- 21 — Pintura
- 23 — Economia
- 25 — Saúde
- 26 — Agronomia
- 27 — História
- 29 — Entrevista

DESTACÁVEL: *Chegou o carvoeiro,*
um conto de Romeu Correia

CAPA: *Lavrador Açoreano,* foto de
António Costa Mota

40 000 ex.: DISTRIBUIÇÃO GRÁTIS

Nem tanto ao mar... Nem tanto à terra

Ao lermos a reportagem publicada no *Correio do Povo* n.º 5, de 20 de Maio findo, no respeitante à freguesia de Valverde — Mogadouro, não podemos deixar de fazer certos reparos, até porque conhecemos bem a freguesia e esta não merece que seja tratada ignorando alguma coisa de bom. De há muito a esta parte que não se vai à vila a pé e muito raro de cavalo e burro, até porque é raro o dia que não vão 2 e 3 táxis a Valverde e carros particulares e outros dias muitos mais e além do autocarro de terças e sextas, nos dias 2 e 16 de cada mês vai o autocarro também àquela freguesia as vezes que o pessoal o justifica, e que nos conste não deve acabar tal carreira, uma vez que será das poucas que dá lucro à empresa. Foi pena, na verdade, que o MFA não tivesse avisado que não iria fazer a sessão e uma vez que o repórter desejava assistir, tomaria conhecimento de todas as carências da freguesia e faria uma reportagem de harmonia com o que a população dissesse, pois é necessário ouvir tudo e todos. A cultura do trigo também poderia ser apontada, pois não é tão escassa que não mereça menção, embora não chegue a compensar todo o trabalho e despesa do lavrador. O riacho da foto 4 é na verdade o espelho sanitário que o Governo continua a oferecer a Valverde, pois desde 1968 que se anda atrás da aprovação de um projecto para a cobertura desse riacho e parece não mais aparecer aprovado ou concluído. Esclarece-se que a obra é a cargo da hidráulica do Douro. E está uma freguesia sujeita a tanta burocracia e condenada às consequências de tanta sujidade! Ainda por cima, esse riacho vai infiltrar-se na fonte pública situada por baixo da cabine eléctrica que abastece a povoação com um marco fontanário atrás da Igreja, e que parece ter passado despercebido ao repórter. Na época das chuvas, essa água fica turva e assim tem que ser consumida, isso também merece que se saiba. Quanto ao que Valverde tem de bom, pois poderia ter-se apontado tudo e com mais veracidade: frigoríficos são cerca de doze; a luz não é rara na região, pois até é das regiões que mais produz e a que mais cara a paga. As 28 freguesias do concelho estão electrificadas, algumas anexas também e outras dentro em breve verão chegar o seu dia, assim o Governo participe. Os jornais também chegam e não muito tarde, até há em Valverde quem assine jornal diário e se mais não chegam é porque não se desejam. A fonte da foto 5 não é a única que existe, pois já fizemos referência à fonte que abastece a maioria da população, e até na altura do

funcionamento do lagar de azeite que lhe fica a Norte, pertença do sr. prof. António Pires, a água fica completamente imprópria seja para que fim for, devido à infiltração do alpechim. Há ainda uma pequena fonte particular que se torna pública devido à escassez de água. É necessário que se saiba que desde 1959 se anda à roda da captação da água e não se sabe o que ali anda a emperrar que nem o 25 de Abril consegue demover e toda a água das fontes, captação incluída, foi considerada imprópria para consumo, mas continua-se a beber. E que tem feito o Governo por todos os de Valverde? Enquanto os privilegiados têm água a jorros em piscinas e água quente, aqui nem para beber. Qual será mais Portugal? Casas como a da foto 6 há muito poucas, pois essa nem habitada está. A verdade se diga que há umas 3 ou 4 bem piores, sem varanda, térreas e uma delas a dois passos do fatídico riacho que bem poderiam figurar no lugar daquela. Mas qual a razão porque não se publicou uma das mais modernas e que o repórter fotografou? Seria um justo prémio para quem tanto tem trabalhado para conseguir uma habitação condigna. É bom que se saiba que casas construídas há menos de 5 anos e estilo condigno, são umas doze; construídas, ampliadas e melhoradas há mais de cinco anos, outras doze; mais antigas mas habitáveis umas trinta. Então aquele bairro logo à entrada, do lado esquerdo! É tudo fruto de muito trabalho. Então o repórter que percorreu e fotografou, não dá sinal destas à entrada, em frente à Igreja, a meio da povoação e em frente à fonte da reportagem? Que se trabalha de sol a sol, é uma verdade, mas cada um para si. Quem anda à jeira trabalha o tempo regulamentar de 8 horas a 130\$00 por dia com tendência a subir e os que vão à jeira a lavar com muares, talvez nem 6 horas trabalhem e ganham uns 450\$00 por dia. Não se pode dizer que seja muito mas o agricultor, dado que os produtos não compensam, sente bem. Pena é que os trabalhadores não tenham trabalho garantido por todo ano e os produtos não compensem, pois algumas vezes o trabalho do dia é superior à produção. Mas de uma maneira geral todos colhem pão, batatas e azeite para consumo próprio e se lhes fossem dadas facilidades e não dificuldades, a produção aumentaria. E que tem feito o Governo pela lavoura do Nordeste?

Atente-se na vida deste lavrador: a amêndoa está em casa; o trigo, no ano corrente não dá para a despesa; as uvas que foram para a Cooperativa, ainda por lá anda o dinheiro; o azeite vendido está por pagar. Como se pode viver? O pessoal de jorna muitas vezes aguarda dias e dias o pagamento. A terra em si é pequena mas gente trabalhadeira e cada



um tenta safar-se como pode. Tractores agrícolas há uns onze; 2 debulhadoras; 3 ceifeiras; 1 ceifeira-debulhadora e enfar-damento; 1 moagem; 5 lagares de azeite, dois deles numa anexa. Será justo que se diga, nunca saiu daqui, a quem, pelo menos, já foi de automóvel a Fátima? Não se admire o repórter que tivesse ouvido que ainda estão piores que antes do 25 de Abril! Que governo como o que estava não vem outro, também se ouve, uns por verem que a autoridade cacica se escapa, outros por verem que a vida aumenta e ainda nada viram em seu benefício. Não devia ser feita só uma visita à povoação mas ir até às encostas do Sabor e presenciar o que o braço do homem foi capaz de fazer e as máquinas não entram. Vale a pena e aqui fica o convite, que eu os acompanharei. Valverde chegou a uma vida com algum progresso, mas com duro trabalho e suor e sem qualquer auxílio do Governo. Este deu estrada, luz e algum calcetamento. Pensem o que quiserem aqueles a quem não agrade este esclarecimento. Sou pela revolução e há que dinamizar esta gente, mas os caciques continuam a ter alguns na mão... Eles não gostam de ouvir falar em socialismo e por lhes terem sido ditas algumas verdades, mostram-se indiferentes. Muito havia a dizer, mas noutra oportunidade; lutarei para que ali acabe a exploração do homem pelo homem; não há falta de trabalho, assim os produtos compensem. Venham de novo e vejam e ouçam tudo.

António José Salgado Rodrigues
Mogadouro

Aqui fica publicada a sua carta, que parece não entender exactamente o ponto de vista do Correio do Povo, que não é dizer só o que está mal e ocultar o que de bom possa ter sido realizado mas sim transmitir os problemas que nos forem levantados, ou por nós observados, às autoridades governamentais competentes, no sentido de colher respostas que esclareçam os nossos leitores. Comprovar que não há nenhum problema numa aldeia significaria, para nós, que essa aldeia não precisa da nossa colaboração, enquanto tantas outras precisam. O senhor mesmo acaba por levantar, na grande maioria da sua carta, os mesmos problemas que nós relevamos em Valverde.

O LUTÃO TAMBÉM É POVO

Este lugar de Lutão da freguesia de Martinlongo e da serra do Algarve, tem este monte à volta de 30 fogos tudo famílias muito pobres que o sítio é também bastante pobre. Eu digo o seguinte: antes do 25 de Abril de 74, nada foi feito em auxílio desta gente, dizia o presidente da junta de freguesia

e também o presidente da câmara municipal que esta gente era comunista, ora agora depois do 25 de Abril não sei o que somos que nada vem em benefício desta gente. As Forças Armadas que têm andado a arranjar caminhos aqui noutros lugares e passam desviado deste lugar 1000 metros e ainda aqui não vieram ver se morava aqui alguém. Ora Lutão também é Povo, também contribui para o bem-estar de toda a gente.

Joaquim Bartolomeu Cavo
Lutão — Martinlongo

Porque não se dirigiu uma comissão eleita pelo povo de Lutão (Comissão de Moradores) às Forças Armadas, que trabalhavam a menos de 1000 metros do Lutão, expondo as vossas necessidades mais urgentes?

O Lutão também é Povo, e ao Povo organizado compete avançar na solução dos seus problemas.

DIRIGIDA AO POVO «OBRIGADA» A NINGUÉM

Venho por este meio dar-lhes a minha opinião sobre a revista, a qual considero de muita utilidade em todos os aspectos, mas que me parece que a sua posição política não condiz nada, com o interesse geral da maioria do povo português.

Esta revista está muito dirigida e obrigada a um partido político... (para bom entendedor, meia palavra basta).

Pedia o favor de na próxima revista me responder com toda a rectidão à seguinte questão: — Porque razão faz a revista, uma tão grande discriminação partidária, no actual contexto político e que todos vivemos e ansiamos por ver resolvido pelo melhor rumo a um verdadeiro socialismo?

Em segundo lugar e a despeito da minha opinião gostaria de continuar a receber a citada revista.

José António Antunes
Almaceda — Castelo Branco

Não há dúvida, e com toda a franqueza o dizemos, de que não somos «bons entendedores». Gostaríamos, pois, que nos precisasse qual o partido a que lhe parece que a revista se «dirige». «Obrigada», contudo, ela não está; a não ser a tudo o que, no nosso conhecimento e entendimento, é verdadeiro.

HABITAÇÃO E CAPITALISMO

A Junta de Freguesia de Murça, interessada na defesa dos verdadeiros

interesses de quem trabalha e querendo resolver um dos grandes problemas existentes, vem expor o seguinte:

Tendo esta freguesia mais de 30% dos agregados familiares sem habitação própria e mais de 60%, embora com casas, mas estas sem condições de serem habitadas, muitos se oferecem voluntariamente para ajudar a debelar esta situação, mas, devido à falta de organização existente, ainda nada foi possível. Fala-se numa comissão de moradores, mas não sabemos qual a força da mesma para resolver problemas como o da expropriação pelo justo valor, pois aqui pede-se tanto pelos terrenos para construção que assusta logo os interessados.

Agradecemos que nos informassem quais as diligências a fazer para proceder à construção de um bairro popular, pois a vila está cercada de propriedades rústicas cujos proprietários não estão interessados em vender ou então pedem valores exorbitantes, os quais só num mundo capitalista são possíveis.

A Junta de Freguesia de Murça

A melhor maneira de resolver o vosso problema será em primeiro lugar fomentar a organização dos moradores da vila de Murça, especialmente dos que estão em piores condições de alojamento, promovendo uma ampla discussão dos problemas existentes e a eleição de uma Comissão de Moradores, que incentive e coordene os trabalhos. A Comissão de Moradores, deverá ser distinta da Junta de Freguesia e afastar de si todo o partidarismo ou burocratismo; os poderes das Comissões de Moradores serão aqueles que elas forem avançando a partir de situações concretas e dentro do espírito do Documento-Guia de Aliança do Povo com as Forças Armadas, que publicámos no último número. A Comissão de Moradores deverá fazer uma exposição pormenorizada dos problemas de habitação e daquilo que pretendem fazer ao Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87, 8.º, Lisboa, que dará todo o apoio na concretização desses mesmos projectos.

AUXÍLIO PARA SEDE

A Comissão e Associação de moradores do Bairro de Santo António fez há dias a escritura de um lote de terreno cedido pela Câmara Municipal de Cascais, para a construção da nossa sede.

Através de pedido feito a todos os moradores do bairro já arranjamós dinheiro para a respectiva legalização do terreno, escritura no notário, publicação no *Diário do Governo* e num jornal local dos respectivos estatutos como é de lei.

Agora falta-nos tudo o resto que é o mais difícil, que é a construção do edifício que tanta falta nos faz para podermos pôr a funcionar a creche que será a principal função bem como centro cultural e educativo etc...

Quanto à mão-de-obra creio que resolveremos o problema a nível de bairro, pois que é um bairro habitado 100% por trabalhadores e estarmos todos animados de boas vontades. Agora o nosso maior problema é a compra do material.

Ramiro António Calhau
Bairro de Santo António — Estoril

A única possibilidade de verba para a compra de material de construção, esgotadas todas as possibilidades dentro do bairro, será através de um pedido feito à Câmara Municipal de Cascais ou junto do Ministério do Equipamento Social, apesar de este não possuir ainda nenhum organismo especializado na concessão de subsídios à construção social.

AÇORES:

O CACIQUISMO É REI E SENHOR

Como já devem saber, os Açores, é um grupo de ilhas, isoladas e abandonadas no meio do Atlântico onde o caciquismo ainda é rei e senhor dos meios de informação, sendo por isso feita uma férrea censura, limitando-se apenas a divulgar as suas ideias reacionárias e capitalistas dos seus partidos.

Por isso agradecia que me enviassem o *Correio do Povo* porque me é neste momento o órgão de comunicação social mais acessível e progressista que me é possível ler, visto que os jornais do continente chegam cá muitíssimo caros.

Manuel Gregório Ataíde
Angra do Heroísmo — Terceira

PEÇO JUSTIÇA

Sou viúva de Luís Veríssimo Cabrita, falecido em 25/12/69.

Meu marido foi admitido ao serviço da firma Júdice Fialho, desta cidade, em 1922 como marítimo (conforme cédula marítima que lhe foi passada pela Capitania do Porto de Portimão com o n.º 4414).

Em 1929, no exercício da sua actividade piscatória (durante o alar das redes do barco) sofreu uma picada na mão por um búzio — «canilha» — vindo a ser internado no hospital desta cidade, onde foi observado por vários médicos (entre eles o Dr. Rosário

Costa, médico da entidade patronal, ainda vivo). Como a infecção fosse grave, transportaram-no para Lisboa onde se manteve durante algum tempo após o que regressou a esta cidade voltando a ser internado para ser operado, do que resultou a amputação do dedo mínimo da mão direita e perda parcial do uso da referida mão e braço do mesmo lado.

Em consequência da sua incapacidade para a faina piscatória, a entidade patronal (que entretanto havia pago todas as despesas resultantes do internamento e operação, pois como não havia seguro, era o patrão que assumia absoluta responsabilidade pelo que sucedesse aos seus servidores), propôs-lhe que fosse ocupar o lugar de guarda-portão numa das fábricas da firma, para onde foi ganhar 8\$00 diário, sendo-lhe atribuído um subsídio de 4\$00 como compensação do sinistro e suas consequências.

Decorridos alguns anos, e como nunca tivesse recebido o prometido subsídio, meu marido reclamou o pagamento da referida importância ao então gerente o ditador-facínora chantagista e ex-graduado da LP e ANP João Baracho (técnico de contas especializado em ludibriar gente humilde e indefesa que empalideciam ao ouvir proferir o nome do canalha, tal o terror que este inspirava aos escravos sob o seu domínio! — felizmente já expulso pelos trabalhadores que durante dezenas de anos tanto sofreram com esse prepotente (nunca Portimão conheceu pessoa tão vil).

Como resposta à sua reclamação obteve a proposta: «olha, esse dinheiro que é teu, ser-te-á pago daqui por uns anos, o que constituirá um precioso mealheiro para a tua velhice...»

Meu marido na sua ignorância (boa-fé) concordou. Em 1967 (após 45 anos de serviço exemplar), meu marido reformava-se por motivos de saúde e, então, foi reclamar o tal «mealheiro... Que aconteceu?

O gerente-chantagista recusou-se ao pagamento e propôs a meu marido que apresentasse o assunto ao Tribunal de Trabalho em Faro (então ao serviço e portecção dos grandes senhores e nunca dos trabalhadores!). Apresentado o assunto ao Tribunal de Trabalho de Faro, aí responderam ao meu marido que o «caso já havia prescrito à face da Lei Agora subsiste apenas a questão moral»...

Foi assim que, após o falecimento do meu marido e não obstante os meus rogos, nunca consegui receber esse dinheiro que a firma ficou devendo a meu marido.

Posteriormente ao 25 de Abril voltei ao escritório da casa Júdice Fialho. Nada. Até quando invoquei o 25 de Abril bateram-me com a porta na cara

dizendo: «Vá para o diabo mais o 25 de Abril!»

Pergunto: A quem me devo dirigir para reclamar o pagamento imediato desse dinheiro? Houve ou não uma Revolução em Portugal? Em caso afirmativo, que tipo de justiça é essa que consente que os fascistas com um sorriso hitleriano mandem para o diabo o 25 de Abril?!... Quem resolve este assunto? A quem de direito peço justiça!

Natália da C. Martins
Portimão

Os trabalhadores ou a comissão de trabalhadores que saneou João Baracho, produto exemplar do sistema capitalista, deve ser a entidade a contactar e a interessar nas suas justas reivindicações.

JUVENTUDE I

Sou um jovem estudante que tenho vivido no meio da opressão e da pobreza com o povo de Cem-Soldos.

A cultura deste povo é pobre. A biblioteca aqui existente não está ao serviço do povo. Tentou-se por intermédio de um jornal de parede dar a cultura que merece este povo, mas por várias ordens, uma delas, um grupo com ideias conservadoras tentaram pôr fim ao jornal e conseguiram.

Neste concelho de Tomar a maioria do Povo não lê e não sabe nada de política, a sua ocupação é o campo. Aqui as pessoas estão subjugadas a outras e não querem saber dos ideais dos jovens e por isto é difícil trabalhar com este povo.

O medo, a corrupção, a pornografia, o fascismo, o dinheiro, a religião alienante, a exploração, a opressão, o caciquismo factores que ainda existem neste concelho. Pois o 25 de Abril ainda não apareceu. Se queremos fazer uma revolução só há uma classe favorecida é a classe operária e não outra. É isto que se passa no nosso país?

Júlio Manuel Lopes Lourão
*Cem-Soldos Madalena
Tomar*

JUVENTUDE II

Somos um grupo de jovens, que nos resolvemos juntar, para podermos ajudar a resolver os problemas que temos na nossa freguesia.

O nosso fim é o seguinte:

1.º — Procurar saber das necessidades mais urgentes das pessoas mais pobres e a viver em piores condições e tentar resolver o que está ao nosso alcance.

2.º — Ajudar a fazer amizade entre todos. Como?

Fazendo reuniões, convívios, conferências, festas, teatros, desportos, enfim animando e dinamizando.

3.º — Ser exemplo para todos. Para os nossos filhos, para os nossos amigos, para os nossos vizinhos, para o nosso país.

Já tornámos realidade alguns dos nossos ideais e só foi pena não termos a colaboração de todo o povo. Pois alguma parte (menos politizada e ainda debaixo do domínio de certos «senhores») não viram com bons olhos a nossa iniciativa. Mas isto não nos fez desanimar, antes pelo contrário, deu-nos mais força para continuarmos com a nossa iniciativa e fazer-lhes crer na Revolução, pois ela foi feita para eles.

Queremos colaborar com artigos para o «Correio do Povo» feitos na nossa aldeia, com o povo, sobre problemas concretos que nos afligem.

Grupo dinamizador de Medrões
Santa Marta de Penaguião

JUVENTUDE III

A Casa da Cultura da Juventude de Santa Vitória surgiu numa altura em que a falta de um centro de cultura e recreio se fazia notar.

Os objectivos a atingir estão bem expressos nos estatutos aprovados em assembleias de jovens e que serão distribuídos a todos os sócios futuramente inscritos.

Depois da cedência da sede pela Junta de Freguesia, um problema se punha: o seu arranjo, visto que as suas salas se encontravam em muito mau estado. Com o dinheiro conseguido em dois peditórios, na festa do ano passado e com os subsídios do FAOJ, departamento do Ministério da Cultura, demos início às obras. Os jovens deram o seu trabalho até onde foi necessário e possível. Depois foi a contratação de um pedreiro e um servente, que actualmente não trabalham na sede, devido à falta actual de fundos.

No entanto, a actividade da CCJ de Santa Vitória não tem sido nula. Cerca de 16 jovens participaram, em provas de atletismo, em Beja, Faro e Vila Real de Santo António no Verão passado.

Fizemos deslocar a Santa Vitória o Circulo Cultural Democrático, de Ferreira do Alentejo, que apresentaram um espectáculo de tal interesse cultural, composto de teatro, música e poesia.

No passado dia 1 de Junho cerca de 60 crianças tiveram o seu dia, o Dia Mundial da Criança, organização da CCJ de Santa Vitória. 10 crianças da nossa terra vão ainda participar numa colónia de férias, em Sagres, no Verão que se aproxima.

Para os jovens, haverá campos de trabalho a realizar também nas próximas férias, em local a designar.

«Voz da Juventude» é o produto de uma actividade nova e para a qual gostaríamos que toda a gente, nova ou velha colaborasse: trata-se do jornalismo. Para o futuro (já com sede) iremos fazer teatro, montaremos uma biblioteca, desenvolveremos a prática do desporto para todos.

(Voz da Juventude)

ESCOLA DE ENFERMAGEM

Agradecia imenso, caso possa ser, a morada ou seja a direcção da Escola de Enfermagem Psiquiátrica em Lisboa.

Maria E. de Moura Pinheiro
Castelo Branco

A morada da Escola de Enfermagem Psiquiátrica de Lisboa é: Rua José Carlos Santos, 7, 1.º LISBOA 5

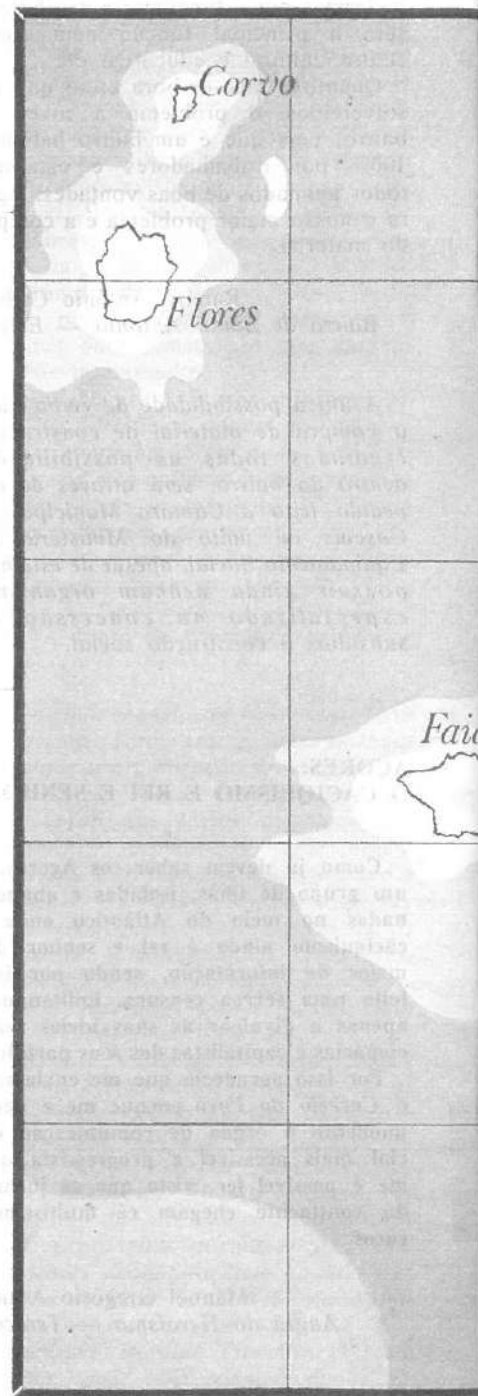
NEM AOS ANIMAIS SE FAZ!

A minha sogra tem oitenta e poucos anos vive numa casa de renda há 53 anos. Casou-se, foi para aquela casa até hoje. Agora essa casa foi vendida, a dona que a vendeu não passou parte nenhuma que tinha vendido a casa. Agora o senhor que comprou a casa quer pôr a velha na rua. Pergunto eu, para onde vai ela viver se ela não tem casa para viver? Não pode ir viver para debaixo duma carvalha. Ela tem uma filha na companhia dela e essa tem 4 crianças. Eu entendo e tenho ouvido que a lei de despejo acabou. A renda anda em dia. Eu já disse ao senhor que comprou a casa para it ter com quem lhe vendeu a casa, essa pessoa, no meu entender, é que tem a dar-lha livre. Não é ele chegar ali e querer pôr na rua à má-cara. Isso nem aos animais se faz, quanto mais a uma velhota com oitenta e poucos anos. Se ela tiver alguma doença por causa da casa quem é o responsável? Ela com aquelas arrelias todas podia até dar-lhe uma trombose. Só em se lembrar que nunca andou com os tarecos na rua enquanto foi nova, agora no fim vida é que está metida nestas andanças. Eu pedia que tomassem medidas sobre este caso o mais depressa possível.

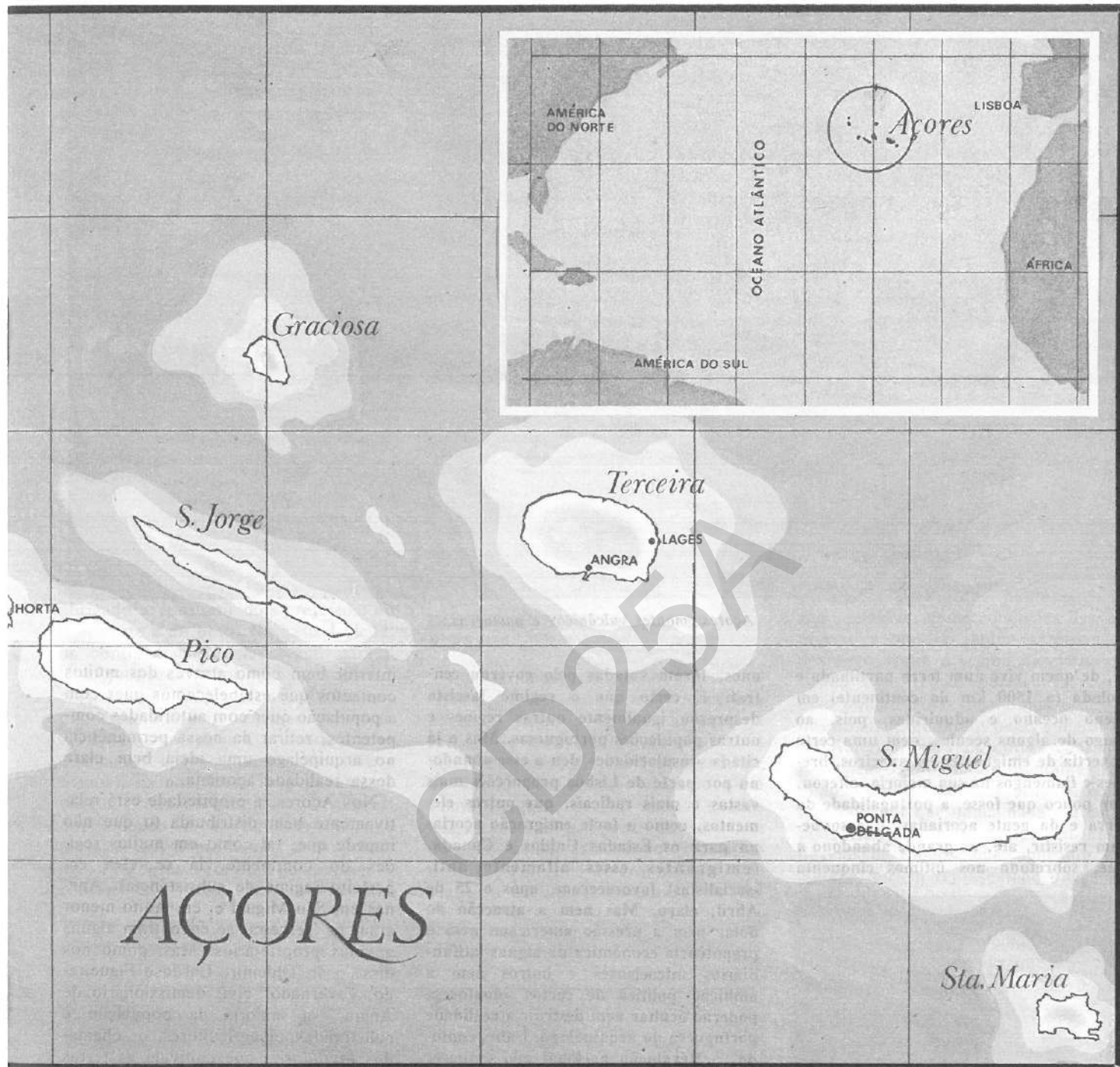
Manuel Ferreira Mateus
Ázere

As acções e execuções de despejo estão suspensas em virtude do decreto-lei n.º 6/75 de Janeiro e do decreto n.º 155/75 de 25 de Março. Deste modo, a sua sogra tem todo o direito de continuar na casa onde vive há 53 anos.

REPORTAGEM



AÇORES



9 ilhas portuguesas que temos de redescobrir

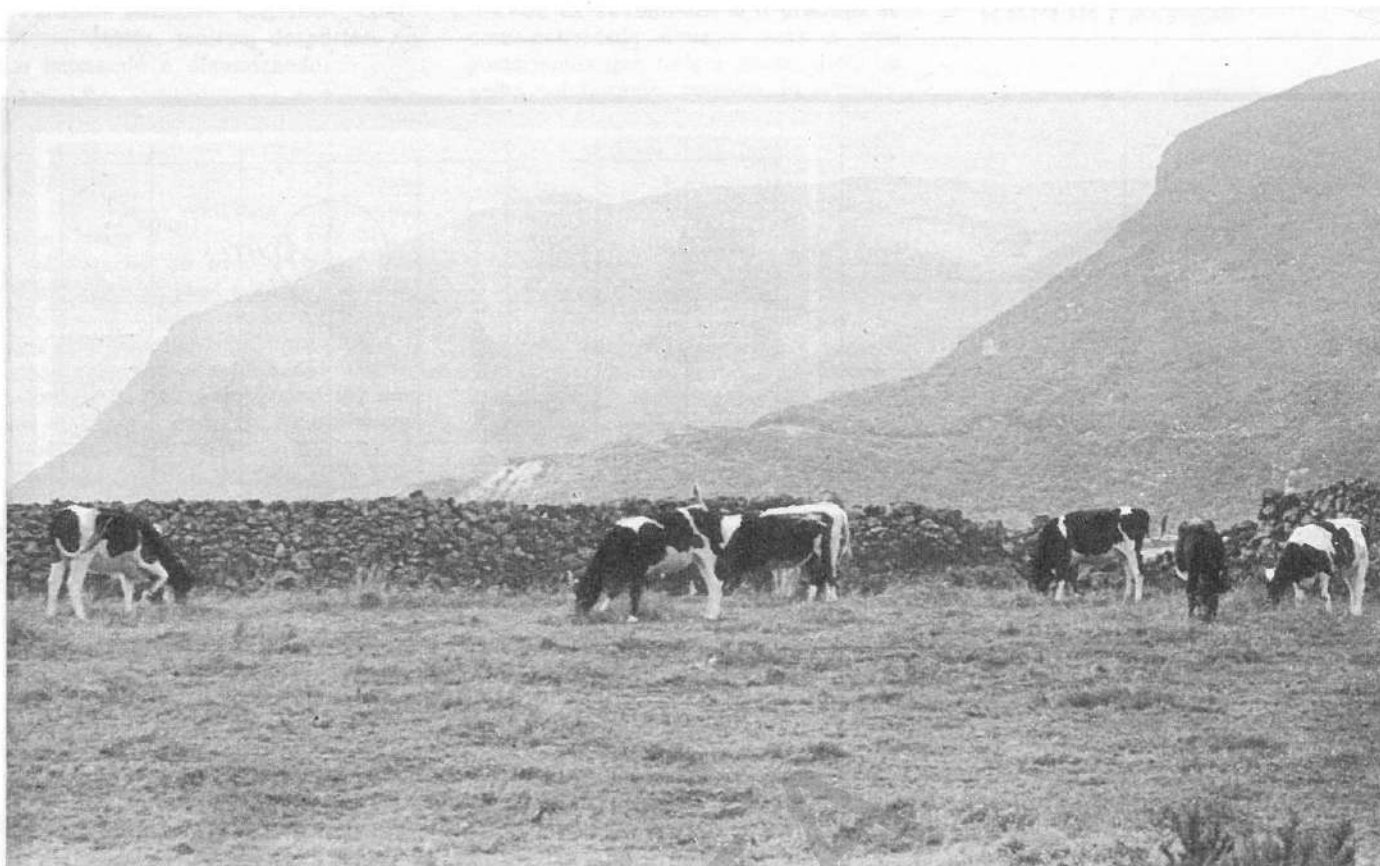
- Açores: arquipélago formado por nove ilhas — Corvo, Flores, Faial, Pico (distrito da Horta); São Jorge, Graciosa, Terceira (distrito de Angra do Heroísmo); São Miguel e Santa Maria (distrito de Ponta Delgada), com 2314 km² de superfície, para uma população de cerca

de 300 000 habitantes. Situado em pleno oceano Atlântico, a quase meio do caminho que separa a Europa da América.

Terra portuguesa desde, presume-se, 1427, com excepção das duas ilhas mais afastadas, Flores e Corvo, descobertas no ano de 1452, apenas.

O povoamento dos Açores iniciou-se por volta de 1439, ano em que começaram a instalar-se nas ilhas migrantes de praticamente todas as províncias do continente, mas sobretudo alentejanos e algarvios, se bem que a presença arquitectónica beiroa, transmontana e, mesmo, minhota seja sensível e, mesmo, importante. Assim, na mesma povoação, na mesma rua, lado a lado, encontrá-mos, excepcionalmente bem cuidadas, aliás, construções, continentais meridionais e nortenhas, do interior ou litorâneas.

À parte um certo número de características «insulares», próprias, justamen-



Açores: montes vulcânicos e pastagens...

te, de quem vive num terra partilhada e isolada (a 1500 km do continente) em pleno oceano e adquiridas, pois, ao longo de alguns séculos, nem uma certa enxertia de emigrantes estrangeiros, bretões e flamengos na sua maioria, alterou, por pouco que fosse, a portugalidade da terra e da gente açorianas, que souberam resistir, até, ao grande abandono a que, sobretudo nos últimos cinquenta

anos, foram votadas pelo governo central. É certo que o regime fascista desprezou igualmente outras regiões e outras populações portuguesas. Mas a já citada «insularidade» deu a esse abandono por parte de Lisboa proporções mais vastas e mais radicais, que outros elementos, como a forte emigração açoriana para os Estados Unidos e Canadá, (emigrantes esses altamente anti-socialistas) favoreceram, após o 25 de Abril, claro. Mas nem a atracção do dólar nem a pressão americana nem a prepotência económica de alguns latifundiários micalenses e outros nem a ambição política de certos «doutores» poderão ocultar nem destruir a realidade portuguesa do arquipélago. Cabe, contudo, à Revolução nacional não esquecer os Açores e seu povo, tão carecente de justiça quanto o continental. De socialismo.

interior bem como através dos muitos contactos que estabelecemos quer com a população quer com autoridades competentes, retirar da nossa permanência no arquipélago uma ideia bem clara dessa realidade açoriana.

Nos Açores, a propriedade está relativamente bem distribuída (o que não impede que, tal como em muitas regiões do continente, lá se viva em perfeito regime de subsistência). Apenas em São Miguel e, em muito menor grau, na Terceira, se encontram alguns grandes proprietários. Mas, como nos disse o dr. Oldemiro Cardoso Figueiredo, governador civil demissionário de Angra, «a maioria da população e constituída por agricultores, os chamados *lavradores*, que cultivam as terras mas que, acima de tudo, criam gado. Gado para carne e gado para leite.»

A produção de leite é a actividade mais importante, agro-pecuariamente falando, dos Açores. «Uma grande parte desse leite», continuou o dr. Oldemiro Figueiredo, «é manipulado, transformado, por exemplo, em leite em pó, para ser exportado. Outra parte é utilizada para fabricar queijo e manteiga, produtos esses que também são exportados. O leite em substância é vendido para o abastecimento local, para Lisboa e, mesmo, para os Americanos, como leite pasteurizado. A agricultura, a produção de cereais é reduzida, pois resulta cara dá imenso traba-



...onde os pequenos «lavradores» vivem e trabalham como há séculos

PRINCIPAIS CULTURAS E CONDIÇÕES DE EXPORTAÇÃO

Estivemos em, apenas, duas ilhas, as principais, de resto:

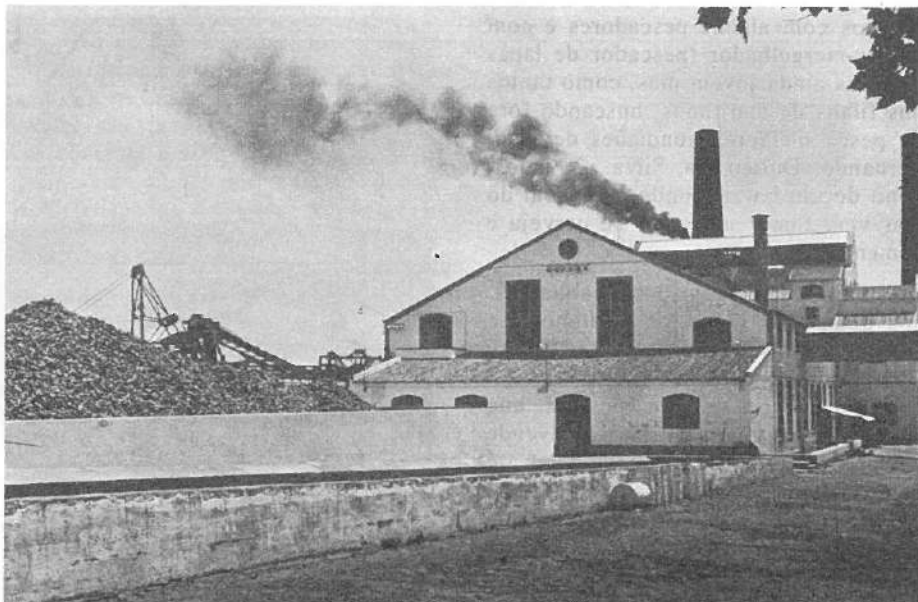
Terceira e São Miguel. A escassez de tempo não nos permitiu alcançar outras nem, claro, percorrer inteiramente as duas visitadas, em toda a extensão da sua realidade. Podemos, no entanto, através das nossas deslocações pelo

lho e a maior parte dos agricultores preferem a criação de gado, que implica menos canseiras. Embora tenham problemas com o transporte, por deficiências dos caminhos para adubar as terras, etc.

No que diz respeito a legumes, vegetais, saladas, cada lavrador produz alguma coisa. Aqui na terra não há o que se possa chamar uma grande miséria. Todos os agricultores, ou quase todos, têm a sua casa. Têm um bocado de terra, os seus animais, o porco, galinhas, e cultivam a batata, os legumes, a fruta, praticamente tudo o que precisam para o consumo doméstico».

O gado bovino, utilizado para o fabrico de leite, é também grande produtor de carne, que os Açorianos consomem localmente (pouca, muito pouca, que é cara) mas que exportam.

As condições dessa exportação, bem como a do leite ou de quaisquer outros dos produtos enviados para o continente, como o ananás, por exemplo, foram sempre extremamente desfavoráveis para os ilhéus: as reses eram enviadas para Lisboa, (sendo o transporte pago pelo lavrador) e pesadas no destino. Sabendo nós que elas perdem um certo número de quilos na viagem, podemos desde já concluir que o exportador era obrigado a consentir dois prejuízos: no transporte e no peso. No caso do leite, os continentais consideravam, para o leite produzido aqui, duas categorias: A, industrial; B, para consumo. No que diz respeito ao leite açoriano, acrescentavam uma categoria C, valendo menos 2 escudos em litro (cerca de 40% a menos), na qual incluíam praticamente toda a produção das ilhas! O ananás, era enviado à consignação! O que permitia aos importadores metropolitanos estabelecerem uma percentagem enorme de frutos estragados e não



A única fábrica de açúcar de beterraba do país, (em Ponta Delgada) que data do início do século

vendidos, operação a que o exportador não tinha o mínimo controlo. Como a este último incumbia pagar o transporte, acontecia-lhe perder dinheiro com tais processos comerciais...

CULTURAS ESPECIALIZADAS E PESCA

Encontrámos, para além disso, em terra açoriana, algumas culturas especializadas, como a do ananás (que já referimos) praticada em estufas; a da beterraba, utilizada fundamentalmente no fabrico do açúcar (visitámos, em Ponta Delgada, a mais antiga, e aliás única, fábrica de açúcar de beterraba do país), açúcar esse que cobre, mais ou menos, o consumo do arquipélago; a do vinho, a do chá, a do tabaco, de boa

qualidade a de madeiras finas, mas não resultando de grande peso na massa de exportações. A balança de pagamentos açoriana, quer dizer, a relação entre as importações e as exportações, é muito deficitária; para o que muito contribuíram, também, essas condições desvantajosas a que já aludimos, prova do desprezo a que o regime fascista condenou essa região portuguesa. Se a essa injustiça acrescentarmos o desvio dos dólares, remetidos pelos emigrantes na América, para os cofres continentais, bem como o dos montantes dos impostos pagos pelos Açorianos, podemos concluir que nunca nada, ou muito pouco, foi feito pelo arquipélago. Esses desvios de fundos, que, aplicados nos Açores, teriam representado uma massa de investimentos susceptível de promover, por si só, o desenvolvimento do arquipélago, dão a medida exacta do colonialismo interno de que a grande maioria dos Portugueses foram vítimas, os Açorianos em primeiro lugar.

Uma outra importante (e colonizada) actividade das ilhas, é a pesca. Pesca artesanal, sobretudo. Traineiras, há três! Da *Tercon*, sociedade de pesca de Angra. Achámos, ao longo das costas escarpadas, cortadas quantas vezes a pique na rocha negra, vulcânica, pequenos portos rudimentares, onde meia-dúzia de botes, armados de um motorzeco, aguardam, nas horas de repouso durante o dia, o fim da tarde e a chegada dos «marítimos», que vão ao mar quando este, frequentemente rabiOSO, o permite.

As condições de trabalho são tão injustas, mesmo mais, que as constatadas no continente. Em São Mateus, pequeno mas o maior porto açoriano, situado a cerca de 5 km de Angra,



Pequenos portos rudimentares talhados na rocha vulcânica e negra

falámos com alguns pescadores e com um ex-mergulhador (pescador de lapas e cracas ainda jovem mas, como tantos dos filhos de marítimos, buscando fora da pesca melhores condições de vida: Fernando Ourico da Silva, 28 anos, dono de um barzito onde o pessoal do mar vem tomar um copo de cerveja e comer um petisco.

— São Mateus tem 3400 habitantes, dos quais uns 320 e tal marítimos, se contarmos os «nabiças».

— Nabiças?

— Os nabiças é um pessoal que compra peixe aos marítimos e o vende por aí e na praça. Mas alguns deles até já se dedicam ao mar. Falta transporte para levar o peixe para o «monte» e o nabiça, assim, não ganha para o frete. Há uns 3, 4 anos, havia aqui uns 300 nabiças. Hoje, tem cento e poucos!

Nas traineiras da *Tercon*, que pescam atum, cada «companheiro» (a companhia são 17 homens), ganha 1000 escudos por mês.

— A *Tercon* compra o peixe a 11 escudos o quilo, ao marítimo. Peixe que vende a 35, 40 escudos. O atum a 5 escudos. E ainda lhe utiliza a cabeça para fazer adubo.

O pescador açoriano não tem horário de trabalho. Vai ao mar mesmo ao sábado e ao domingo, se o tempo o permite. Não tem seguro de vida. E a repartição das soldadas é extremamente injusta para o marítimo: 2 para o barco, 2 para o mestre (que é, normalmente, o dono do barco e que recebe, em consequência, 4), 1 e meia para o contramestre, para o motorista e para o ajudante do motorista e 1 apenas para o companheiro. O mestre continua sendo, em mar açoriano como em mar continental, o senhor feudal!



Cultura do ananás

CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO E SAÚDE

Retomemos a nossa conversa com o governador civil demissionário, dr. OIdemiro Figueiredo:

— O senhor diz que nos Açores não existe uma grande miséria, que cada um colhe um pouco o que precisa e tem uma casa. Mas, em que condições de salubridade se vive nos Açores?

— Quanto a saneamentos, água, esgotos, estamos muito mal. Só raras freguesias têm água encanada, água canalizada para as casas. A maior parte das freguesias não têm esgotos, usam fossas, não têm qualquer escoamento do lixo, o que cria enormes problemas de salubridade e de protestos, por causa do mau cheiro. E os habitantes

dessas freguesias têm de transportar a água de fontanários, situados, por vezes, sem o mínimo exagero, a vários quilómetros. Raras casas possuem os chamados asseios modernos, casas de banho. A casa de banho é um luxo, nos Açores!

A acrescentar a esta quase total ausência de saneamento básico, que define uma extrema incapacidade de prevenção da doença, uma enorme crise médica:

— O que está sendo feito em termos de promoção da saúde?

— Presentemente, há uma profunda crise na assistência médica, sobretudo por falta de médicos. A maioria dos médicos são homens com mais de 50 anos, alguns com mais de 60 e, mesmo, com mais de 70! Ora, esses médicos estão concentrados nas caixas de previdência, em Angra e na Praia da Vitória e no hospital, que é o único que existe na ilha, um hospital bom, aqui em Angra. E a população queixa-se pois, quando quer um médico para ir a casa, nenhum vai. E não vai porque, praticamente, não pode. Eu também sou médico e tenho que reconhecer que é muito difícil aceitar a ideia de ter de gastar uma hora e meia ou duas horas para ver um só doente, quando, durante esse tempo, poderíamos ver oito, dez, doze doentes. Não podemos, desse modo, beneficiar um no detrimento de tantos. Seria preferível termos um bom serviço de ambulâncias, termos o 115. Hoje a medicina não se resolve em casa, isso é verdade, se é uma angina, está certo, mas se é uma coisa grave o doente tem de ser transportado para o hospital e lá ou é internado ou se lhe faz uma consulta de rotina, mas com os exames todos necessários, radiografias, análises, etc. Nas caixas, as consultas



Cultura do tabaco

são muito rápidas e, por vezes, deficientes, pois os médicos têm, por vezes, três e quatro períodos e, sabe muito bem, ao fim desse tempo, o médico já não está a ver o doente, é o doente que está a ver o médico...

— Qual a proporção de médicos por habitante, aqui?

— Eu não posso dar-lhe o número exacto mas não pode deixar de andar à volta de 1 médico para 4000 habitantes. E isso, aqui na Terceira. Em São Jorge e na Graciosa tem um único médico, muito competente e trabalhador, que quer, aliás, sair de lá para fazer uma especialidade. Em São Jorge, também só tem um médico, que quer, igualmente, sair de lá. Se não vierem para cá os médicos policlínicos que me foram prometidos pela Secretaria de Estado da Saúde, essas ilhas ficam sem médico. E mesmo esta ilha precisa de muitos mais médicos porque, por exemplo, na caixa de previdência da Praia da Vitória, tenho um único médico.

Fernando Ourico da Silva, o ex-mergulhador de São Mateus, bem como todas as pessoas com quem falamos, confirmou-nos este grande problema açoriano, que é o da saúde, preventiva ou curativa:

— Na Casa do Povo, é preciso marcar hoje uma consulta para termos um médico daqui a 3 meses...»

DESEMPREGO, EMIGRAÇÃO IMPERIALISMO AMERICANO E SOCIALISMO PORTUGUÊS

Regime de subsistência, carência de assistência médica, importava tratarmos uma outra doença: o desemprego. O dr. Oldemiro Figueiredo elucidou-nos:

— Há uma certa crise de desemprego, principalmente empregados de escritório. A maior parte dos desempregados são jovens, indivíduos que se inscreveram no desemprego pela primeira vez, nunca trabalharam. Muitos deles chegados do Ultramar, da guerra colonial. Quanto a trabalhadores indiferenciados, como há muitos, existe uma crise muito grande. Nós temos aqui cerca de 1300 desempregados (inscritos, claro), de momento.

— Para uma população de?

— Cerca de 55 000 habitantes.

— No distrito?

— Não, na ilha. No distrito de Angra, setenta e tal mil. Mas isso é uma coisa que flutua, porque a emigração é uma coisa tremenda. São Jorge, em muito poucos anos, perdeu 5000 habitantes. A Graciosa, muitas centenas. E na Terceira, já vamos, nesta altura do ano, com 1500 passaportes.

— Essa emigração continua a orientar-se sobretudo para os Estados Unidos?

— Estados Unidos e Canadá.

Uma corrente migratória que dura desde há muito. Basta atentarmos nestes números: os Açores contam, hoje, uma população de cerca de 300 000 habitantes, enquanto que nos Estados Unidos vivem 700 000 Açorianos! Não se encontra, em todo o arquipélago, um grupo, mesmo o mais ínfimo, o familiar, que não dependa de algum modo do auxílio financeiro vinda da América. A atracção do continente americano e o medo de quebrar esse elo, de perder esse ponto de fuga e o benefício que daí resulta, emprestaram à frequentemente justa reivindicação açoriana uma tonalidade diferenciada da do transmontanos ou alentejano, por exemplo, que não encontram na França ou na Alemanha ou na Bélgica, para onde emigram,



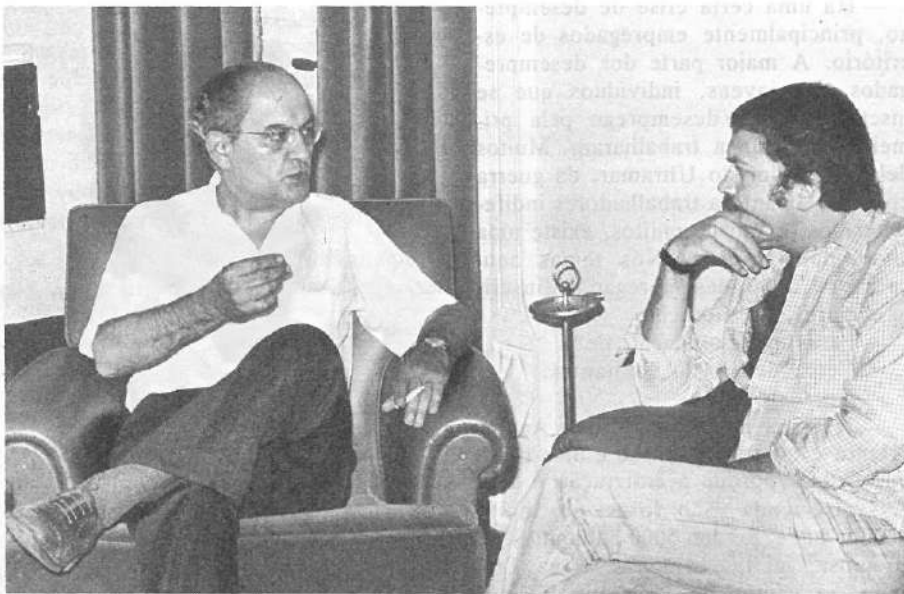
Fernando Ourico da Silva: «É preciso marcar hoje uma consulta para ter médico daqui a três meses»

nem o mesmo poder económico nem uma potência tão poderosa que lance sobre a sua terra, como a americana lança sobre os Açores, a garra imperialista que pretende anexar o arquipélago. Porque essas ilhas perdidas no Atlântico que, no século XV, os marinheiros portugueses descobriram e os Alentejanos, Algarvios, Minhotos, Transmontanos povoaram, têm hoje um valor estratégico que os Americanos pretendem conservar para si, eles que já usufruem da base das Lajes, na Terceira, sem sequer pagar o aluguer correspondente. Presente do rico Salazar (e Caetano) aos pobrezinhos Estadunidenses...

O problema da independência dos Açores, de que se fala tanto, sobretudo nas ilhas, não tem como origem, apenas a presença, o apoio e a ambição americana. Outros factores explicam esse desejo, subitamente reacendido em alguns ilhéus de tornar-se independentes do continente. Os privilégios que até ao 25 de Abril esses alguns ilhéus — todos senhores feudais ou políticos, ou ambas as coisas — gozaram desmesuradamente, e que não querem, de modo algum, perder, aliados a todos esses elementos que já citámos: propriedade relativamente bem distribuída, o que provoca a ausência de um proletariado forte e reivindicativo; dependência financeira das remessas dos emigrantes «americanos»; segregação ressentida pelos Açorianos como um desprezo dos continentais e traduzida, muitas vezes, numa agressividade latente e natural analfabetismo elevado e enorme despolitização, ajudam a compreender a adesão, quantas vezes irresponsável, que certas camadas da população manifestam à ideia independentista. E a cartada que se



Secagem das folhas do tabaco



O governador-civil demissionário, dr. Oldemiro Figueiredo, falando ao «Correio do Povo»

joga no aquipélago açoriano é, efectivamente, entre o imperialismo americano e o socialismo: porque, a independência dos Açores significaria a entrega das ilhas aos grandes latifundiários e senhores políticos, que as entregariam aos Americanos; e a manutenção dos Açores na nação portuguesa significa a sua integração numa sociedade socialista, que procuramos construir.

DESPOLITIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

Mas, o que representou o 25 de Abril para os ilhéus e o que foi feito pelas ilhas após a queda do fascismo? O que se alterou, na vida dos Açorianos?

O dr. Oldemiro Figueiredo, uma vez mais, responde:

— O lavrador, o agricultor açoriano é um homem apolítico, não tem qualquer interesse político. A maior parte das vezes nem sequer quer ouvir falar nisso. É individualista, tem o seu bocadito de terra, as suas vacas, os seus animais, a sua labuta. Tem aceite com alguma dificuldade a formação de um Liga de pequenos e médios agricultores, com a criação dos devidos núcleos; está aderindo, em princípio, à formação do sindicato dos trabalhadores rurais mas não fala em socialismo. Fala em associações que possam defendê-lo, melhorar a sua produção ou as suas condições de trabalho e de vida. Diz: «A minha política é o meu trabalho!» Mas trabalha muito, coitado! Dez, doze, catorze horas por dia, é uma coisa louca!

— Mas, entende que as medidas que já foram tomadas, no que diz respeito à venda da carne na exportação, ao

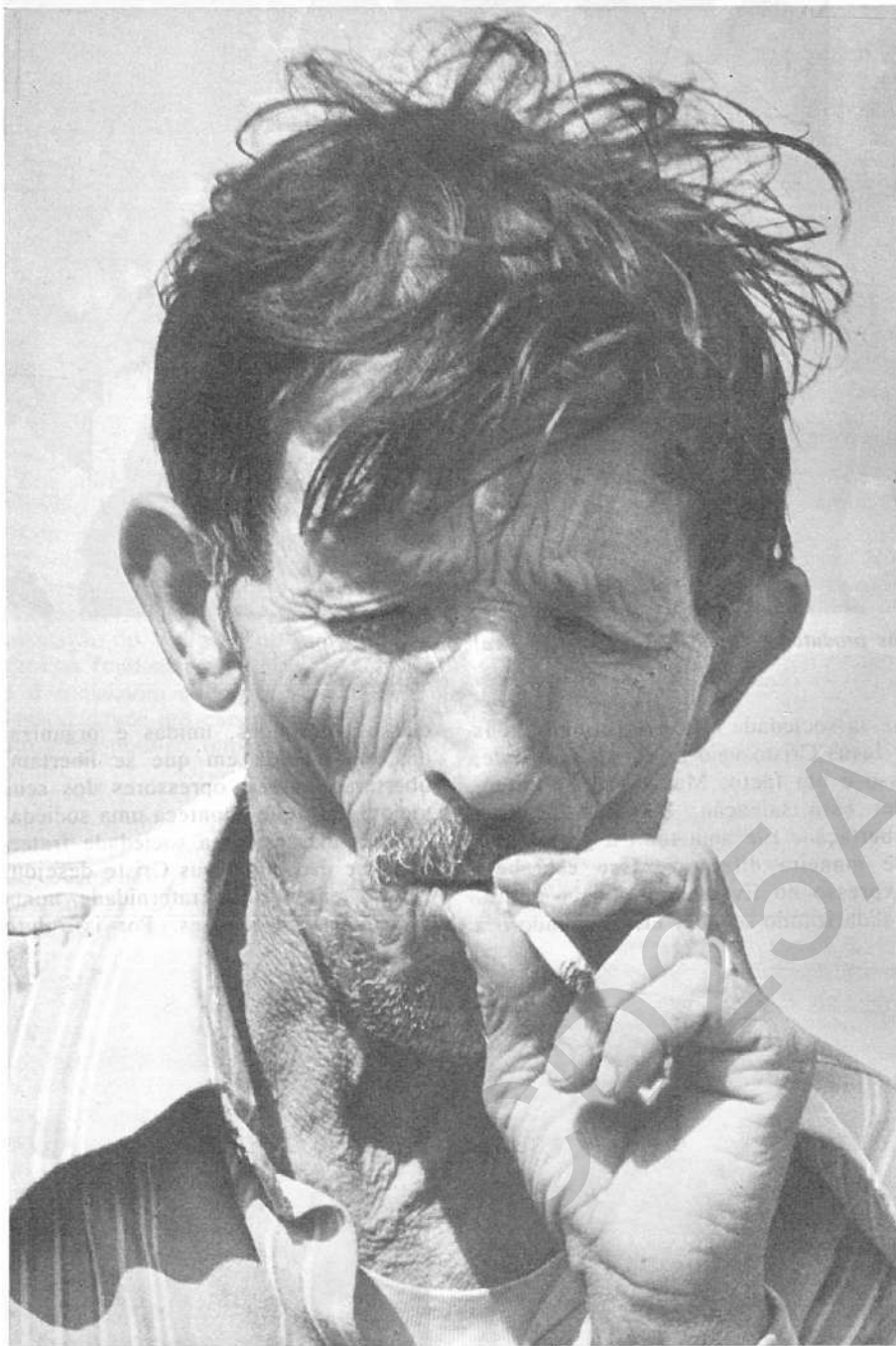
preço do leite, à diminuição do preço dos adubos, à anulação dessa disparidade e injustiça que representava o frete, à própria descentralização administrativa, com a constituição, para breve, de uma Junta governativa, serão suficientes e poderão encaminhar a população para uma adesão a um processo para o socialismo?

— Essas medidas ajudam. Vão dar, a

esses homens, uma certa segurança, pois eles estavam muito inseguros. E permitirão, estou certo, uma atenuação da animosidade que manifestam em relação ao poder central. A próxima descentralização político-administrativa e financeira dos Açores, que deve concretizar-se dentro de muito pouco tempo, vai permitir-nos resolver autonomamente os nossos problemas, sem termos de andar a escrever e a telefonar e telegrafar para Lisboa. Isso ajudará o Açoriano a sentir-se melhor na sua terra e até talvez limite a sua ânsia de emigrar. Nós vamos passar a ter uma Junta para a administração e desenvolvimento da região dos Açores, que, além de administrar o arquipélago durante uns tantos meses, vai, paralelamente, estudar o estatuto para a futura região-Açores. Os Açores têm de ser considerados como uma região, não como três distritos ou nove ilhas. Embora não possamos esquecer a individualidade ilha. Pois, devido às más comunicações de que dispomos, uma ilha não poderá passar a depender de uma outra ilha, uma ilha maior. Cada ilha deve passar a ter a possibilidade de resolver localmente os seus problemas. Se não, em vez de depender de Lisboa, dependeria de uma outra ilha. É necessário que Lisboa desbloqueie todo o processo de autonomia açoriana que



«Vive-se mal e não há meio de viver-se melhor», disse-nos um trabalhador, «quantas vezes no desemprego técnico, porque o mar é rabioso e as condições de trabalho precárias»



«A minha política é o meu trabalho». E trabalho doze, catorze horas por dia!

está em curso. Os governadores dos três distritos têm, desde longa data, informado Lisboa da necessidade de tomar medidas enérgicas que realizem a nossa autonomia administrativa, política e financeira. As nossas Câmaras precisam de apoio, pois elas estão à beira do colapso.

Precisamos que técnicos, engenheiros, médicos, agrónomos, veterinários venham para aqui. O continente tem que pagar o luxo de ter um arquipélago em pleno Atlântico. Até hoje, somos nós que temos pago a nossa insularidade. Cada continental terá que pagar um pouco mais caro cada produto, de forma a que possamos ter aqui esse

produto a um preço idêntico ao dele. E, como a nossa produção *per capita* é de cerca de um terço inferior à metropolitana, sobretudo os pólos menos desenvolvidos, que são os distritos de Horta e Angra do Heroísmo, terão que ser fortemente apoiados.

JESUS CRISTO SOCIEDADE SEM CLASSES E ARMAS

Um povo despolitizado, cuja política é o trabalho, intenso (10, 12, 14 horas por dia) e pouco compensador (uma produção *per capita* um terço inferior à

metropolitana); um grupo de latifundiários e senhores políticos procurando, por todos os meios, conservar os seus privilégios, com o apoio tácito dos Americanos, uma classe cidadina, de comerciantes, técnicos e quadros, que o dr. Oldemiro, quando lhe pusemos a questão: «Não se fez praticamente nenhum saneamento, nos Açores. Pensa que poderá fazer avançar-se o processo em que estamos empenhados continuando a manter em postos importantes, por vezes chave, pessoas que não oferecem as mínimas garantias políticas?», definiu nos termos seguintes:

— Antes do 25 de Abril, aqui, a maior parte das pessoas era salazarista ou caetanista. Muita gente pertencia à Legião Portuguesa, à União Nacional, à Acção Nacional Popular. E pertencia porque tinha medo, de perder o seu emprego; ou porque queriam um emprego. Se fosse sanear todos os profissionais e técnicos que estiveram inscritos nessas organizações, pois ficava praticamente sem ninguém para trabalhar e a máquina administrativa parava. Foram poucos aqueles que tiveram a coragem de manter-se afastados desse tipo de adesão política.

Houve, no entanto, alguns que não só tiveram a coragem de manter-se afastados desse tipo de adesão como se organizaram, antes do 25 de Abril, numa luta antifascista; e depois, para a construção de uma sociedade socialista nos Açores, integrada na nação portuguesa, de que fazem parte, cultural e efectivamente, as nove ilhas. E são esses que, hoje, atacados pela vaga reaccionária que varre, nestes últimos tempos, o arquipélago, se levantam, para gritar às autoridades continentais os riscos que Portugal corre de ver-se amputado de uma das suas regiões e de uma parte do seu povo, em favor, repetimos, dos latifundiários conservadores micalenses e seus aliados e do imperialismo americano. E esse grito toma forma num aviso solene: «A Revolução começou em Lisboa mas a contra-revolução pode começar nos Açores!» E pedem, para além de toda a atenção que reclamam, de ora avante, do poder central, das medidas expressas que reivindicam, o envio imediato de tropas que, pela sua presença e decisão impeçam o avanço da reacção, da horda independentista e, mesmo, dos partidos que pretendem, ao que pode deduzir-se do seu comportamento local, criar no arquipélago uma espécie de contra-governo de direita, susceptível de influenciar nesse sentido o regime continental...

Assistimos nos Açores a manifestações reaccionárias graves, a menor das quais não foi a própria expulsão das Forças Armadas de uma reunião de



Na reunião dos produtores de leite: «Continentais fora! Viva a FLA!»

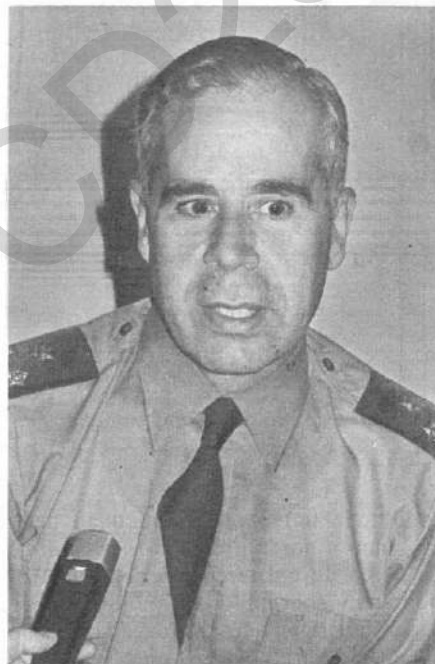
produtores de leite, onde se gritou, perante delegados do Governo; «Continentais, fora! Abaixo o MFA! e Viva a FLA! (a sigla Frente de Libertação dos Açores). Carlos Melo Bento, um advogado que é considerado um dos chefes desse movimento separatista, afirmou-nos que nenhuma medida, fosse qual fosse, mesmo de força, impediria a independência dos Açores. De tal modo uma certa passividade continental e a esperança que deposita nos Americanos lhe alimentam o optimismo. O general Altino Magalhães também nos revelou por seu lado, um certo optimismo, mas diferente, quando nos afirmou: «Penso que, muitas das vezes, é mais vontade de falar dos problemas do que existência real de problemas. Os problemas, no entanto, existem. Como declarava, ao próprio general Altino, um sargento da Força Aérea, Araújo Lopes: «O senhor general tem que ficar ciente que nós não queremos ser vendidos como carneiros aos Americanos!»

Nos Açores assiste-se hoje, como, aliás, em algumas regiões do continente, a um ataque violento e desesperado das forças reaccionárias, dos antigos opressores, que não querem deixar de o ser nem suportam a progressiva tomada do poder pelas classes até hoje oprimidas. A opressores e oprimidos, transcrevemos, para terminar esta reportagem em terras açorianas, algumas palavras de uma longa conversa que mantivemos com o padre Avelino Soares, ainda jovem mas já antigo militante em favor de justiça para os homens:

«Jesus Cristo foi um libertador. É a personificação da justiça do amor, da verdade e da liberdade. Eu procuro inculcar esses valores na sociedade e parto da leitura dessa sociedade. Há

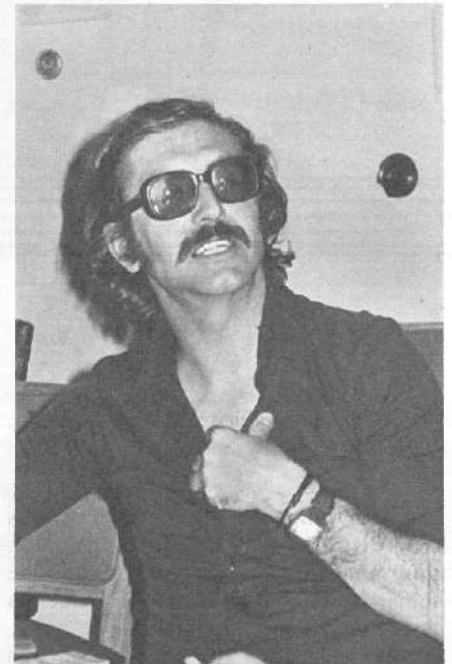
nessa sociedade opressores e oprimidos e Jesus Cristo veio salvar toda a gente, isso é um facto. Mas é preciso entender essa salvação. Salvação significa libertação. Ele ama toda a gente, mas de maneira diferente. Isso está bem expresso no Evangelho. Ama o pobre, solidarizando-se com ele, elevando-o à

classes oprimidas, unidas e organizadas, na medida em que se libertam, libertarão os seis opressores dos seus vícios, para que aconteça uma sociedade sem classes, uma sociedade fraterna. Que é o que Jesus Cristo desejou. Eu só entendo a fraternidade numa sociedade sem classes. Por isso luto



O General Altino é optimista. Mas os problemas têm vindo a desmentir esse optimismo

libertação; ama o rico, propondo-lhe uma série de provas muito duras, para que ele se liberte. Mas será o oprimido que, libertando-se, libertará o opressor. E nunca o contrário. Nós encontramos toda esta ideia na Sagrada Escritura. E ela vem de encontro à ideia de que as



Padre Avelino Soares: «Só entendo a fraternidade numa sociedade sem classes»

por ela, para os homens. Para os Açores.»

Um sindicalista terceirense afirmou-nos a sua confiança em tal processo, em termos muito simples e claros:

«Mandem tropas para aqui e a coisa vai avante!»

V Governo Provisório

Projecto político e decisões tomadas

Foi apresentado ao País, pelo V Governo Provisório, um extenso documento intitulado «Defender a Revolução — Linhas de Acção Programática e Tarefas de Transição». Dividido em três partes fundamentais — Mandato e orientação do V Governo, Tarefas económicas fundamentais da transição para o socialismo e Política social, dele transcrevemos um excerto da alínea — «Projecto político que informa o Governo».

«O que o nosso povo espera do novo Governo, tal como foi assinalado por Sua Excelência o Presidente da República no discurso de tomada de posse, é um conjunto de respostas a problemas concretos que não deixem margem para dúvidas acerca do tipo de sociedade para que se quer caminhar. E assim terá de ser transparente, a propósito de cada acção concreta, se ela está ou não ao serviço das grandes massas desprotegidas do povo português (assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores; operários, pescadores e demais trabalhadores das zonas urbanas, entre os quais grande número de funcionários públicos; pequenos e médios comerciantes e industriais, sem esquecer os emigrantes e por razões de emergência — os retornados de Angola.)

No entanto, essas acções concretas devem ser enquadradas num esquema coerente, que o V Governo Provisório terá de elaborar a partir do seu próprio diagnóstico da realidade económica, social e política do País e a partir, essencialmente, daquele conjunto de documentos e decisões do MFA, a que ninguém ousará negar legitimidade e das orientações irreversíveis que vêm do Governo anterior. Assim, constituem guias para o enquadramento das medidas concretas de política dos vários Ministérios: o programa do MFA, interpretado pela Plataforma de Acordo Constitucional e pelo Plano de Acção Política; os princípios gerais do documento-guia sobre a aliança Povo-MFA, aprovado apenas na generalidade pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas; o texto elaborado durante o IV Governo Provisório acerca dos problemas da transição para o socialismo.

Além disso, e tendo em atenção o valor revolucionário do documento elaborado por oficiais afectos ao Copcon, o V Governo tomou igualmente em consideração os princípios e propostas nele contidos.



O acto da posse do V Governo

Dos parâmetros assim traçados à actuação deste V Governo Provisório deriva um certo número de princípios fundamentais que deverão constituir o elemento impulsionador de toda a sua actividade. Nestes termos, as tarefas concretas a realizar visarão nomeadamente os seguintes objectivos: 1) unificação progressiva de vanguarda política de revolução e do seu suporte social; 2) estruturação progressiva dos órgãos unitários de base em ligação com o MFA; 3) desenvolvimento da consciência social do processo em curso, pela revolução cultural e utilização correcta e responsável dos meios de comunicação social; 4) superação da crise resultante do dismantelamento do poder monopolista do grande capital; criação de condições para uma economia planificada, controlada pelos trabalhadores e orientada eficazmente para a transição para o socialismo; 5) descentralização administrativa em articulação com a

orgânica do planeamento; 6) adopção de acções consequentes na política externa, em obediência ao princípio da independência nacional e promovendo esquemas de cooperação que contribuam efectivamente para a construção do socialismo em Portugal».

MEDIDAS JÁ TOMADAS

De entre as numerosas decisões já tomadas pelo V Governo destacamos as seguintes:

— concessão aos retornados de Angola do maior apoio através de medidas que apontem para a sua integração na nova sociedade em construção, assegurando-lhes subsídio de desemprego, abono de família, assistência médica e medicamentosa e assistência hospitalar.

Os encargos decorrentes da aplicação destas medidas serão suportados pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) esperando o Governo que, para além destas medidas, compreenda o Povo Português que os retornados de Angola, seus irmãos, são igualmente vítimas duma situação herdada do anterior regime que a todos afecta e desse modo se estabeleça uma cadeia de solidariedade através dos sindicatos, organizações progressistas e do povo em geral.

— Redução do preço dos adubos em 20% em geral e em 30% para os pequenos e médios agricultores beneficiários do crédito agrícola de emergência, envidando todos os esforços para promover o escoamento da produção agrícola nacional. (Ver tabelas em anexo).

— um crédito especial de 1 710 000 000\$00 destinado a fazer face a aumentos de encargos correntes de

funcionamento e a dinamizar a capacidade de investimento em obras e equipamentos locais das câmaras municipais.

— projecto de resolução declarando, ao abrigo e para os efeitos do n.º 4 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 292/75, o sector da imprensa diária a cargo do Estado em crise, devendo as consequências dessa declaração ser definidas em portaria conjunta dos Ministros da Coordenação Económica, das Finanças, do Trabalho e da Comunicação Social;

— projecto de decreto-lei criando na região dos Açores uma Junta administrativa e de desenvolvimento Regional, constituída pelo Governador Militar e por 6 vogais do Governo especialmente qualificados no domínio económico, dos equipamentos colectivos, do trabalho e assuntos sociais, educação e cultura. A Junta Regional fica directamente dependente do primeiro-ministro e terá os poderes que lhe forem delegados pelo Governo. À Junta Regional serão atribuídos cerca de 500 000 contos a investir até final do ano para diversos empreendimentos;

— projecto de decreto-lei nacionalizando a Companhia União Fabril, S.A.R.L., sem prejuízo do direito dos actuais titulares de acções representativas do capital privado a serem indemnizados. O Estado pagará às entidades privadas titulares de acções do capital da CUF, contra a entrega dos respectivos títulos, uma indemnização a definir quanto ao montante, prazo e forma de pagamento, em diploma legal a publicar no prazo de cento e oitenta dias a contar da data do início da eficácia da nacionalização. São dissolvidos os actuais órgãos sociais da Companhia União Fabril, S.A.R.L., devendo ser nomeada, por despacho do primeiro-ministro, sob proposta do Ministro da Indústria e Tecnologia, uma comissão administrativa composta por 7 membros de reconhecida competência;

1 — aprovada a realização do aproveitamento hidráulico do Alqueva;

2 — a) Criada a Comissão Instaladora do Programa de Aproveitamento do Alqueva, que funcionará no âmbito do Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, a qual deverá apresentar no prazo de 60 dias, os elementos que possibilitem aprovação superior relativos a:

— programação física óptima do empreendimento num quadro de alternativas possíveis;

— programação financeira do empreendimento com indicação das respectivas fontes de financiamento;

— organização da Direcção do Programa para fazer face às acções previstas no Programa.

b) A Comissão será nomeada por despacho do primeiro-ministro, sob proposta do Ministro do Plane-

ADUBOS (AZOTADOS)

Sulfato de amónio a 20-21 por cento, preço de venda pelo fabricante a granel, por tonelada: 1515\$00; diluições de nitrato de amónio a 20,5 por cento: 1666\$00; diluições de nitrato de amónio a 26-26,5 por cento: 2130\$00; sulfonitrato de amónio a 26 por cento: 2095\$00; nitrato de cálcio a 15,5 por cento: 1515\$00.

FOSFATADOS

Superfosfatos de cal a 18 por cento, em pó: 1195\$00; superfosfato de cal a 18 por cento, granulado: 1250\$00; superfosfatos de cal a 18 por cento, granulado: 1475\$00, superfosfato de cal a 42 por cento: 3550\$00. Agora vejamos o preço máximo de venda ao consumidor do adubo a granel por tonelada: sulfato de amónio 20-21 por cento: 1756\$00; superfosfato de cal a 18 por cento, em pó: 1417\$00; superfosfato a 42 por cento: 3924\$00. Preço do adubo ensacado, cada saco: 101\$50 para o primeiro género dos azotados, 109\$50 para o segundo, 135\$00 e 101\$50, para os dois restantes. Dos fosfatados: 84\$00, 87\$00 e 213\$00, respectivamente.

Para os pequenos e médios agricultores estes preços sofrem a redução de 30 por cento, como já se disse.

Os preços máximos de venda ao consumidor poderão ser onerados com:

a) Os encargos inerentes ao transporte desde as estações de destino ao cais de desembarque nas ilhas adja-

centes ao armazém do revendedor, quando devidamente autorizados pela Direcção-Geral de Fiscalização Económica:

b) Os maiores custos da embalagem nos casos em que, a pedido do comprador os adubos sejam acondicionados num tipo de saco diferente daquele a que se referem os n.ºs 1 e 2 desta Portaria;

c) Os encargos financeiros resultantes das vendas a prazo, com excepção das que forem efectuadas nas condições do n.º 2 desta Portaria.

2. Qualquer destes encargos adicionais deverá constar de forma expressa nas facturas.

Os preços de venda ao consumidor dos adubos sujeitos ao regime de preços controlados, com excepção do nitrato de sódio e do fosfato Thomas, sofrem também as reduções de 20 por cento, em geral e de 30 por cento para os pequenos e médios agricultores beneficiários do Crédito Agrícola de Emergência.

Serão dadas instruções à Direcção-Geral de Fiscalização Económica para, em colaboração com a P. S. P. e a G. N. R., apurar os «stoks» do produto existentes às zero horas do dia da entrada em vigor desta Portaria.

Com base nessas existências, os armazenistas, retalhistas, Comissões Liquidatárias dos Grémios da Lavoura e Cooperativas Agrícolas e outras organizações da agricultura, reconhecidas pelo Ministério da Agricultura e Pescas, debitarão às empresas fornecedoras no montante da diferença de preços correspondente.

amento e Coordenação Económica, ouvido o Conselho Económico.

— projecto de decreto-lei do Ministério da Agricultura e Pescas sobre a devolução de terrenos baldios às comunidades que delas foram desapossadas;

— aprovação do lançamento do Programa do Aproveitamento Integral das Pirites do Alentejo o qual será em princípio executado em duas fases correspondendo à primeira o tratamento de um milhão de toneladas de pirites com um investimento de 3 milhões de contos e à segunda o tratamento de 2 milhões de toneladas de pirites com um investimento adicional de 4,9 milhões de contos.

— projecto de decreto-lei do Ministério das Finanças abolindo o imposto de trânsito que incide sobre solípedes, veículos de tracção animal e bicicletas que na presente conjuntura e na generalidade dos casos, é importado pelos pequenos e médios agricultores e pelas classes trabalhadoras além dos incómodos e despesas que o seu pagamento ou obtenção da correspondente isenção ocasionavam.

— aprovação do Regime Jurídico do Investimento Directo Estrangeiro em Portugal, com o qual se tem fundamentalmente por objectivo disciplinar a realização de investimentos directos estrangeiros, assegurando-lhes protecção adequada, mas subordinando-os a uma perspectiva de desenvolvimento nacional.

— deliberação sobre Fundos de Investimento (FIDES, TORRALTA) confiando a um grupo de trabalho interministerial a análise da questão, a fim de se encontrarem soluções satisfatórias em defesa dos pequenos investidores.

— aprovado um projecto de decreto-lei que determina a extinção dos foros, passando imediatamente os prédios rústicos sujeitos ao regime enfiteutico à propriedade plena do titular do domínio útil, ou seja do foreiro enfiteuto.

— aprovado um decreto introduzindo alterações ao Código do Processo Penal designadamente no que se refere à simplificação da fase preparatória e no que se refere à instituição do júri para intervir nos crimes a que corresponde o processo de querela.

— aprovado um projecto de ampla

delegação e subdelegação de competências, no quadro da descentralização e activação do aparelho de Estado.

— aprovada a nova tabela salarial que, em termos gerais, é quase igual à proposta com aumentos que vão até 44% nas categorias mais baixas. Este aumento está contido dentro das disponibilidades globais previstas pelo IV Governo Provisório, ou seja, um aumento anual de encargos de cerca de 4 milhões de contos. Os retroactivos serão pagos em prestações nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, para obviar aos efeitos inflacionistas que teria o pagamento num só mês. O leque salarial passa de 1/5,7 para 1/3,6.

— aprovada a redução em 15 por cento das remunerações dos membros do Governo medida essa exclusivamente aplicável a estas entidades.

— aprovada a substituição do sistema tradicional de acesso ao ensino superior

através do exame de aptidão, por um ano de orientação dividido entre o serviço cívico e cursos de iniciação à metodologia intelectual, com um duplo objectivo:

a) Proporcionar aos jovens candidatos ao ensino superior um contacto com a realidade socio-cultural do País e motivá-los civicamente para a resolução dos grandes problemas nacionais;

b) Facilitar a sua orientação escolar e profissional e dotá-los dos instrumentos metodológicos necessários para o trabalho intelectual.

Em face destes objectivos, a frequência do «ano de orientação» é obrigatório para todos os estudantes que desejem ingressar no ensino superior.

São, pelo contrário, dispensados do serviço cívico os trabalhadores estudantes e os que já tenham cumprido serviço militar obrigatório.

PODER POPULAR é o caminho certo para a Reforma Agrária e o fim dos latifundiários, absentistas, do desemprego e emigração forçada.

PODER POPULAR é a via para a Independência Nacional e o fim do domínio imperialista sobre PORTUGAL.

PODER POPULAR é o poder dos camponeses e seus aliados, pequenos e médios agricultores. Nem um só hectare de terra por cultivar. A terra para quem a trabalha.

PODER POPULAR é a semente, o embrião, do novo ESTADO SOCIALISTA, a tomada do poder pela classe operária e seus aliados: os camponeses, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios industriais, os pequenos e médios comerciantes.

PODER POPULAR é a aliança do povo trabalhador com o povo fardado: soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários.

PODER POPULAR és tu, operário, és tu camponesa, és tu, soldado e marinheiro, és tu, mãe pobre, és tu, pescador, és tu, morador de bairro da lata, és tu, vítima da exploração capitalista, és tu, camponês sem terra e sem arado, és tu, funcionário esmagado pela burocracia, és tu, pequeno agricultor e industrial vítima dos intermediários e do capitalismo, és tu, criança, sem golfe, sem creche, sem escola, sois todos vós, vítimas da exploração capitalista, do colonialismo, do fascismo, do imperialismo.

Sois todos vós, o **PODER POPULAR**:

**ORGANIZAI-VÓS
LUTAI PELO SOCIALISMO
CONSTRUINDO
O PODER POPULAR**

*Movimento — Boletim
das Forças Armadas, 14-8-75*

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta, a O Correio do Povo, Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores. Lisboa 2.

PODER POPULAR

PODER POPULAR é o poder exercido pelo Povo, organizado de forma democrática, em todos os locais de trabalho e habitação: nas fábricas, nas empresas, nas herdades, nas oficinas, nas associações culturais, desportivas, recreativas, nas cooperativas, nos bairros, nos quartéis, nos sindicatos, nas ligas de pequenos e médios agricultores.

PODER POPULAR é a organização dos trabalhadores em comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia em estreita ligação com: assembleias de soldados, marinheiros, sargentos e oficiais.

PODER POPULAR é a democracia e a liberdade para aqueles que nada têm a perder e têm tudo a ganhar: garantia de trabalho, alimentação, vestuário, habitação, saúde, ensino, desporto, tempos livres, protecção na doença e na velhice.

PODER POPULAR é o caminho para acabar com a exploração, opressão, parasitas, vagabundos, privilegiados.

PODER POPULAR é o Povo e só o Povo quem ordena.

PODER POPULAR é uma forma de organização apartidária das classes trabalhadoras e seus aliados que lhes possibilita não serem vítimas de partidos burgueses que com falsas promessas e bonitas palavras aproveitam a ignorância e o atraso de muitos traba-

lhadores, para continuarem a enganá-los, explorá-los e oprimi-los.

PODER POPULAR é a resposta das classes exploradas e oprimidas para defenderem os seus interesses quer nos locais de trabalho quer nos locais de habitação.

PODER POPULAR é a libertação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores.

PODER POPULAR é a construção do socialismo e a destruição do capitalismo.

PODER POPULAR é a via do Povo, para o socialismo, e finalmente para a sociedade sem classes.



Novo regime cerealífero

Acabam de ser estabelecidos os preços dos cereais praganosos para a campanha de 1974/75.

Os preços estabelecidos integram-se dentro dos objectivos definidos para a Reforma Agrária. Assim é definido para o trigo um esquema de subsídios que toma em consideração a dimensão da exploração.

O preço do trigo (de peso específico igual a 79 Kg por hectolitro) é de 4\$20 por quilograma a que é acrescido um subsídio de \$70 por quilograma para os agricultores que tenham produções compreendidas entre 25 000 e 150 000 quilogramas e de 1\$40 por quilograma para os agricultores que tenham produções inferiores a 25 000 quilogramas, o que dá um preço total por quilograma respectivamente de 4\$90 e 5\$60.

As pré-cooperativas, devidamente reconhecidas pelos organismos próprios do Ministério da Agricultura e Pescas, receberão os subsídios correspondentes aos escalões de produção acima referidos, sendo-lhes atribuído, no caso de a sua produção ser superior a 150 000 quilogramas, o subsídio previsto para o escalão 25 000-150 000 quilogramas.

Competirá aos secretariados das ligas dos pequenos e médios agricultores, devidamente reconhecidos pelos organismos próprios, indicar no Instituto dos Cereais quais os agricultores que, embora tenham produções de cereal que os incluam nos escalões de pequenos e médios agricultores, não devem ser considerados como tais.

O preço do trigo rijo de grão claro será acrescido, em relação aos preços e subsídios acima indicados, de \$50 e \$25 por quilograma para as classes A e B, respectivamente, definidas e classificadas pela Portaria n.º 20795 de 9 de Setembro de 1964.

O preço do centeio (de peso específico igual a 73 Kg por hectolitro) é de 3\$50 por quilograma mais um subsídio de \$80 por quilograma entregue no Instituto dos Cereais, o que dá um total de 4\$30 por quilograma.

O preço de aquisição de cevada vulgar pelo Instituto dos Cereais é de 3\$50 por quilograma de grão seco e são e peso específico mínimo de 60 Kg por hectolitro.

O preço de aquisição da aveia pelo Instituto dos Cereais é de 2\$70 por quilograma de grão seco e são, com o máximo de 4% de impurezas e peso específico mínimo de 45Kg por hectolitro.

A cevada vulgar e a aveia produzidas nos distritos de Portalegre, Setúbal, Évora e Beja serão obrigatoriamente entregues ao Instituto dos Cereais.

Os preços a praticar na aquisição pela indústria de malte à lavoura de

cevada dística qualificada são os seguintes por quilograma:

1.ª classe	4\$30
2.ª classe	4\$20
3.ª classe	4\$00

Os preços acima referidos para o centeio, cevada vulgar, aveia e trigo referem-se ao cereal descarregado no tegão dos celeiros ou silos do Instituto dos Cereais. No caso do trigo, e quando forem determinadas por este organismo entregas directas, o preço referir-se-á ao cereal descarregado no tegão das fábricas.

Dia do Emigrante 2 tractores oferecidos pelos emigrantes a novas cooperativas

Como símbolo do Dia do Emigrante, a comissão consultiva dos trabalhadores emigrados em França lançou uma campanha para recolha de fundos para a compra de um tractor. Esta campanha foi feita em todos os países onde se encontra a maior percentagem de trabalhadores nossos compatriotas, tal como em França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, etc.

O objectivo desta iniciativa no seio da emigração foi com o sentido de demonstrar ao MFA e aos compatriotas em Portugal e mesmo à própria reacção dos países onde eles se encontram, que

os trabalhadores emigrados também fazem parte integrante da vida nacional. E ao mesmo tempo confirma a sua adesão total à revolução socialista em Portugal que o MFA, em estreita aliança com as forças progressistas portuguesas, desencadeou em 25 de Abril de 1974.

Foi também manifestado pelos nossos compatriotas que trabalham no estrangeiro o desejo de participar na batalha da produção.

Esta iniciativa já se transformou numa realidade que excede todas as previsões. Assim, em testemunho do êxito total da campanha para a compra de um tractor, realizada pela comissão consultiva junto dos emigrantes, não foi somente um tractor mas sim dois tractores que foram oferecidos no dia 10 de Agosto na festa do Dia do Emigrante a duas cooperativas.

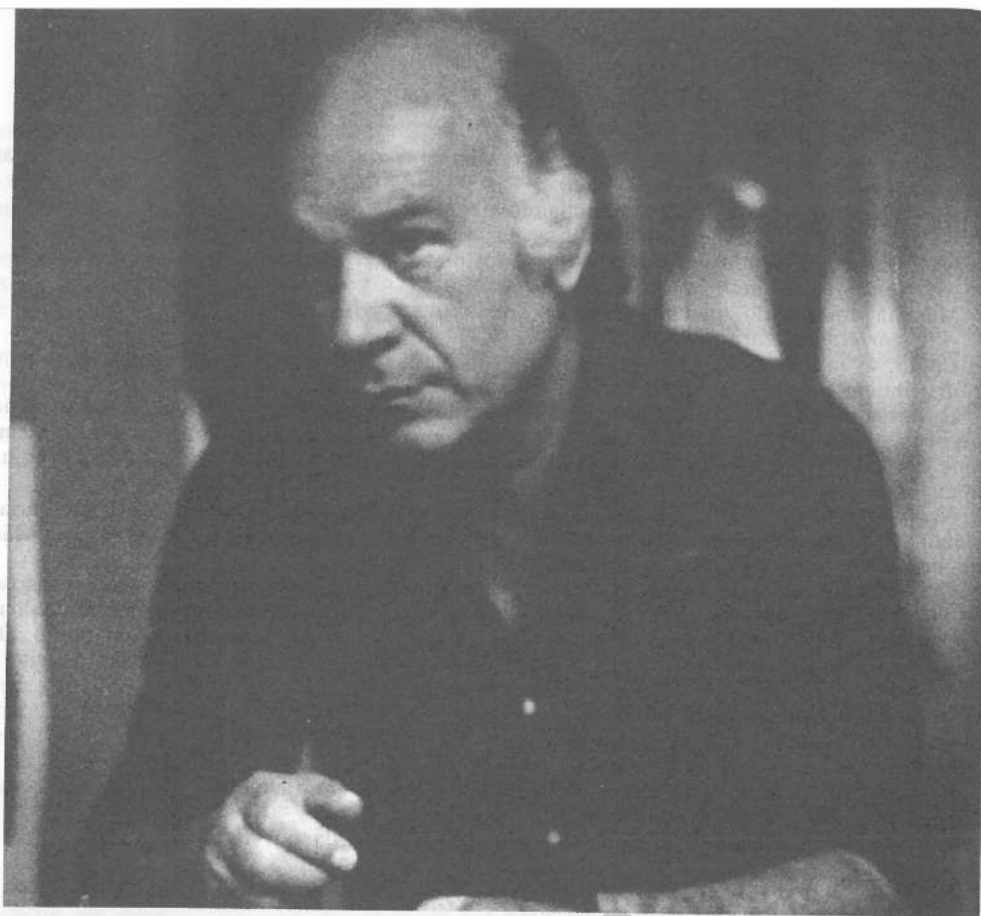
A primeira, uma cooperativa agrícola do Norte, de trabalhadores e rendeiros de Vale de Sousa, concelho de Lousada.

A segunda, uma cooperativa do Sul, a Cooperativa de Salvador Joaquim do Pomar, em São Tiago do Escoural, concelho de Montemor o Novo, de trabalhadores agrícolas e que engloba toda a freguesia.

Representantes destas duas cooperativas estiveram presentes, durante a festa do Dia do Emigrante, assim como as populações das respectivas freguesias, o que permitiu uma troca de experiências e o estabelecimento de relações de cooperação entre elas, com o objectivo de assegurar para já o intercâmbio de produtos. Foram assim lançadas as bases de uma colaboração que deverá ser alargada a todas as organizações agrícolas democráticas do País.



Os tractores abriam o cortejo em direcção ao Estádio 1.º de Maio



«Tendo ensaiado os primeiros passos nos tablados populares da nossa primeira região industrial — a margem sul do Tejo —, Romeu Correia conseguiu exprimir os conflitos sociais integrando-os no que há de ritual poético no melhor teatro», assim se refere Mário de Sacramento à obra de Romeu Correia.

Romeu Correia nascido em Almada em 1917, muito cedo participou na acção cultural e desportiva da sua terra. Autêntico produto das colectividades de cultura e recreio almadenses, viveu intensamente uma primeira fase da sua vida dedicada ao desporto. Teve actuação preponderante como monitor e propagandista da cultura física, chegando a campeão nacional em atletismo e box. Com sua mulher, a conhecida atleta Almerinda Correia, teve uma escola de atletismo em Almada, que foi frequentada por dezenas de jovens almadenses nos anos quarenta.

Da sua obra, que se repartiu pelo teatro, contos e romances, destacamos: «Sábado sem Sol» (contos), «Trapo Azul» e «Bonecos de Luz» (romances) e «O Vagabundo das Mãos de Ouro», «Bocage», «Céu da Minha Rua» e «O Cravo Espanhol».

CHEGOU O CARVOEIRO

por Romeu Correia

Lá em baixo, à beira-rio, está instalada a Companhia Portuguesa de Pesca. Possui traineiras, armações, oficinas de reparação e fábrica de gelo para os frigoríficos de bordo.

Tem uma ponte em cimento, tracejada de *rails* para vagoneta, que são veias percorrendo todo aquele corpo industrial. Do casario até à ponte, uma poalha negra, enervante, mascarra tudo — é o Carvão.

Jaz empilhado num acréscimo da ponte, plataforma já um pouco descaída e de pilares quebrados. Grande montanha! É negro como o azeviche, de pepitas brilhantes, e o vento arrasta facilmente, na sua volúpia, o frágil pó que enegrece tudo.

Todos os dias ele é o almoço, o jantar e a ceia das traineiras que pescam no oceano. Assim, vai mingando pouco a pouco...

Um dia, na ponte, a montanha negra de lombo alongado fica reduzida a uma triste pirâmide, após os assaltos quotidianos das pás famélicas dos fogueiros.

E o cargueiro britânico chega.

Pardo, de casco imerso no rio, mastros curtos, pavilhão esvoaçando como uma rodilha, marinagem loira e imunda, de grandes pés e arcaboijo ao léu.

Nessa noite começa um movimento desusado no cais e nas tabernas vizinhas. A nova da chegada do «carvoeiro inglês» enche os ouvidos dos habitantes da vila, mais necessitados. A garotada, rota e faminta, corre célere, oferecendo os seus préstimos aos *Câmónes*. Os filhos de John Bull, molengões e risonhos, ao desembarcarem, são abordados por bandos de meninos, sabichões de todos os vícios.

— *Come on! Whisky? Whisky?*

Outros são mais profundos: executam mímica pornográfica e oferecem-se para os conduzir às delícias do sexo.

Há britânicos que aquiescem, oscilando o carão sardento:

— *Yes, Yes!*

Outros, mal-encarados, sacodem os inoportunos:

— *Thank you! Thank you!*

Mas há um pedido que não tarda a ser feito aos visitantes.

— *Cigarette! Cigarette, please!*

Então, as mãos sapudas dos marinheiros tiram dos bolsos enrodilhados maços de tabaco e distribuem cigarros à arraia miúda.

E, nessa noite, há garotos que regressam a altas horas a casa, bebidos e fumados como homens. No lar, às vezes, são esperados por uma correia; mas, ao tilintarem, amedrontados, moedas justificadoras da ausência, a sanção fica suspensa e o tutor recolhe à enxerga, rosnando...

Na madrugada seguinte, bandos de homens esfarrapados, alguns trajando indumentárias ridículas, copas de velho feltro protegendo os cabelos até às orelhas, descem da povoação ao cais. São os candidatos a descarregadores.

O centro de reunião é a plataforma da ponte. O encarregado percorre com o olhar zeloso os homens perfilados, como marchante a ver bois de carga em feira aberta. Os farrupilhas põem toda a esperança naquele homem atarracado, que lhes fala sempre de mau modo. Os mais velhos do rebanho recordam-se ainda de quando ele era da mesma massa, sujeito a escolha:

— O seu Chico também alombou!

O encarregado remira. E designa:

— Tu... tu... tu também... Aquele... O Zé Guia... Roque... O outro... pencudo...

Os escolhidos, de peito aliviado, deslizam lépidos para um novo grupo que se cria, como espantalhos em desfile macabro.

O seu Chico, por fim, choca as palmas das mãos e dá por finda a escolha.

— Pronto!

Ordena a um magrizela de nariz afilado:

— Elias, aponta o pessoal!

O apontador tira um lápis da orelha e saca um caderno de papel da algibeira. Um a um, os homens dizem o nome de baptismo. Elias cospe na ponta do lápis e bota caracteres no caderno.

Os rejeitados, após uma expectativa, cercam o encarregado.

— Ó seu Chico, então e eu?!

— E eu, seu Chico?!

— Tenho três filhos, veja lá se dá um jeitinho!...

Um vesgo coça-se.

— E perdi eu hoje um biscoito...

Alguns chegam a tocar no casaco do «paizinho».

— O seu Chico disse-me que desta vez eu era contado...

O encarregado indigna-se:

— Cresce e aparece, fedelho! Quero homens possantes! Aqui não é asilo!

Eles bem conhecem o temperamento do seu Chico!

— Quando diz: não!, ninguém convence do contrário aquela besta!

Gera-se burburinho.

— Quem vai trabalhar fica, quem está a mais... ala, que impede o trânsito!

Os «inúteis» trocam olhares de solidariedade impotente; esmagam a raiva nos maxilares, e retiram-se, lentos, gingões, afadistados.

— Isto um dia há-de acabar!

Os preferidos, uma vez matriculados no caderno do Elias, são distribuídos por vários sectores. Uns descem aos porões do cargueiro; outros, no convés, alojam-se no portaló e nos guinchos; e os restantes, na ponte, accionam as vagonetas sobre os *rails* até junto dos camaradas que acomodam a pilha.

Na ladeira íngreme, a caminho do povoado, os que não foram contados trilham, desiludidos, a mesma vereda que, momentos antes, tanta esperança os levou a descer. Vendo-os tão andrajosos, quem não os conhece julga-os, certamente, um bando de mendigos — mendigos aos quais foi negada a esmola do trabalho.

— Então, pá, donde veus?

— Ia a um baile de máscaras, mas não tive entrada!...

Riem. Os ditos e as chalaças sucedem-se. Alguns caminham mudos, alheios. Uma voz trauteia um fado reles:

Tira o chapéu, milionário,

Vem um enterro a passar.

— Foi o pobre do operário

Que morreu a trabalhar.

Dois malteses executam uma avançada, pontapeando um chapéu roubado ao Paloio.

— Dá-me o chapéu, pá! Ai que vocês comem uma pedrada!

Por fim, o feltro volta à procedência, entre gargalhadas de mofa.

Na ponte, começa a faina.

Os guinchos rangem. E os baldes sobem dos porões, repletos de minério, vazando-o nas vagonetas que percorrem os *rails* num vaivém constante.

Os andrajosos sumiram-se no cimo da ladeira. Vão despir os farrapos, penalizados...

O cargueiro tem dois porões, cada porão duas bocas. Quatro guinchos servem outros

tantos baldes que, num vaivém fatigante, não dão mãos a medir aos homens das vagonetas. A poalha negra envolve tudo, em todos os lugares ela se infiltra — nem os pulmões dos homens saem ilesos. Até o vapor dos guinchos, fungo tão branco, tão angélico, torna a escuridão mais densa.

O suor já veio à superfície da pele dos descarregadores. Os rostos, os braços, os pedaços nus do dorso, criam brilho vistoso à luz do sol. Os farrapos já não são visíveis — os homens ficam todos negros. Só os olhos, os dentes, nos fazem lembrar a presença de seres humanos, produzindo em luta com a inércia das coisas.

O encarregado, o *seu Chico*, é uma bicha, um OLHO que tudo percorre. Prancha abaixo, ele também sua — sua de tanto gritar. Nos porões, nos guinchos, nas vagonetas, está sempre alerta.

— Mexe-te, lesma! Olha esse balde! Vais p'ró baile, pá?! Deixa lá que as calças não caem!

Os homens das vagonetas, de pés fincados, ombros à quina, corpo em arco flexível...

— Oóóóó... upa!

... E as rodas... rolam pelos *rails* em acelerado, uniformemente.

As bocas secas, cospem saliva e carvão.

— Alto!

Os pés travam, rastejam...

— Aí... óóó!

... E as rodas do monstro cedem aos músculos exaustos dos mascarrados.

As mãos trémulas, imundas, tiram o linguete e, dando um bordo, a besta vomita o minério. Uma nuvem intensa cresce, ondulante, mas logo desce em poeira. Os homens tosem. A vagoneta endireita-se e parte novamente; mas vai tão leve que basta um homem para a empurrar. O disponível escarrancha-se de um salto e viaja...

Seu Chico berra:

— Ó tu do carrinho! Pára lá com as brincadeiras!

Ao portaló estão os que dirigem a manobra da baldeação. São quatro — um em cada boca do porão. Os guincheiros estão atentos e só fazem o que o camarada ordena.

— Desce!

Os baldes mergulham nas gargantas dos porões. Pás insaciáveis não param nunca. Há sempre um balde a pedir carvão. A tosse e a expectoração, lá em baixo, redobram. O ar corta-se à faca: que corna de vida!

— Ala!

E os baldes sobem — mãozorras de gigante brincando com punhados de terra... E é um ror de arrobos de cada vez! Mais uma curva no espaço, mais uma vagoneta a postos. Há, em cada trabalho, uma precisão de relógio. *Seu Chico* é uma bicha, um OLHO que tudo percorre. Prancha acima, prancha abaixo, ele também sua — sua de tanto ralar.

O tempo demora-se, molengão.

No navio, a marinhagem britânica alheia-se à descarga, turisticamente. Uns passeiam despreocupados, outros dormem no beliche, ainda atordoados do álcool da véspera; na proa, um loiro glabro lava a roupa, assobiando um *slow*. Alguns pernoitaram fora. Os marinheiros vêem os portos todos iguais: — eles só desembarcam em lupanares e tabernas.

Os descarregadores trabalham das oito da manhã à meia-noite. Faina titânica com dois intervalos para se «trincar uma bucha». Só então os guinchos se calam; as vagonetas e as pragas do encarregado param e os mascarrados descansam, enfim. A poalha negra que baila no espaço desce e polvilha os homens e as coisas. Tudo é silêncio. Só os maxilares dos descarregadores trincam, trincam, com os olhos abstractos fixos nas máquinas — monstros de ferro que não pedem pão.

— Todo o dinheiro se gasta na comida! E se a fome aperta... até se rouba... até se mata...

Aquela hora passa num galope.

O apito do encarregado soa como uma provocação.

— Já?!

Os corpos erguem-se, alquebrados, os suores recolhidos à carne.

— Rai's parta a vida!

E a luta do trabalho recomeça, violenta, brusca, raivosa.

Meia-noite. Soa o derradeiro apito. Os guinchos deixam de gemer e os baldes repousam no fundo dos porões. Ladeira acima, os homens regressam a casa.

— Por hoje já 'stá!

Pouco mais dizem. Corpos esgotados, rostos irreconhecíveis, galgam a longos passos a distância que os separa do Inferno e os leva até ao lar. Comichão insuportável lhes percorre a epiderme.

— Oh sarna bravia!

E desunham-se, coçando em todas as direcções, desalmadamente, o dorso em fogo.

— Olha que te esfolas, Zé!

— Deixá-lo! Ao menos fico consolado!

O caminho não tem fim. Alguns aceleram o passo, saltitam! Parecem figuras lendárias, o «homem do saco», que, em pequenos, as mães os acostumaram a temer. Há três dias que dura a descarga — três dias de pesadelo!

— O carvão dá mais dois dias, ou quê?

— A mim talvez chegue a um mezito...

— Como, pá?

— Eu cá me entendo...

Ao entrarem na vila, dispersam-se, cada um para seu lado.

— Até amanhã!

— Até logo. Já passa da meia-noite!

Em casa, são raros os que se lavam e poucos os que ceiam.

— Hoje, tomaş banho, Augusto?

— P'ra quê? Amanhã borro-me outra vez...

Há camas sem lençóis, quando as companheiras previdentemente os tiram. Alguns dormem na cozinha sobre uma esteira. O sobrado e os móveis estão cinzentos. E há meninos de colo que choram com medo dos pais.

— É o paizinho, meu filho! Não chores! Não vêes que é o paizinho?...

De madrugada, os mascarrados voltam ao cargueiro. Ensonados ainda, juntam-se na ladeira.

— Ora, cá vamos outra vez!

— Hoje é o último dia.

— Às cinco da tarde, 'stá tudo safo!

As mãos e os rostos lavados mostram a carne branca dos homens.

Há um pouco de pesar pela brevidade do trabalho.

— Logo vai haver *balão*!

Alguém sentençaia:

— Eu tenho cá uma fêzada que isto dá-me um mezito...

— Como, pá?

— Ora! Com coragem tudo se consegue.

Há sorrisos na turba. Vários têm a mesma fêzada...

O trabalho recomeça. O OLHO do *seu Chico* é uma borboleta leviana a esvoaçar. Fala-se de soslaio:

— Eh pá, olha que ele anda a pau com o serviço!...

— Eu cá me entendo... Isto de golpes nos dedos não dá nada. Mariquices! Coisa brava é que enche o papo!

O vento sopra da Barra. Nuvens disformes alastram no céu. A água do rio tomou outra cor.

O optimista conţinua:

— Fazes o que eu te pedi?

— Vê lá, pá!...

— Não... Não há azar! Quando eu estiver distraído, aplica-me com um *basálo* num chispe!

— Podes ficar aleijado...

— Deixá-lo! Em tendo dinheiro, não preciso do pé!

Um marinheiro inglês, aos bordos, com a cara esmurrada, vem amparado por um guarda-fiscal.

— Grande trepa!

O estrangeiro barafusta, dá safanões, pretende arrepiar caminho. O guarda-fiscal, paciente, puxa-o para dentro da ponte. O imediato do cargueiro pula a terra com um balde na mão. Faz um sinal ao guarda para ele se afastar. Este obedece, e o balde é vazado sobre o rosto do folião.

Partem gargalhadas de todos os lados. A faina abandona. Todos riem — menos o *seu Chico*.

— Estamos no Coliseu, ou quê!?

O ébrio caiu de costas. O imediato, ajudado por outro marinheiro, leva-o em charola.

— Aquele vai p'rá seca!

De súbito, um grito de dor ecoou na ponte. Os homens estacam e olham em redor.

— Que foi?!

Junto a uma vagoneta o Ruivo, caído por terra, grita como um possesso, agarrado a uma perna.

— Ai o meu pezinho!

Camaradas correm ao local. Os peitos estão arfantes, as narinas dilatadas.

— Aleijaste-te, pá?

Os gritos redobram. O pé descalço é uma pasta de sangue. O encarregado corre, de pernas curtas, as botas deformadas pelos joanetes.

— Que há?

O Pencudo explica:

— Nós íamos a vazar a *vagona*... óspois esta pedra resvalou...

— Chama-se um táxi! O homem vai para o hospital!

O sinistrado foi erguido e levado numa maca para fora da ponte. O trabalho paralisou por completo. Até os ingleses evacuaram o cargueiro. A «pedra traiçoeira» foi erguida e examinada várias vezes. Houve pesar... e sorrisos discretos.

— Este Ruivo é um pardal!...

Uma voz sábia sentenciou:

— Um mês... Com umas pelinhas de bacalhau nas horas vagas... o pezinho inflama-se... e são, garantidos, sessenta dias de reforma!

Uma hora depois os porões estavam esgotados. Os guinchos e as vagonetas pararam de vez. A poalha negra bailava agora em redemoinhos, açoitada pelo vento. Os homens colocaram-se em bicha e foram chamados um a um. Um moreno, de bigode, pagou. Os alugados conferiram o preço do arrendamento.

Havia acabado o trabalho para aqueles homens cheios de necessidades. Só os cinco sinistrados daquela tarde continuavam a receber pela Companhia de Seguros. Eram, na maioria, ferimentos ligeiros de três a cinco dias. No entanto, o estado do Ruivo fora uma excepção.

— Ficou internado. É coisa para três meses...

E, nessa noite, o cargueiro fez-se ao mar.

Dec.-Lei 406-A/75:

Expropriação dos grandes agrários

O Decreto-lei 406-A/75, inserido na Reforma Agrária, aponta para a libertação das forças produtivas relativamente aos estrangulamentos produzidos por formas de propriedade da terra e dos meios de produção, que contrariam o desenvolvimento daquelas forças, e afirma: «A liquidação do domínio dos grandes agrários é parte integrante e essencial do processo de destruição do fascismo e das suas bases sociais e surge, como condição fundamental, no caminho da construção de uma sociedade democrática.

Este processo não constitui, no entanto, no que tem de profundo e essencial, um facto ou uma iniciativa do poder de Estado: é de todo em todo irredutível a um quadro de medidas administrativas e legais por cujos carris se ambicionasse fazer seguir linearmente uma reforma agrária comandada pela Administração Central. Tem de constituir — e em larga medida constitui-o já — obra de poder de iniciativa, de imaginação, de organização, de luta e de trabalho dos operários agrícolas e dos pequenos agricultores. E é de justiça elementar reconhecer, no preâmbulo de um diploma como o presente, a importante contribuição que estas camadas têm dado para o avanço e aceleração do processo de reforma, já



Reconhecer a contribuição dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores para o avanço da Reforma Agrária

depois do 25 de Abril, na linha das lutas históricas travadas pelos assalariados rurais do Alentejo contra os grandes agrários e o fascismo, e que tiveram o seu ponto mais alto na década de 60.

O Decreto-lei 406-A/75 prevê a expropriação dos prédios rústicos que se encontrem nalguma das seguintes situações: «a) Pertencam a pessoas singulares, sociedades ou pessoas colectivas do direito privado, ainda que de utilidade pública, que sejam proprietárias, no território nacional, de prédios rústicos que, no seu conjunto, mediante aplicação da tabela anexa ao próprio diploma, se verifique corresponderem a mais de 50 000 pontos ou independentemente desse requisito, ultrapassem a área de 700 ha.

b) Pertencam a pessoas singulares, sociedades colectivas de direito privado, ainda que de utilidade pública, que tenham incorrido em qualquer das situações previstas, como fundamento de intervenção, no Decreto-Lei n.º 660/74 de 25 de Novembro, e legislação complementar;

c) Estejam incultos ou não alcancem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecidos e a estabelecer por portaria do Ministro da Agricultura e Pescas.»

Estabelece em seguida este diploma o direito de reserva da propriedade de uma área da terra do proprietário atingido pela expropriação prevista na alínea a), desde que preencha os requisitos seguintes: a) Explore directamente a terra de que é proprietário;

b) Retire exclusiva ou predominantemente da exploração agrícola directa os seus meios de subsistência e da sua família;

c) Não tenham já exercido o direito de reserva previsto em qualquer outro diploma geral.

Estabelece em seguida o Dec.-lei 406-A/75, um prazo de 180 dias para a definição das regras a utilizar na fixação de indemnizações a atribuir aos proprietários ou outros titulares de direitos ou ónus reais atingidos pelas

medidas de expropriação ou de requisição.

As funções atribuídas ao Instituto de Reorganização Agrária, através dos Centros Regionais de Reforma Agrária serão as de:

a) Promover e apoiar a instalação de unidades de produção nas áreas expropriadas;

b) Coordenar, controlar e apoiar, técnica e financeiramente, a exploração das áreas expropriadas;

c) Proceder à demarcação das áreas reservadas, previstas nos artigos 2.º, 3.º e 6.º do mesmo diploma;

d) Inventariar as benfeitorias, equipamentos, gado e outros bens existentes nas explorações situadas nas áreas expropriadas e proceder às requisições que julgar justificadas.

Preços do tomate para concentrados

As secretarias de Estado do Abastecimento e Preços e da Estrutura Agrária publicaram no *Diário do Governo* um despacho que estabelece, para a campanha agrícola de 1975, os preços mínimos que passarão a vigorar para o tomate destinado ao fabrico de concentrado e que são: o de primeira qualidade, 1\$30 por quilograma; o de segunda 1\$10.

Na mesma campanha vigorará, para o tomate destinado ao fabrico de «pela-do», o preço mínimo de 1\$50/kg. Os preços indicados referem-se a tomate sobre camião na plantação: os preços a pagar pelo tomate posto na fábrica serão aqueles acrescidos do respectivo valor do transporte, desde que este não ultrapasse \$20/kg.

Chelas: Poder popular

Chelas é um bairro da classe operária onde os transportes públicos ainda não chegaram obrigando, diariamente, milhares dos seus habitantes a percorrer a pé largas distâncias, quer até ao Poço do Bispo quer até à Rotunda Baptista Russo, locais mais próximos onde conseguir um autocarro.

Ora a Comissão de Moradores resolveu há tempos que tal situação injusta e desumana tinha de acabar, pelo que entabulou vários contactos com a Carris, no sentido desta prolongar a carreira 18 (que terminava no Poço do Bispo) até ao seu bairro, pedido que — repetimos — vinha ao encontro de um direito elementar de justiça.

Contudo (segundo palavras de Vítor Ribeiro) os contactos falharam, tendo então sido decidido que, ontem se faria uma concentração no referido largo, com o intuito de «forçar» o prolongamento da carreira.

Assim aconteceu. Os funcionários da Carris não levantariam qualquer problema, e enquanto no meio de ambiente de festa os moradores presentes ocuparam dois autocarros, a Comissão estabelecia contactos com a Carris, pondo-a ao corrente da situação. Entretanto, dos contactos havidos, entre as controvérsias geradas, os ditos autocarros acabariam por seguir até Chelas, onde, entre foguetes e música as viaturas foram recebidas.

O poder popular mostrara uma vez mais, a sua real força. A classe trabalhadora acabara de obter mais uma vitória contra o desprezo de uma sociedade de classes. Faltava apenas consolidá-la.

Neste momento podemos informar que a carreira 18 vai mesmo passar a ir até ao bairro operário de Chelas.

A vitória do poder popular está consolidada!

República, 23-8-75

«Proposta de trabalho para um programa político»

Alguns oficiais afectos ao Copcon apresentaram, recentemente ao país uma «Proposta de trabalho para um programa político» para ser amplamente discutida. Embora não seja um documento oficial, dada a sua importância e as suas repercussões tanto ao nível de movimentações populares como ao nível das linhas de acção programática do V Governo, dele transcrevemos dois excertos.

O primeiro refere-se a propostas de carácter mais geral e aponta para um reforço e desenvolvimento do Poder Popular, o segundo aponta algumas medidas de carácter urgente.

— «Um programa revolucionário para a solução da situação tem de passar antes de tudo pela realização do projecto de aliança Movimento das Forças Armadas/Povo, o qual garante a direcção dos trabalhadores na resolução dos seus problemas. Sem essa participação o socialismo é impossível. Há pois que pôr de pé uma estrutura de organização das massas populares pela constituição e o reconhecimento de Conselhos de Aldeia, de fábricas e de bairros que sejam os órgãos através dos quais os trabalhadores possam tomar decisões no sentido de resolver os seus próprios problemas.

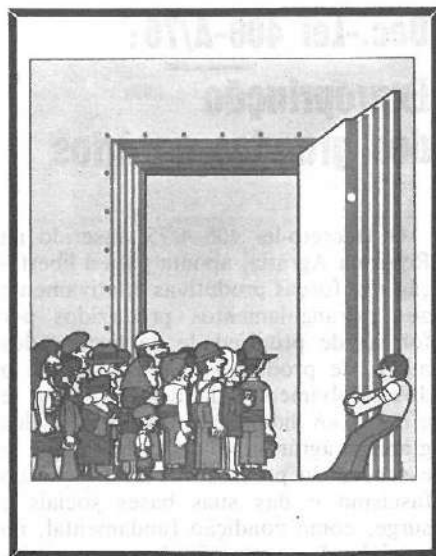
Estes organismos de poder dos trabalhadores terão de ser o instrumento para as soluções económicas, para o planeamento social, (escolas, hospitais, habitação, transportes), terão que ser enfim os verdadeiros órgãos do poder político, única barreira capaz de se opor vitoriosamente à agressão fascista e imperialista.»

Medidas que devem ser tomadas urgentemente:

— «Abaixamento dos preços dos adubos e compra dos produtos agrícolas a preços que garantam a remuneração justa do trabalho dos pequenos e médios agricultores; — utilizar, sempre que necessário, os meios de transporte das Forças Armadas para o escoamento dos produtos; — abaixamento dos preços das rações, e garantia de preços justos aos pequenos e médios produtores de gado bovino, caprino e suíno, bem como o de carne de aviário; — condicionamento da importação de bens alimentares, que entretanto deverão ser substituídos por alimentos produzidos no País; — garantia de concessão de crédito de juro baixo ou nulo, conforme os casos, em quantitativos capazes de garantir a sua eficiente e reprodutiva aplicação; — acção repressiva sobre as comissões liquidatárias dos antigos grémios da lavoura, e ligas de pequenos e médios agricultores, sempre que se verifique discriminação política na atribuição de benefícios; — criação de condições de apoio técnico e veterinário aos pequenos e médios-agricultores e produtores; — medidas de emergência em relação aos desalojados de Angola, englobando-os na política geral do pleno emprego e pleno alojamento, tais como: requisição de estabelecimentos de hotelaria, construção de habitações pré-fabricadas e outras que forem julgadas oportunas como soluções, ainda que provisórias; adopção de medidas relativas a crianças e pessoas idosas e inválidas, que vivam em circunstâncias incompatíveis com um mínimo de segurança social; — planificação que permita a rápida reconversão em moldes úteis das empresas industriais encerradas como consequência da sabotagem desenvolvida pelos capitalistas e reaccionários ou por acção do imperialismo; — criação de condições que garantam a segurança física e moral das pessoas, no sentido de conservar o direito à propriedade desde que esta não constitua instrumento efectivo de exploração.»

A Banca está em condições de satisfazer os seus compromissos

Vem o Ministério das Finanças tomando conhecimento de boatos que nos últimos tempos circulam entre a clientela de alguns bancos nacionalizados visando provocar o alarme e a perda de confiança na segurança dos seus depósitos, nomeadamente fazendo crer que o Estado pretenderia chamar a si as poupanças dos portugueses que se encontram depositadas nos bancos.



Tem-se igualmente conhecimento de que através de telefonemas anónimos, alguns feitos como se procedentes dos próprios bancos, se «avisam» depositantes de que devem levantar as suas economias porque, alegam essas fontes anónimas, «vai ser declarada a bancarrota» e que os depositantes «perderão as suas economias».

Não deixa de ser sintomático que, num momento em que a banca desenvolve um enorme esforço no sentido de aplicar os dinheiros que estão à sua guarda em empreendimentos produtivos, dando prioridade às pequenas e médias empresas e melhorando a sua implantação regional, com o objectivo de dinamizar a actividade económica e de evitar a extinção de postos de trabalho, se comecem a propalar boatos procurando afectar a confiança dos depositantes no sistema bancário.

Perante tais campanhas, o Ministério das Finanças julga oportuno esclarecer que:

A) Os depositantes detêm a plena propriedade dos depósitos que constituem nos bancos, não incidindo sobre o montante dos mesmos qualquer imposto.

B) As instituições bancárias nacionalizadas asseguram a todos os clientes a garantia do Estado português de que serão integralmente cumpridas todas as obrigações e responsabilidades assumidas perante os depositantes.

C) A intervenção do Estado verificou-se já aliás, em alguns casos e entre outras razões de modo a defender as economias de particulares ameaçadas pela gestão capitalista anterior.

D) A banca nacionalizada encontra-se em condições de, em qualquer circunstância, satisfazer os seus compromissos, solver responsabilidades e garantir os dinheiros nela depositados.

em condições de segurança absoluta, com manifesto benefício para os clientes e para a economia em geral, o que a gestão privada não poderia efectivamente assegurar.

Comissões de moradores

As comissões de moradores são uma forma de poder e iniciativa popular, isto é, são órgãos livremente escolhidos pelos trabalhadores que nos próprios locais onde vivem avançam decididamente na resolução dos seus problemas. As comissões de moradores são também uma forma de unir as massas populares, combatendo, assim, as tentativas de lançar os trabalhadores uns contra os outros.

Para que as comissões de moradores sejam verdadeiros órgãos de poder popular é fundamental que estejam verdadeiramente ligados aos moradores. Isto passa por garantir a informação ampla às populações do estado de avanço das lutas, a discussão dos problemas em ASSEMBLEIAS DE MORADORES e tomada de posição dos moradores face aos problemas fundamentais.

As ligações directas entre as comissões de moradores é fundamental pois permite dar mais força e uma orientação comum aos processos de luta que se desenvolvem em vários bairros.

A luta a travar é a de conseguir uma habitação condigna para todos os trabalhadores e para isso é preciso:

— lutar pela expropriação de terrenos perto dos bairros

— exigir o saneamento dos organismos públicos que atrasem ou boicotem o andamento e resolução dos problemas mais urgentes

— lutar contra a especulação com as rendas de casa

— controlar as casas vagas ou mal aproveitadas

— criar melhores condições de vida para as colectividades (creches, instalações desportivas, centros de recreio e cultura, etc.)

— exigir a resolução dos problemas mais graves como água, esgotos, luz, jardins, etc.

— vigiar a utilização dos dinheiros das câmaras dizendo quais são as obras mais necessárias

— exercer vigilância sobre os preços dos produtos de consumo corrente

— despertar e sensibilizar os moradores para a participação activa no processo revolucionário, para a necessidade de edificar o poder popular e o socialismo.

As comissões de moradores são eleitas pelas ASSEMBLEIAS DE MORADORES. Os seus membros podem ser destituídos a todo o momento, se tal for a decisão da ASSEMBLEIA DE MORADORES. Estas comissões de-

vem ser apartidárias, isto é, não estarão submetidas a qualquer partido. Devem reger-se pelas regras de democraticidade, afastando toda e qualquer tendência para a burocracia. Terá portanto de se garantir um controlo efectivo das populações sobre o trabalho das comissões. Para tanto, uma condição base será a da informação permanente acerca das suas actividades (através de comunicados, jornais de parede, assembleias de moradores) partindo do princípio que a ASSEMBLEIA DE MORADORES é o órgão deliberativo máximo.

Baluarte, 15-8-75

Boato arma da reacção

Em conversa com vizinhos cheguei ao conhecimento de que numa cooperativa do Alentejo o Governo colheira toda a produção fruto do trabalho dos operários os quais ficaram sem nada. Segundo os mesmos vizinhos foi através da TV que tiveram conhecimento de tal acto e que a mesma TV comentava o sucedido dizendo que os operários da dita cooperativa teriam que pedir esmola depois de todo o fruto do seu trabalho lhes ser colhido por o Governo.

Como me custa acreditar ser verídico tal dito e tratar-se sim de mais um boato peço se possível um esclarecimento sobre o assunto.

Como não tenho mais dados sobre qual cooperativa é, espero os seus esforços pelo que desde já agradeço.

Vitalino Rodrigues Pereira
Vila Cova — Barcelos

Podemos informá-lo que não existe nenhuma cooperativa neste país em que tenha acontecido o que relata na sua carta. As cooperativas, no Alentejo ou no Minho, existem para a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais e não para a sua exploração.

Comissões de aldeia

I

DEFINIÇÃO

A comissão de aldeia é um órgão revolucionário a nível local, eleito em eleição directa por todos os maiores de

18 anos da aldeia e empossada pelo MFA.

É também o corpo político da aldeia, com o poder de representar o povo junto à freguesia e demais Órgãos Administrativos.

II

FUNÇÕES

1 — Divulgar, defender e basear-se no programa e outros documentos aprovados pelo MFA.

2 — Representar o povo junto à freguesia, às câmaras, autarquias e demais órgãos administrativos.

3 — Decidir a nível local sobre a exploração das terras, águas serviços públicos (saúde, saneamento, educação, ca-



minhos e transportes, electricidade, comercialização de produtos, criação de cooperativas, ajuda aos pobres, aproveitamento de bens móveis e imóveis).

4 — Fiscalizar a realização de obras e a aplicação dos dinheiros públicos.

5 — Fiscalizar os preços cobrados por médicos, veterinários, transportes, comércio e senhorios.

III

ELEIÇÃO E COMPOSIÇÃO

1 — As comissões de aldeia são eleitas e empossadas na presença do MFA, durante as Campanhas de Dinamização actualmente em curso.

2 — Os critérios de proporcionalidade são:

a) De 150 a 500 habitantes — 3 representantes.

b) A partir de 500 habitantes — 5 representantes.

3 — Os Membros são exonerados a qualquer momento, por maioria simples desde que deixem de cumprir o Programa do MFA e as funções administrativas acima indicadas.

4 — O exercício começa a partir do momento da sua posse pelos elementos do MFA.

Parágrafo único: Os indivíduos (homens ou mulheres) que forem eleitos para comissões de aldeia, não podem concorrer às Juntas de Freguesia.

Movimento 14-8-75

G. A. G.

A cantiga é uma arma

ATÉ À VITÓRIA FINAL

Escutai as nossas vozes
que se elevam das fábricas
Vozes de proletários
Que dizem «Estamos fartos»
Fartos que nos roubem
Que comam o nosso pão
Fartos de conversas
Que tentam enganar-nos
Que tentam dividir-nos
Para que nos calemos
Escutai bem nossas vozes
Ó Carrascos do Povo
Nós vamos combater-vos
P'ra ter um mundo novo

Escutai as nossas vozes
Que se elevam dos campos
Vozes de camponeses
Que dizem «Estamos fartos»
Da vida e da miséria
e da vossa opulência
fartos da tirania
fartos da servidão
fartos de nada ter
além dos nossos braços
Enquanto vocês comem
o pão que trabalhamos
Nós vamos combater
toda a vossa canalha
e vamos entregar
a terra a quem trabalha

Refrão

Até à vitória final
Lutaremos p'la causa do Povo
Opomos o trabalho ao Capital
Até à Vitória Final

Escutai as nossas vozes
Vindas de toda a parte
as vozes deste povo
Que dizem «Estamos Fartos»
De em criminosas guerras
aos povos coloniais
Combatermos irmãos
Que também explorais
Enquanto nos palácios
Contais os vossos lucros
Nós em bairros de lata
Contamos nossos mortos
Nós vamos combater-vos
Burgueses Atenção!
Não há força opressora
Que destrua a razão

O G.A.C. (Grupo de Acção Cultural) «Vozes na Luta» é um grupo de militantes autores/compositores. Da introdução aos seus discos retiramos as seguintes palavras: «Este trabalho é feito por um grupo de militantes que servem a arte e a cultura populares. Uma arte e uma cultura colocadas ao serviço das classes exploradas, que sejam armas do povo, que sejam poderosos meios de divulgação do sentir do povo trabalhador, das suas aspirações,

das suas experiências, das suas lutas contra a exploração e a opressão... Nós lutamos na frente política, mas também na frente artística. As obras revolucionárias devem ser correctas quanto ao seu conteúdo político, mas também devem ser de grande qualidade artística... Comunica conosco, camarada. Ajuda-nos a melhorar o nosso trabalho. E, se achas útil e necessário esse trabalho, apoia-o e divulga-o».

A CANTIGA É UMA ARMA

Refrão:

A cantiga é uma arma
não sabia (contra a burguesia)
tudo depende da bala
e da pontaria
Tudo depende da raiva
e da alegria
A cantiga é uma arma
de pontaria

Há quem cante por interesse
há quem cante por cantar
há quem faça profissão
de combater a cantar
e há quem cante de pantufas
p'ra não perder o lugar

Refrão

O faduncho choradinho
de tabernas e sálões
semeia só desalentos
misticismos e ilusões
Canto mole em letra dura
nunca faz Revoluções

Refrão

Se tu cantas a reboque
não vale a pena cantar
Se vais à frente de mais
bem te podes engasgar
A cantiga só é arma
quando a luta acompanhar

Refrão

Uma arma eficiente
fabricada com cuidado
deve ter um mecanismo
bem perfeito e oleado
E o cantó como a arma
deve ser bem fabricado

Refrão

EM VERMELHO, EM MULTIDÃO

O homem amordaçado
pela força da opressão
triste vida de soldado
a feroz exploração
Irão acabar um dia
em vermelho, em multidão

Banqueiros e monopólios
todos eles cairão
quando o povo pegar em armas
e fizer a Revolução
E conquistar o poder
em vermelho, em multidão

Em luta contra os burgueses
trabalhadores vencerão
operários e camponeses
um novo mundo farão
Um mundo de liberdade
em vermelho, em multidão

Mas por certo a burguesia
nos fará oposição
com todos os seus lacaios
toda essa repressão
E teremos que os esmagar
em vermelho, em multidão

AS MÃOS DOS TRABALHADORES

O operário tem as mãos (bis)
Mais perfeitas que há no mundo (bis)

Mãos que constroem casas
as cidades e as pontes
mãos que produzem de tudo
mãos que rasgam horizontes

Mãos fortes e calejadas
que também sabem carinhos
mãos que podem virar armas
para abrir novos caminhos

O camponês tem as mãos (bis)
Mais perfeitas que há no mundo (bis)

Mãos sempre cheias de terra
d'enxadas, foices e grão
mãos fortes e calejadas
onde nasce trigo e pão

Mãos que acarinham a terra
terra onde ele sofre e sua
mãos que podem fazer guerra
quando outro lhe chama sua

O Operário tem as mãos
O camponês tem as mãos
Mais perfeitas que há no mundo (bis)

Perfeitas e belas mãos
as mãos dos trabalhadores (bis)
Juntai todos vossas mãos
Contra os exploradores (bis)

Dinamização cultural no Bairro da Boavista (1)

Bairro da Boavista: situado no extremo da freguesia de Benfica, mesmo no limite do concelho de Lisboa, separado por uma simples estrada do concelho de Oeiras, vizinho do Parque Florestal de Monsanto, por um lado, de um bairro de barracas, por outro.

Habitado por cerca de 9000 moradores, o Bairro da Boavista divide-se essencialmente em duas grandes partes: o Bairro Velho e o Bairro Novo. O Bairro Velho foi construído há cerca de 30 anos por um dos governos de Salazar, como solução provisória para uma série de famílias desalojadas pela emigração da província para a capital ou pelos projectos «grandiosos» do Estado Novo. Construído e entregue aos moradores com a promessa formal de que o Bairro seria demolido passado cinco anos e as pessoas mudadas para casas mais decentes; passados já trinta anos, caído o Estado Novo, as casas de lusalite do Bairro Velho estão ainda de pé graças aos remendos que os moradores lhes vão fazendo. A vida lá dentro é difícil: de inverno o material ensopa e a chuva pinga para dentro das casas, e de verão funciona como uma espécie de forno, sob o calor ardente do sol português.

O Bairro Novo, recente, marcelista, é mais habitável, apesar de uma construção deficiente que provoca infiltrações de água que dão ao soalho uma cor esverdeada. A quem conhece as

casas, custa-lhe acreditar que elas custaram à Câmara cerca de trezentos contos cada uma, terreno não incluído, o que quase chegaria para uma construção de luxo não fora a corrupção que minava a Câmara de Lisboa e as larguíssimas percentagens com que o empreiteiro se abotoava. O Bairro Novo acabara de ser construído e encontrava-se ainda desabitado quando do 25 de Abril, tendo sido ocupado logo depois, por iniciativa de uma organização partidária.

Ao problema da habitação se juntam muitos outros, que contribuem para tornar a vida dos operários e trabalhadores do Bairro da Boavista, uma vida de insegurança e de miséria. Assim, no Verão a água falta quase todos os dias e as diligências feitas junto da Câmara Municipal e da EPAL não dão solução ao caso. A rede de esgotos não funciona convenientemente e a recolha de lixo é mais que insatisfatória, ao contrário do que sucede nos bairros burgueses das Avenidas Novas ou da Estrela onde os serviços de limpeza da Câmara funcionam exemplarmente. Os locais onde se podem comprar os artigos de primeira necessidade não reúnem condições higiénicas de espécie alguma, como acontece com os vende-

dores ambulantes junto dos quais os moradores satisfazem grande parte das suas necessidades. Os edifícios em que funciona a escola datam da construção do Bairro Velho, não satisfazem nem as professoras nem os alunos e a nova escola, que já está em construção, não estará pronta a tempo de funcionar no próximo ano lectivo, por o empreiteiro se recusar a dar emprego aos operários necessários. Também na escola nos apercebemos que o ensino é dado segundo métodos pedagogicamente deficientes, isto é com recurso à violência física e psicológica, não existindo ligações de espécie alguma entre as professoras e a população em geral.

Existe uma creche que se encontra superlotada com cerca de quarenta crianças, quando quase meio milhar necessita dos serviços de uma creche, já que muitas das mães dessas crianças têm de trabalhar para equilibrar a economia do lar deixando as crianças ao abandono ou entregues a irmãos pouco mais velhos do que elas.

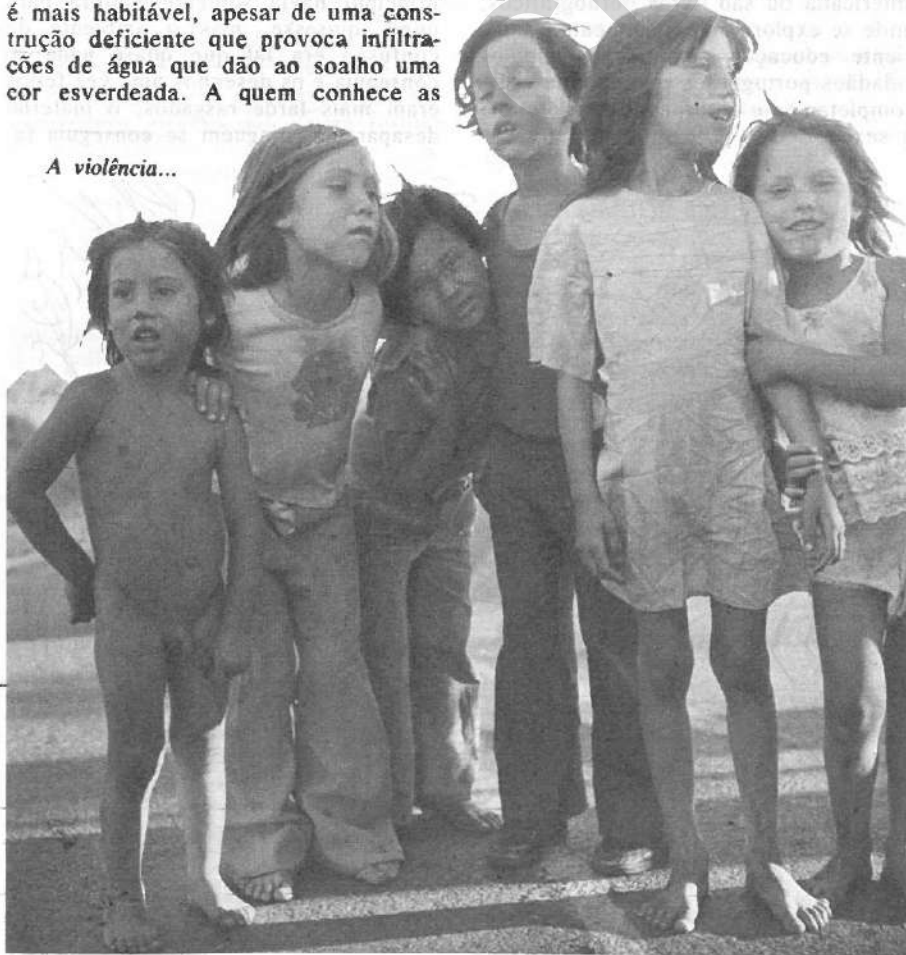
Significativo do modo de viver no Bairro da Boavista, e noutros bairros satélites das grandes cidades, é o resultado de um inquérito que foi feito no Bairro pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Medicina do Campo de Santana: a primeira necessidade, para o Bairro, segundo a opinião da maioria dos moradores, é um Posto da Polícia. De facto, há no Bairro muitas pessoas que vivem do roubo, da batota, da prostituição, da aldrabice, mas a situação não se resolve em profundidade criando mais um órgão de repressão. Há que ver que a origem do mal está na miséria das condições económicas de vida das pessoas, entendendo-se por economia o modo pelo qual os homens obtêm os bens de que necessitam para viver.

Foi esta, em suma, a realidade que se deparou a um grupo de estudantes universitários que ao encontrarem as faculdades fechadas, decidiram pôr as suas qualidades ao serviço das camadas da população mais desfavorecidas através da dinamização cultural, e que com esse fim entraram em contacto com a Comissão de Moradores do Bairro da Boavista.

'CRIANÇAS E VIOLÊNCIA

Para que se compreenda bem em que condições decorreu o trabalho, é necessário dizer que os estudantes nunca tinham trabalhado no campo da dinamização cultural e que os separava dos moradores uma origem de classe totalmente diferente, pois é sabido que muito poucos portugueses estão em condições de oferecer uma formação universitária aos seus filhos, sendo a vida dos trabalhadores-estudantes mui-

A violência...





As crianças do Bairro da Boavista.

tura dura. Desnecessário é dizer que no Bairro da Boavista não existe ninguém com um curso superior, nem com o 7.º ano, excepto o médico que vai lá dar consulta e que é acusado de paternalismo pela população. Antes pelo contrário, existem muitos analfabetos de todas as idades. Analfabetos que não foi possível alfabetizar por falta de coordenação entre eles, os estudantes e a comissão de moradores. De facto os estudantes propuseram-se fazer um trabalho de alfabetização, segundo o método de Paulo Freire que permite ensinar a ler e escrever em menos de três meses, e foi-lhes dito que unicamente se encontrara cinco pessoas interessadas nesse curso, porque o que todos queriam era tirar a 4.ª classe. Mais tarde, em conversa com a comissão de moradores do Bairro das Barracas, os estudantes vieram a saber que num curso de alfabetização lá organizado segundo o mesmo método, houvera um grande número de inscritos entre os quais mais de cinco moradores do Bairro da Boavista.

A preparação para o trabalho de dinamização cultural foi feita em reuniões onde os participantes definiram o âmbito do trabalho e decidiram que a melhor forma de entrar em contacto com a cultura do Bairro seria comunicar primeiro com as crianças através. Aliás, soubemos que esse trabalho era muito necessário pois as crianças que frequentavam a escola passavam lá somente três horas, vivendo o resto do tempo na rua, com a sua fígua e as suas pedras, pedindo cigarros ao vizinho que passa, a ir matar pássaros ou coelhos ao Parque de Monsanto, a fazer corridas nos carros de esferas, a atear fogos no mato e depois a ajudar os bombeiros a apagá-los, a ir à «chichada» (ir roubar fruta aos quintais de quem tem fruta nos quintais), ou a jogar à batota, e outras actividades provocadas pelas condições sociais em que a criança vive, mas que a própria sociedade vai depois censurar e reprimir. Nós considerámos que não se tratava de reprimir a vida selvagem das crianças do Bairro, antes importava modificar as condições sociais pela nossa presença e acção.

Em colaboração com os estudantes

trabalhou o já citado Departamento de Sociologia Médica, que ao mesmo tempo que nos ajudava a criticar teoricamente os problemas práticos que vivíamos no Bairro, actuava ele próprio junto a algumas entidades do Bairro tais como a Comissão e as professoras, depois de ter apurado através de um inquérito as principais necessidades do Bairro.

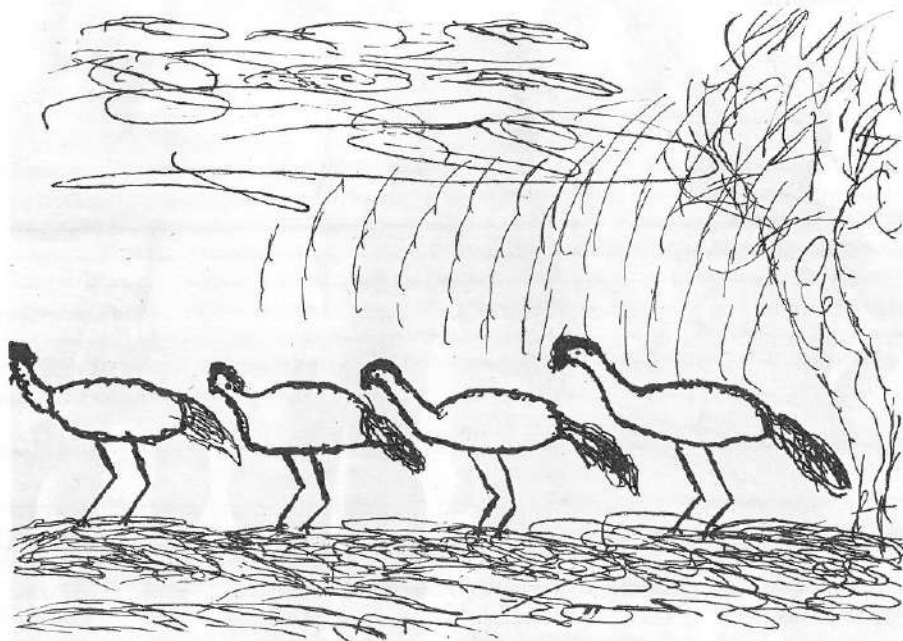
Os estudantes entraram em contacto com a camada mais jovem do Bairro, com idades compreendidas entre os três e os dezassete anos, e podemos dizer que, em contacto com a prática os seus conceitos sobre educação e cultura ruíram completamente, pois no Bairro e com aquelas crianças não é possível fazer nada daquilo que os livros e a televisão aconselhavam e diziam que se devia fazer. Isto porque a violência daqueles jovens homens, mulheres e crianças excedia tudo quanto aos estudantes tinha sido dado ver. Violência que vinha muito mais de trás, violência que começava na repressão do Estado fascista, que continuava na violência do patrão cioso do seu lucro, violência dos pais sobre os filhos, dos mais velhos para com os mais novos, do forte contra o fraco. A própria informação cultural de que os jovens do Bairro dispõem está cheia de violência. O cinema que eles vêem é o cinema americano do Oeste, com muitos murros, pontapés e caras partidas, ou mais modernamente os filmes de karate. Os livros ou tratam de espionagem ou são velhos livros de quadrinhos, tipo Kansas Kid ou Bufalo Bill, produtos da violência expansionista americana ou são livros pornográficos, onde se explora comercialmente a deficiente educação sexual que tem os cidadãos portugueses e se dá uma visão completamente deturpada daquilo que é o sexo.

CRIANÇAS E CRIATIVIDADE

Os estudantes aperceberam-se rapidamente de que seria necessário partir do zero, sem projectos de realização demasiado ambiciosos. Importava começar por conviver despreocupadamente com as crianças sem que existisse a relação educador-educando, isto é, reprimindo o menos possível a criança, embora salvaguardando sempre a sua integridade física. Sem perda de capacidade crítica, é necessário que o dinamizador cultural abdique de códigos morais que foram elaborados em condições completamente diversas daquelas onde ele irá agir.

A confirmação da impossibilidade de pôr em prática projectos ambiciosos e idealistas surgiu aos estudantes com a tentativa para constituir a Casa da Cultura Popular. Tratou-se de uma tentativa desligada dos moradores, em termos políticos foi uma manobra de cúpula dos dinamizadores culturais. Os estudantes compreenderam esse facto quando numa sessão de esclarecimento sobre a Casa da Cultura Popular apareceram umas vinte ou trinta pessoas, que ouviram o que foi dito com pouca paciência e seguidamente falaram dos seus problemas pessoais. Aí os estudantes foram forçados a dar razão ao Departamento de Sociologia, que perguntava se essa tal Casa da Cultura Popular seria uma necessidade da população do Bairro ou dos dinamizadores culturais.

As actividades com as crianças, através do conhecimento mútuo, foi-se desenvolvendo e diversificando: ao princípio havia somente pintura para quem quisesse, mas o ambiente de confusão era tal que quase nada se conseguia e os desenhos uma vez feitos eram mais tarde rasgados, o material desaparecia, ninguém se conseguia fa-



E a criatividade

zer ouvir, não havia criação nem construção mas somente destruição. Com o tempo, surgiu a necessidade de criar entre os estudantes um grupo de trabalhos manuais que trabalhava com vários materiais (de papel a barro), e que teve o seu apogeu na construção de uma casa de madeira em miniatura, que era, por assim dizer, a melhor casa que existia no Bairro, pois possuía várias divisões, mobília que ia desde poltronas a camas com colchas de cetim azul, papel de parede e até televisão. Surgiu também um grupo que se ocupava das crianças mais pequenas, abaixo dos seis anos, mas que na prática se fundiu com o grupo de trabalhos manuais e que tinha actividades mais simples: dobragens em papel, colagens de revistas e papéis de cor, trabalhos em arame, em feltro e noutros materiais. Constitui-se um grupo de teatro infantil, que nunca chegou a trabalhar bem, por falta de continuidade e de conhecimentos dos estudantes que o constituíam.

A certa altura descobriu-se que as crianças ao ar livre estavam bastante mais sossegadas e concentradas no seu trabalho, e incomodando-se muito menos entre si, do que no salão. Decidiram, por isso, os estudantes mudar o local de trabalho para umas mesas de pedra existentes em pleno parque florestal de Monsanto, num local onde os passeantes fazem piqueniques ao fim da semana. A Comissão de Moradores regozijou-se perante esta mudança, pois encarava os estragos que as crianças faziam no Salão com bastante preocupação, quase com desespero. Nesse local paradisíaco, tão diferente das ruas do Bairro, os estudantes e as crianças chegaram a determinado entendimento através das várias formas de dinamização cultural.

No que diz respeito à pintura, apareciam nessa altura composições sobre temas variados, entre os quais se distinguíam pinturas sobre o momento político, o emblema do MFA que tem o cravo que sai de dentro das duas metades da esfera, símbolos de partidos políticos, influências dos cartazes que se encontra por toda a parte na rua, pinturas sobre o próprio «Espírita» com grande relevo para o monóculo. Apareciam também composições sobre a casa, umas vezes a casa que cada um gostava de ter, outras vezes uma casa semelhante àquela na qual vivia, desenhos sobre a guerra, automóveis, igrejas, sobre o amor de mãe e o amor de pai, e sobre o amor em geral, representado por um coração trespassado por uma flecha. Apareciam também pinturas que eram retratos do próprio artista, ou retratos de um dos estudantes, retratos de animais, alguns deles já extintos da superfície da terra, e ainda outros temas como paisagens, etc.

FILIPE ROCHA DA SILVA

A contra-revolução o desemprego e não só ...

A ligação íntima entre a situação económica e os problemas reais ultimamente verificados no nosso país levamos a abordar frontalmente o problema das acções contra-revolucionárias, tema que se poderia dizer à primeira vista não ter cabimento nesta secção do *Correio do Povo*.

De facto a política evolui como tudo na vida e já lá vai o tempo em que os problemas entre países se resolviam com uma simples invasão e consequente domínio pelas armas do inimigo. É evidente que estas soluções continuam a ser encaradas — e utilizadas, veja-se o caso do Vietname — mas em zonas do mundo, mais afastadas da velha Europa e sempre como último recurso.

Porém os gigantescos interesses que se movem no mundo têm outras formas de atacar e frequentemente com sucesso, todos aqueles que têm a veleidade de pretender sair fora da respectiva esfera de influência — quer dizer, aqueles que pretendam deixar de ser os trabalhadores dóceis, submissos e baratos que permitam a tais países manter elevados níveis de vida e de tal maneira evitar a exploração excessiva dos seus próprios naturais a qual a terem de a praticar, levaria em pouco tempo a eles próprios terem problemas de Revoluções nos seus países.

Ora a arma ideal utilizada é a económica. E é fácil de compreender porquê. Como todos aceitaram a Economia de um país é uma coisa que não funcionando bem, é tal e qual como uma aldeia onde falte a água e a padaria deixe de trabalhar. Para isso há um ditado popular que expressa bem a consequência daí resultante e que diz simplesmente — CASA ONDE NÃO HÁ PÃO TODOS RALHAM E NINGUÉM TEM RAZÃO.

Ora, os amigos leitores os políticos — leia-se politiquês — não esquecem estas coisas. E infelizmente são especialistas no uso de todas essas manhas e manobras.

É que além disso essas manobras passam-se em coisas e por formas que o vulgar das pessoas sabe analisar mal na sua profundidade. As pessoas o que vêm são as consequências mas normalmente não têm a formação técnica nem os conhecimentos dos factos que lhes permitam como e onde o inimigo atacou.

Dou-vos um exemplo. Pensemos numa pequena cidade de aldeia ou numa vila. Se um dia não existir água nas torneiras das vossas casas a quem serão deitadas logo de imediato as culpas? Pois actualmente às autoridades, tais como o presidente da Câmara ou até o Governo em Lisboa. Porém a realidade pode ser toda outra. Já imaginaram que para levar a água até às vossas casas são precisas máquinas e tubarias? E que tais máquinas podem avariar? E que as peças para as mesmas serem reparadas são necessária e normalmente importadas?

E então a realidade pode efectivamente ser outra. Pode ser que o funcionário responsável pela reparação seja um mau trabalhador e não preste atenção à necessidade de encomendar as peças para o bom funcionamento da máquina. Ou até pode acontecer que algum SENHOR da vila ou da cidade evidentemente interessado em provocar o descontentamento do povo consiga enganar um dos tais trabalhadores e convencê-lo de que não deve esforçar-se no seu trabalho. Ora, assim chegará o dia em que ao ser preciso reparar tal máquina não haja o material necessário. E mais, é bem possível que quando os serviços encomendem tal peça ao estrangeiro tenham dificuldade em o obter. E porquê? Porque, não tenhamos ilusões, a nossa revolução é um perigo real para a estabilidade actualmente existente em boa parte dos países nossos fornecedores. É que eles sabem que se todos os pequenos países como o nosso quiserem que os seus habitantes recebam salários justos, eles não poderão continuar a comprar-lhes o que eles produzem por preços baratos permitindo-lhes o tal bom nível de vida.

E porque assim é, e porque sabem que quanto mais dificuldades criarem ao nosso Governo, mais o povo estará descontente procuram por todos os meios fazer com que não se consolide na nossa terra a consciência de que só pela via democrática se alcançará a libertação da sua exploração. Evidentemente com eles e actuando na sombra estão todos aqueles que não admitem perderem os privilégios de que até aqui têm gozado.

Bem bem sabemos que verdadeiros cristãos — dentro e fora da Igreja — há poucos e os poucos desses que há normalmente não pertencem à classe dos SENHORES.

Todas as atitudes do género daquela que acima vos indiquei como simples exemplo são realmente contra-revolucionárias. Mas também vos quero alertar para o facto de que os privilégios são relativos. Quero com isso dizer que não é só o grande proprietário que pode tomar tais atitudes. Infelizmente encontrámos tais ac-

tuações mesmo ao nível dos simples funcionários públicos ou privados e dos pequenos produtores agrícolas ou industriais e evidentemente comerciantes.

Porém há uma diferença profunda entre a atitude de ambos. É que o grande SENHOR da aldeia quer manter a antiga situação porque sabe que de todos beneficia, tanto do trabalhador a quem paga um salário de fome como do comerciante e industrial que lhe vende os produtos menos caros exactamente porque também usa trabalhadores a bom preço, indo alimentar os grandes lucros das grandes empresas que vendem finalmente esses produtos a alto preço.

Mas já os pequenos agricultores, industriais e comerciantes tomam com alguma frequência atitudes e acções contra-revolucionárias porque fundamentalmente têm medo de «MUDAR»,

poder continuar a aproveitarem-se de vós. Penso que teríamos certamente muito mais respeito por nós próprios e pelos outros se os nossos objectivos fossem em vez disso fazer com que todos tivessem possibilidade de aprender a ler e não limitarmos isso só para os que têm dinheiro para pagar um colégio — de trabalhar com responsabilidade, de gozar do merecido descanso, de poder ter um médico quando se está doente, de ter uma reforma quando se chega a velho ou se adocece, etc.

O DESEMPREGO

Toda esta falta de vontade em trabalhar agora mais e melhor do que anteriormente ao 25 de Abril, porque «já não vale a pena» e mesmo a prática

tituir um dirigismo irrealizável e que só se pode impor, tal como acontecia antes do 25 de Abril, pelo medo dos castigos aos que não cumprirem e pelo desejo de «engraxar» os superiores;»

— outra, pelos interessados na resolução dos problemas concretos que se vão deparando na vida do dia-a-dia, quer no trabalho quer em qualquer outro sítio. Neste caso evidentemente tem de haver uma coordenação das acções, que terá de pertencer a um órgão que tenha uma visão total do País e que por definição é o Governo.

Como vimos é isso que tem faltado de parte de muita da nossa população à qual mentrosamente se continua dizendo que a Política é votar, é manifestar-se, é ir a comícios. Ora na verdade POLÍTICA não é nada disso. Bem pelo contrário é cada um trabalhar em conjunto com os seus colegas de emprego com os seus vizinhos, com os seus amigos, na resolução dos problemas que em todas essas conversas e locais se manifestem e exijam uma solução que a todos interesse.

Desse imobilismo mentiroso em que as populações vêm vivendo e também da decidida má vontade e real boicote que os países estrangeiros nos movem, resulta uma crescente paralisação da economia, e daí o desemprego.

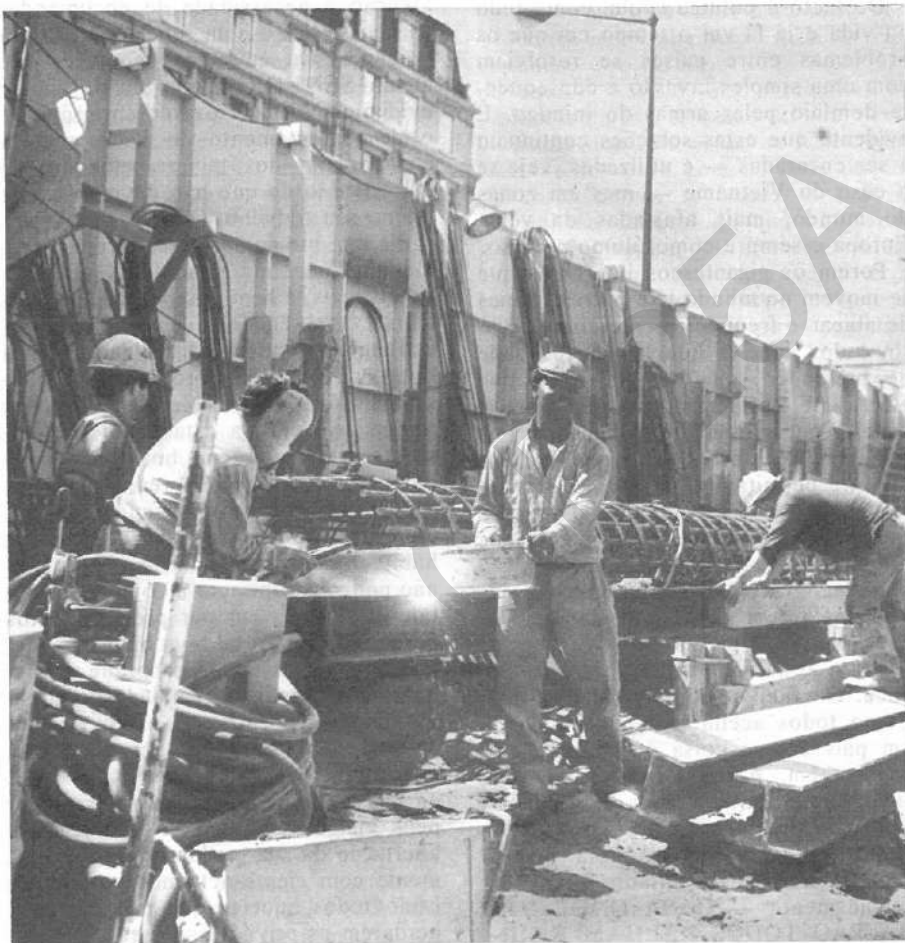
Como se ultrapassa isso? Pois certamente só com o desmascarar dos mentirosos e dos contra-revolucionários que incitam o povo e os trabalhadores a não cumprirem com os seus deveres de cidadãos, a não defenderem os seus verdadeiros interesses afinal a oporem-se a quem os pretende livrar da exploração em que têm vivido.

Mas não basta aquele desmascarar. É preciso exigir que cada um trabalhe o que lhe compete no seu posto. Se para tal for necessário um Governo forte, controlado pelos homens justos, honestos e verdadeiramente trabalhadores desta terra, temos o dever de apoiar o que não impede criticá-lo sempre que for preciso.

Do amigo leitor Nuno Martins de Maleta — Vimioso obtivemos um relato bem triste do que é a situação dos desempregados neste país. No próximo número procuraremos aprofundar algumas das suas observações, pensando porém que o artigo de hoje talvez faça alguma luz sobre os porquês de algumas situações.

Entretanto a sua carta foi dirigida a entidades responsáveis por forma a que a situação real do País seja bem sentida e os perigos que ela representa pressionem os responsáveis no sentido de impor maior exigência no trabalho dos departamentos competentes.

JOSÉ GUIMARÃES



Construção civil, um dos sectores mais afectados pelo desemprego e que é urgente combater

e porque têm a esperança de um dia poderem também serem grandes «SENHORES» na sua aldeia. Triste ilusão. Já se terão dado ao trabalho, os amigos que estão a ler estas linhas, de ver quantos alcançaram finalmente a independência em relação a esses «Senhores»? E quantos de todos vós não conseguiu afinal chegar lá? É necessário que percebam que ao tomar essas atitudes só estão a favorecer os objectivos daqueles que não querem senão

e acções que prejudicam as empresas ou chefes que não assumem as responsabilidades que a cada um competem decidindo os assuntos à sua confiança, fazem com que muitos portugueses não encontrem trabalho.

Para pôr a funcionar a máquina económica deste país há fundamentalmente duas maneiras:

— uma, pelo Governo de Lisboa e que pensamos ser errada por cons-

Alimentação infantil

O desmame

A dieta nos primeiros meses da vida da criança tem que preencher duas condições fundamentais: fornecer ao organismo em desenvolvimento todos os elementos necessários à sua manutenção e crescimento, e estar adaptada ao aparelho digestivo da criança, isto é, ser facilmente digerível.

Já vimos que o leite é o alimento que melhor satisfaz estes requisitos nos primeiros meses da vida. As necessidades da criança vão aumentando, e a curto prazo, ao fim de 3/4 meses já o leite não consegue preencher todas as necessidades do organismo, sobretudo em vitaminas e sais minerais. Há pois que não prolongar demasiado a alimentação láctea, introduzindo na dieta outros alimentos além do leite.

A partir do 1.º mês devemos iniciar a administração de sumos de fruta, principalmente sumo de laranja. Estes sumos devem dar-se de início em pequenas quantidades, uma ou duas colherinhas, meia hora antes dos biberons. Consegue-se assim a habituação do lactante a um novo alimento que lhe irá fornecer vitamina C, ao mesmo tempo que facilita a função intestinal, nas crianças que sofrem de «prisão de ventre».

Cerca dos três meses a criança deve começar o desmame gradual, substituindo uma mamada ou biberon por uma refeição de legumes, em puré. Esta refeição tem a vantagem de fornecer certos minerais como o ferro, que os leites de mulher ou de vaca não contêm em quantidade suficiente. Uma criança alimentada exclusivamente com leite acabará por sofrer de anemia ao fim de poucos meses. A primeira refeição que deve introduzir-se na dieta, terá pois vantagens se for constituída por alimentos ricos em minerais, principalmente ferro. Os alimentos que mais se adaptam a estas necessidades são os legumes; principalmente a cenoura, o espinafre, a nabíça, a alface, a cabeça de nabo e a abóbora. Estes legumes devem ser cozidos em caldo de carne magra (carneiro ou frango) e depois reduzidos a puré.

É natural que o sabor desta refeição provoque rejeição da parte da criança, habituada apenas ao leite. Antes de poder substituir um biberon por esta papa de legumes convém ir habituando a criança ao novo alimento, dando uma ou duas colheres deste caldo antes da mamada. Deste modo ao fim de algum tempo, e por volta do 3.º mês, podemos fazer a substituição de uma mamada ou biberon. Esta refeição pode conter

duas, três ou mais qualidades de legumes, variando a sua composição de dia para dia. Pode ser dada à colher ou no biberon. Devemos lembrar que o bebé habituado a mamar, terá dificuldade em adaptar-se à colher. Há que introduzir a papa até ao dorso da língua, com a ajuda de uma colher pequena, caso contrário a criança cospe a papa.

Muitas vezes as mães preocupam-se com a quantidade que o bebé deve ingerir. De um modo geral, diremos que a criança deve comer a quantidade que quiser destes alimentos, tendo em conta que, de início, a falta de habituação pode originar recusa e deficiente alimentação nessa refeição. Há que ter paciência, procurando habituar a criança, dando durante o dia algumas colheres desse alimento, antes dos biberons.

A habituação aos sumos de fruta pode iniciar-se, como já se disse, a partir do 1.º mês, deve continuar, aumentando a variedade de frutos. Os frutos que primeiro se devem introduzir na alimentação do lactente são: a laranja, a banana, o tomate, a maçã e a pêra. Estes frutos esmagados, simples ou combinados, reduzem-se a papa e podem ser dados como sobremesa, após a papa de legumes ou, misturados com bolacha ou flocos de Nestum, constituem uma refeição independente.

Assim, por volta do 4.º mês, o bebé pode ter já uma refeição de legumes e fruta, ou duas refeições: uma de legumes e outra de fruta. As restantes refeições, quatro ou cinco, serão constituídas por leite (materno ou de vaca).

Uma vez habituado às papas de legumes e fruta, podemos introduzir na dieta do bebé uma papa de farinha em substituição de outra mamada.

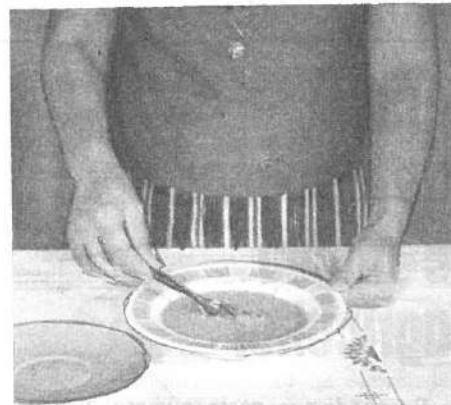
Para a preparação dessa papa pode usar-se uma farinha láctea do tipo da Nestlé (Cerelac) que se desfaz em água, ou usar a farinha Maisena e leite de vaca, preparando um caldo ao lume.

Esta refeição é geralmente bem aceite pela criança. Assim, por volta do 5.º mês o bebé deve tomar três refeições, de preferência à colher e dois ou três biberons.

Nesta idade e quando já habituada às refeições indicadas, a criança come em cada refeição o suficiente, espaçando o intervalo entre elas acaba por diminuir o seu número.

Depois desta idade já é possível variar as refeições introduzindo novos alimentos como peixe fresco, magro (pescada, linguado, pargo ou goraz). Convém chamar a atenção para a necessidade de o peixe ser fresco, não congelado, e bem limpo de espinhas.

Os ovos também podem ser introduzidos na papa de legumes ou na papa de farinha, se esta for cozinhada em casa. Usa-se a gema cozida, desfeita



A introdução de papas na alimentação infantil

nos purés de legumes, ou crua incorporada no caldo de farinha feito ao lume. Principalmente quando há dificuldade em obter carne ou peixe, a gema de ovo pode fornecer proteínas necessárias à alimentação infantil. Um bebé de seis meses pode ter na sua dieta cinco ou seis gemas de ovo por semana.

A carne pode ser usada não só na preparação da cozedura dos legumes mas ministrada moída e mais tarde, depois dos sete meses, picada. No início da adaptação deve usar-se, de preferência, a mioleira e o fígado de vitela, mas cerca dos cinco meses já podem introduzir-se na dieta febras de frango, vitela ou fiambre. Estas febras serão moídas o mais finamente possível mas cerca dos sete meses devemos misturá-las nos purés, apenas picadas para preparar e estimular a mastigação.

No nosso país, principalmente nas zonas rurais, a açorda constitui o primeiro alimento da criança. Devemos aqui afirmar que é preferível puré de legumes à açorda, pois os legumes fornecem à criança sais minerais e vitaminas que o pão, sobretudo o industrializado, não contém. Embora o paladar da criança aceite melhor a açorda, esta não deve tornar-se alimento rotineiro.

Sempre que se faça uma açorda esta terá que ser enriquecida com carne, peixe ou gema de ovo. Não se pode correr o risco de abusar das açordas, criando meninos «gordos» mas distróficos, isto é, falsamente alimentados. A açorda não substitui os legumes e não deve fazer parte da alimentação habitual da infância.

Sempre que seja possível pode ainda, por volta dos seis meses, introduzir na dieta o iogurte que, misturado com fruta, bolacha, flocos e açúcar pode constituir uma boa refeição, a meio da tarde, sobretudo no verão.

Carne e peixe serão, nos primeiros meses, ministrados cozidos, mas depois do oitavo mês já os podemos utilizar grelhados, variando a confecção das refeições. Nesta idade já é possível dar o ovo completo, mexido ou batido e incorporado nos purés (tipo soufflé).

(Cont. na pág. 32)

Apoio do pequeno e médio agricultor

Respondemos neste número a algumas questões que nos foram postas em cartas dirigidas ao «Correio do Povo».

O Sr. Manuel António dos Reis de Brejão pergunta-nos na sua carta quais as medidas que já teria tomado o Estado para facilitar a vida dos agricultores e aponta várias questões concretas. Entre elas as dificuldades com que os pequenos e médios agricultores se têm deparado para fazer frente a problemas, quer nos aspectos da produção quer nos aspectos do escoamento.

Ao responder a esta pergunta parece-me importante dizer que, o Governo democrático pós-25 de Abril de 1974 já tomou medidas muito concretas que favoreceram o pequeno e médio agricultores. Refiro-me particularmente ao preço pago ao produtor por alguns produtos agrícolas, como seja o preço do milho, o preço da carne e o preço do leite.

De resto nas zonas produtoras de milho já começámos a verificar o aumento de áreas de cultura. O preço da carne e do leite pagos ao produtor são outras medidas favoráveis, nas suas grandes linhas, ao pequeno e médio agricultores. Além disso outras medidas tais como a concessão do crédito de emergência, que em termos de concessão de adubos, pesticidas, sementes seleccionadas constitui uma acção que vai de encontro aos interesses dessas camadas.

O autor desta carta levanta uma questão que não deixa de ter cabimento, que se liga precisamente com a concretização dessas medidas. Isto é, se todas estas medidas que foram citadas chegaram a casa do pequeno e médio agricultores. É que na verdade, em linhas gerais, estas medidas ainda não chegaram à casa dos trabalhadores do campo. E interessa saber porquê.

Isto passa-se porque as medidas revolucionárias que deviam ter sido postas em prática, e que se relacionam com o saneamento do aparelho de Estado a nível regional e com a democratização das Comissões Liquidatárias dos Grémios das Lavouras e outras instituições de crédito que sabotaram a passagem à prática das medidas tomadas pelo Governo Provisório, ainda não o foram. E eu estou certo que o V.º Governo, muito mais coeso do que os outros, «sem oposição dentro do pró-

prio Governo» nas palavras do 1.º Ministro, pode tomar medidas muito concretas que levem à prática muitas das medidas já decididas e aprovadas.

Em resumo: o 25 de Abril trouxe já medidas muito eficazes em defesa do pequeno e médio agricultores. Após a elaboração dessas medidas havia, na realidade, que se tomarem outras, mas como todos nós sabemos, houve determinadas dificuldades na vida política que foram progressivamente vencidas. Foi o caso do 28 de Setembro, foi o caso do 11 de Março. E só após a vitória do 11 de Março é que muitas dessas medidas puderam ser postas em prática embora não todas.

Outra questão que o Sr. Manuel dos Reis levanta refere-se aos preços dos produtos da agricultura e particularmente no seu confronto com os preços dos produtos de fora da agricultura como é o caso dos adubos, rações etc.

Em 1.º lugar gostaríamos de dizer que o preço dos produtos agrícolas é, de facto, um problema fundamental para o pequeno e médio agricultor. Como se sabe, estas classes sempre estiveram à margem do comércio dos produtos agrícolas. Até à data o comércio dos produtos tem sido dominado pelos grandes capitalistas, tanto do sector como por grandes capitalistas ligados a outros sectores. É o grande capital que tem dominado a rede dos produtos comerciais que vêm da agricultura e que se dirigem para a agricultura. Daí o facto da política de preços, até à data, e durante o fascismo com mais razão, ser uma política de preços favorável ao grande capital agrário. O pequeno e médio agricultor nada beneficiaram. É importante que se tomem medidas para democratizar o sector comercial que está ligado à agricultura. Com a participação do Estado democrático nessa democratização de modo a liquidar o domínio do grande capital O controle do Estado associado às instituições e associações dos pequenos e médios agricultores permitirá pôr em prática uma política de preços nos produtos agrícolas que beneficie na realidade o pequeno e médio agricultor. Além disso a democratização e o controlo pelo Estado permitirá também que os adubos, as rações e outros produtos que vêm de fora da agricultura mas que interessam principalmente à exploração agrícola, tenham preços vantajosos para o pequeno e médio agricultor. O 25 de Abril de 1974 já fez qualquer coisa nesse sentido. Ainda recentemente foram baixados os preços dos adubos e de outros produtos. Também neste campo o saldo da Democracia é positivo para o pequeno e médio agricultor.

As medidas já tomadas pelo Governo são só por si insuficientes, elas não vão por si só resolver, nem no presente nem no futuro, todos os

problemas económicos, sociais e culturais dos pequenos e médios agricultores. A única forma de os resolver será pela união dos seus esforços através da organização em cooperativas agrícolas de produção. Só assim, eles terão um futuro mais forte, mais digno e cada vez mais progressivo.

Por muitas medidas que possam vir a ser postas em prática, para ajudar o pequeno e médio agricultor, é claro que não se pode introduzir na sua pequena exploração as técnicas mais modernas e produtivas. Só a organização em cooperativas o permitirá.

São os próprios pequenos e médios agricultores que devem abrir-se à constituição dessas cooperativas de produção, são eles que as têm de construir. O Estado tem um papel muito importante que é o de convencer, de mostrar as vantagens da organização em cooperativas. A formação de cooperativas de pequenos e médios agricultores é uma porta e um caminho que fazem parte do programa do Governo e do Programa do MFA. Isto é outro benefício real que a democracia implantada após o 25 de Abril de 1974 veio trazer às massas camponesas.

O conjunto destas medidas directamente dirigidas ao pequeno e médio agricultor enquanto isolado, e as medidas de desencadeamento e implantação de um amplo movimento cooperativo virão a criar as condições em Portugal para que a agricultura produza cada vez mais e melhor. Só através da consolidação política e económica da nossa democracia nos iremos libertando da importação de produtos agrícolas. E a importação de produtos agrícolas é extremamente penosa pois que, devido à política do regime anterior, importamos praticamente metade dos nossos produtos agrícolas e a preços impostos pelo exterior.

De resto a ideia cooperativista já vai tendo muita expansão em Portugal, já vai tomando corpo por iniciativa dos próprios camponeses das mais variadas regiões do país. A carta dirigida pelo sr. Joaquim Pedro de Sentieiras refere-se à constituição de uma cooperativa florestal. Diz o sr. Joaquim Pedro reconhecer as vantagens dessa cooperativa mas que têm tido dificuldades em convencer os outros pequenos e médios proprietários como ele. Por um lado dir-lhe-ia para não desanimar na difusão da ideia cooperativa e das suas vantagens, por outro lado aconselhava-o a contactar não somente os serviços regionais do Ministério da Agricultura mas a procurar apoio também nos serviços centrais. Assim deverá dirigir-se ao Ministério da Agricultura e muito especialmente aos Serviços Florestais onde lhe será dado todo o apoio técnico e financeiro.

BLASCO HUGO FERNANDES

1580-1640

Revoltas populares

Como vimos, a crise política que o País atravessou desde a morte de D. Sebastião até à do Cardeal D. Henrique e a acção dos grandes nobres a favor de um governo estrangeiro, levou à invasão e tomada de Portugal por tropas espanholas, comandadas pelo duque de Alba. Filipe II concretizou assim o seu sonho da união ibérica, isto é, a formação de um só reino na Península Ibérica, aspiração que já tinha longos anos* e de que os espanhóis ainda não desistiram totalmente.

Muitas coisas foram prometidas aos portugueses pelo monarca espanhol quando em Março de 1580 reuniu cortes em Almeirim depois de ter derrotado o exército popular comandado por D. António, Prior do Crato, em Alcântara.

Desta maneira foi afastado o único pretendente ao trono português que tivera a coragem de encabeçar a revolta popular contra o invasor estrangeiro.

Novamente em 1581 reúne as cortes em Tomar. Aí Filipe de Espanha confirmou a maior parte das promessas feitas nas cortes de Almeirim e que eram essencialmente as seguintes:

- respeitar-se-iam os usos, costumes, foros, privilégios e liberdades existentes em Portugal;
- os assuntos referentes a Portugal só seriam resolvidos em terra portuguesa;
- O vice-rei ou governador de Portugal seria português;
- todos os cargos seriam dados a portugueses;
- as guarnições das fortalezas seriam feitas com soldados portugueses;
- a moeda seria cunhada em Portugal exclusivamente com as armas e escudo portugueses;
- seria sempre respeitada a língua portuguesa;
- etc.

Quer dizer, segundo o que ficou estipulado nessas cortes, os portugueses fariam a sua vida como se nada tivesse acontecido. Só o rei era estrangeiro e, como não podia estar sempre em Portugal, substituí-lo-ia um governador português.

Parece, à primeira vista, que estas condições aquietariam o povo e que

nao haveria motivo para reacear uma ofensiva popular.

As cláusulas do tratado saídas das cortes de Tomar de 1581 tinham precisamente esse sentido: acalmar os ânimos de alguns e sobretudo apaziguar «as gentes» que sempre deram mostras de estar contra o domínio estrangeiro.

Esta crescente revolta popular deve-se antes a um desejo de libertação dos opressores do que a um sentimento puramente patriótico.

Os trabalhadores portugueses sabiam bem quais as consequências de serem explorados por dois senhores, um nacional e outro estrangeiro, cuja cobiça tornava difícil a vida dos portugueses. Não escapava ao povo que dois comem mais que um e que se a exploração a que estavam submetidos por parte da nobreza e do clero português já era um fardo pesado, com o domínio espanhol tornava-se insuportável.

O povo compreendia bem a quem cabia pagar as despesas do exército espanhol estacionado em Portugal, os novos privilégios que a traição acrescentara à riqueza escandalizante de alguns nobres portugueses e o «direito» de explorar que a nobreza espanhola tinha adquirido com a conquista do nosso país.

As promessas de Almeirim e de Tomar breve foram esquecidas e a vida dos portugueses, especialmente as camadas mais exploradas, tornou-se um pesadelo. Aumentaram os impostos, desrespeitou-se tudo quanto tinha sido acordado.

A humilhação, o aumento de impostos, a exploração cada vez maior foi o fermento que fez levedar a revolta do povo português.

Se uns ansiavam por que aparecesse um chefe que os libertasse da opressão estrangeira, outros tinham esperança que D. Sebastião haveria ainda de

voltar (ninguém o tinha visto morrer em Alcácer Quibir) e expulsaria os espanhóis.

Em 1585 aparece na Ericeira um tal Mateus Álvares, natural dos Açores, filho de um pedreiro que, por ter muitas semelhanças com D. Sebastião, consentiu fazer-se passar pelo rei português. Conseguiu assim juntar à sua volta mais de mil pessoas para combater os opressores. A 14 de Junho do mesmo ano foi descoberto, enforcado e esquartejado o seu cadáver.

São sempre estes os processos que os exploradores usam para castigar quem tenha a ousadia de se revoltar ou de simplesmente denunciar a injustiça da exploração do homem pelo homem.

Alguns mais realistas entram em revolta aberta porque sentiram sempre morder na carne as queimaduras da exploração.

Em 1628, na cidade do Porto «...correu voz entre a gente vulgar que lhe vinham impor novos tributos, até sobre as maçarocas» (imposto sobre o fio enrolado no fuso ou roca). Esta alteração da «ordem» ficou conhecida na História com o nome de «Revolta das Maçarocas». Com este nome «se apelidaram uns aos outros investindo em grande tropel com a porta do convento, feriram um laçao Francisco Lucena (enviado do rei espanhol) e começaram a apedrejar as portas... O capitão-mor acudiu apressadamente com uma companhia de soldados... com cuja vista fugiram os amotinados».

A revolta do Porto segue-se uma em Lisboa em 1637. Amotinaram-se os pescadores por causa do imposto sobre o pescado lançado por ordem do rei espanhol.

«...Não querendo consentir (no imposto) desistiram de pescar». Não se limitaram a fazer greve os pescadores

Com a Restauração ganharam, ainda, a nobreza e o clero — a luta continuava



de Lisboa, organizaram piquetes de vigilância para evitar que pescadores vindos doutros locais descarregassem peixe em Lisboa.

E fizeram mais os amotinados pescadores de Lisboa: «...saltaram à barca (que vinha de Setúbal) e botaram o peixe que trazia ao mar, e seguido o motim continuaram com pedradas por toda a Ribeira e Terreiro do Paço e ainda chegaram a quebrar algumas janelas do forte.»

Nem um só gesto de revolta se levanta do lado da nobreza ou do clero, antes pelo contrário não perdiam ocasião de denunciar os revoltosos contribuindo assim para o seu castigo. Não admira esta actuação por parte das classes privilegiadas portuguesas porque continha-lhes manter a situação que acrescentara os seus privilégios e lhes encherá os bolsos de ouro.

O povo é que estava cada vez menos disposto a sustentar tantos exploradores e, apesar da repressão e castigos mortais que os amotinados sofriam, continuavam a revoltar-se cada vez com mais raiva.

Também em 1637 o povo de Évora não aguentava mais tal situação e amotinou-se contra os espanhóis por causa do alto preço do trigo e outros pesados impostos que agravam mais a já difícil situação.

A revolta estala e, durante sete meses, de Agosto de 1637 a Janeiro de 1638, «é o povo quem mais ordena» em Évora. Foi assaltada, saqueada e incendiada a residência do magistrado que queria impor um imposto de 500 000 cruzados à cidade de Évora. Assaltaram e queimaram os registos públicos, as balanças da casa do fiscal, libertaram presos e saquearam cartórios públicos.

Assustados com o rumo que as coisas estavam a levar, os nobres reuniram-se na Igreja de Santo Antão e formam uma espécie de junta que se propunha encontrar os meios necessários para solucionar a situação junto dos representantes espanhóis.

O povo não se deixou iludir e respondeu a tal hipótese «...que para os «grandes» nunca havia novas leis que não fossem interpretadas a seu favor... e diziam que os senhores e poderosos de Évora não sentiam a desumanidade com que era tratado o povo de Évora, porque não eram do povo.»

Foram assim recusados os «bons» serviços dos nobres e intimavam-nos mesmo a que «...se juntassem com os populares... ou procederiam contra eles como contra inimigos do bem público.»

Falhada a tentativa contra-revolucionária da Junta de Santo Antão que não visava a resolução dos problemas, mas antes a denúncia e o castigo dos revoltosos, institui-se então um poder clandestino, popular, cujas proclamações e provisões eram atribuídas ao Manuelinho, doido muito conhecido na cidade de Évora.

Este poder que se escondia por detrás do nome de um louco era quem governava e dirigia a revolução na cidade de Évora. Porém a notícia da revolta saltou as muralhas e alastrou por quase todo o País. À excepção de Vila Viçosa, Elvas, Moura, Beja em breve todo o Alentejo aderiu, ultrapassando mesmo este espaço geográfico e segue-lhe o exemplo o Algarve, o Ribatejo e chega mesmo ao Porto.

Em breve são mandados a Portugal alguns dos melhores chefes militares espanhóis que afogam em sangue a rebelião popular.

Muitos revoltosos pagam com a vida a esperança de liberdade que durará sete meses.



Filipe II de Espanha — o povo sabia as consequências de ser explorado por dois senhores, um nacional e outro estrangeiro

Esta facilidade de descoberta dos revoltosos e o seu castigo sangrento foi facilitada pela denúncia e desinteresse dos privilegiados portugueses.

Estávamos em princípios de 1638 e, apesar da repressão feroz, os ânimos não acalmavam. Dir-se-ia que o sangue derramado continha as sementes da revolta que iriam nascer com mais intensidade aqui e ali em todo o País.

Tudo isto se passava sob o olhar da fidalguia portuguesa que se inquietava não por causa do domínio estrangeiro ou porque os incomodasse os assassinios cometidos pelos espanhóis, mas porque receavam que o povo pudesse vir a tomar o poder. Era isso que os aterrorizava. A Lei do Manuelinho pelo seu conteúdo explica bem o terror que se apoderou das classes privilegiadas portuguesas:

«Nós com alçada sobre os traidores e prejuos da pátria, executores dos tributos de um rei tirano, fazemos saber que levados nós do cristianíssimo zelo da honra de Deus, amor da pátria, fome de nossos irmãos, pobreza de nossos pais... finalmente da grande pobreza de que a nós se queixa toda a gente... mandados a toda a pessoa, assim seculares, como frades e clérigos e os padres da Companhia de Jesus,

estejam prestes com as suas orações e pessoas para nos acudirem a executar a sentença... para que morra todo o que for traidor da pátria, e quiser executar os tributos do rei tirano...»

Neste contexto as classes privilegiadas portuguesas tinham de tomar uma das duas opções:

- 1 — ou continuavam indiferentes a gozar dos lucros da traição, embora arriscando-se a que o povo tomasse o poder;
- 2 — ou revoltavam-se contra a Espanha, tomam o poder e proclamavam a independência, controlando assim o descontentamento popular.

Foi esta segunda alternativa que as classes privilegiadas escolheram, conhecida como era que a ocasião era favorável a uma revolta contra o domínio espanhol, uma vez que a Espanha se encontrava enfraquecida por lutas que se vira obrigada a travar contra a França, Inglaterra e Holanda e estava a braços com uma crise interna levantada pelo desejo de independência da província de Catalunha.

A revolta da nobreza deu-se a 1 de Dezembro de 1640, data em que é restabelecida a independência de Portugal sem a colaboração das classes populares que, por isso, não viram melhorada a sua situação.

Os que pouco ou nada ganharam com a restauração da independência continuaram a luta contra as classes dominantes portuguesas.

Em 1640 muitos fidalgos portugueses tinham fugido para Espanha para lutar contra Portugal na esperança de voltar aos «bons tempos.» Em 1641 «o povo determinou castigar nos fidalgos que ficaram o delito dos que fugiram.»

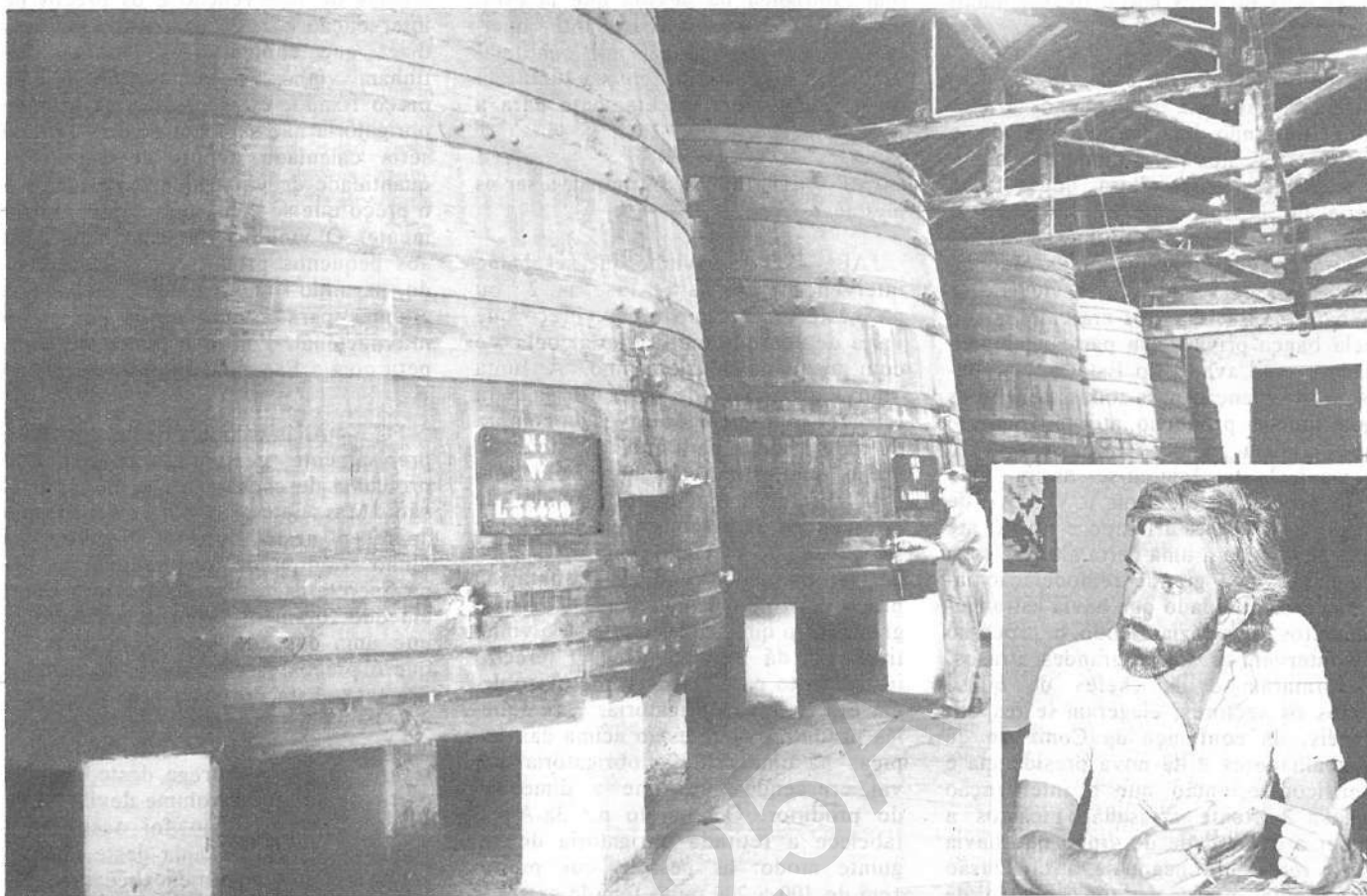
No Funchal as coisas passaram-se de outra maneira e o povo resolve ele mesmo fazer a restauração: substituíram o juiz o vereador e almotacel, o provedor da alfândega, etc.

No continente as coisas também não correram muito a favor dos interesses da nobreza triunfante e em 1661 a cidade do Porto revoltou-se contra o imposto do papel selado.

Todas estas revoltas populares contra os opressores, fossem eles espanhóis ou portugueses, não conseguiram alcançar um poder duradouro porque lhes faltava a consciência de classe que leva a unir o povo para atingir um objectivo comum; faltava-lhes um programa político em torno do qual se unissem todos os oprimidos.

A nobreza era quem tinha as armas e pela sua posição social não lhes convinha apoiar o poder popular porque isso significava a perda dos seus privilégios. Por isso a nobreza e clero portugueses ajudaram muitas vezes a esmagar as revoltas populares

DIAMANTINO TRINDADE



**Avelino Borges:
Vice-presidente da J.N.V.**

A colheita vinícola de 1974 foi na ordem dos 14 milhões de hectolitros, quando a produção normal é de 11 milhões de hectolitros. Se à produção anormal dos dois últimos anos juntarmos o fim da exploração colonial em Angola, a crise nas relações económicas dos países capitalistas e a falta de estruturas internas — ausência de planeamento, cooperativismo insuficiente, pequena capacidade de armazenagem, deficiente comercialização entre outras, poderemos compreender a situação em que muitos produtores do nosso país se encontram: com o vinho antigo ainda em casa e em riscos de não ter possibilidade de armazenar o novo.

A carta de uma nossa leitora foi assim motivo para uma conversa na Junta Nacional do Vinho, com José Avelino Borges, vice-presidente e Fernando Cortês, director comercial. Dizia a nossa leitora ter três pipas de vinho que não conseguia vender e afirmava: «Os pequenos lavradores precisam de ter quem lhes compre, especialmente o vinho que produzem durante o ano e que lho paguem a preço que compense o gasto que tiveram, e que lho não deixem em casa com o risco de se estragar nas

A Junta Nacional do Vinho retirará 3.400.000 de hectos. de vinho até fins de Setembro

pipas, para poderem cultivar as terras e pagar o que precisam para viver».

JAB — Em primeiro lugar gostaria de dizer que é de estranhar que uma pessoa ainda tenha esta dúvida, na medida em que a Junta já fez três tipos de intervenção; o 1.º que começou em fins de Fevereiro em que comprámos ou começou a ser comprado todo o vinho na produção até às 20 pipas. Todas as pessoas que tinham uma produção até 20 pipas tinham a possibilidade de vender esse vinho à Junta. O preço atribuído para vinho de 1.ª qualidade e de 12º foi de 4\$00 para o branco e 5\$00 para o tinto. Isto foi a 1.ª fase e portanto esta senhora que tem 3 pipas estava dentro da 1.ª fase.

CdP — O que faz admitir a possibilidade de não ter sido informada da intervenção da Junta.

FC — Há aqui dois pontos a focar, não é só a falta de informação a única

causa possível. Até é provável que neste momento muita gente tenha tido conhecimento da intervenção e não tenha manifestado o volume para intervenção. Porquê? Porque havia, e quanto a nós perfeitamente justificada, uma imagem negativa da Junta. A JNV era uma coisa que existia para apoiar os grandes produtores, os grandes armazenistas, os grandes exportadores. E os preços que a Junta garantia não eram de modo algum compensadores relativamente ao preço que até os próprios comerciantes de vinho compravam. Não é de um momento para o outro que se mudam as mentalidades, as imagens dos organismos. Há assim de início a retracção, o afastamento de muita gente que não manifesta o vinho para a intervenção não só por desconhecimento relativamente a essa intervenção, mas também por desconhecimento do que é actualmente a JNV.

É provável que esta senhora ou não tenha tido conhecimento da interven-

ção, ou tenha tido conhecimento mas não se esquecesse da imagem que a JNV tinha antigamente e conjugando esses dois factores não o tivesse manifestado.

JAB — Na 1.^a fase de intervenção surgiu o problema de pequenos produtores que não haviam manifestado o vinho e que nós permitimos que manifestassem. Nessa altura houve uma série de pessoas que se inscreveram bem como cooperativas que se inscreveram com o vinho dos seus associados. Na 2.^a fase quando se viu que se tinha dinheiro, que nos era emprestado pela banca privada em parte nacionalizada e com avales do Estado, alargou-se a intervenção para todas as pessoas que tinham produção até 150 pipas e que podiam vender se quisessem 20 pipas à Junta. Iniciou-se, assim, todo este processo de retirar o vinho e de pagar às pessoas a tempo e horas, até que se chegou a uma certa altura e teve de haver uma grande remodelação interna da Junta dado que havia estrangulamentos que faziam todo o processo de intervenção sofrer grandes atrasos. Reformaram-se os chefes de quase todos os sectores, elegeram-se responsáveis, da confiança da Comissão de Trabalhadores e da nova presidência e verificou-se então que a intervenção estava bastante atrasada. Ficámos a saber a quantidade de vinho que havia para retirar e chegou-se à conclusão que havia que fazer um balanço de toda a capacidade de armazenagem privada e de toda a capacidade ainda possível de construir, dado que a capacidade que se está a construir na Junta é de betão e leva um certo tempo. Com a construção em betão estamos também a dar trabalho à construção civil. A partir daí compraram-se todos os depósitos metálicos possíveis, requisitaram-se as caldeiras para a destilação do vinho e conseguiu-se um novo empréstimo de 500 mil contos.

Em princípios de Agosto alargou-se a intervenção para a compra de todo o vinho da produção até 100 pipas. Temos assim 3 fases: tudo até 20 pipas, depois as pessoas produtoras de 20 a 150 pipas que podiam entregar 20 e agora tudo até 100 pipas.

CdP — Quanto a prazos?

JAB — Os prazos já acabaram. O novo prazo é só até 20 de Agosto, mas apesar de os prazos já estarem acabados mandaram-se circulares para todos os Grémios da Lavoura, todos os armazéns da Junta, todas as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, todas as Cooperativas dizendo que todas as pessoas que primeiro não tivessem manifestado, depois que não se tivessem candidatado à venda, ainda o podem fazer. E basta escreverem uma carta a dizerem que o querem, não necessitando de justificar porquê. Carta

dirigida à Junta, que pode ser entregue no Grémio se têm confiança no Grémio, entregue no nosso armazém se têm confiança na pessoa que lá está, isto porque há pessoas bastante «queimadas» a nível regional para continuarem à frente dos armazéns da Junta, ou então escreverem directamente para a sede.

CdP — Os preços continuam a ser o mesmos?

JAB — Todo o vinho que se chama intervenção seja na 1.^a fase, na 2.^a ou na 3.^a tem o mesmo preço. Preço que varia de acordo com o grau alcoólico e com a qualidade do vinho. A Junta intervém também de outra forma para resolver o problema, através da compra de todo o vinho para queima, isto é, do vinho que está a azedar-se. Há aqui uma diferença enquanto o vinho de intervenção as pessoas vendem à Junta se quiserem, o vinho para queima é obrigatoriamente vendido à Junta. O preço do vinho de queima é de \$20 o grau/litro o que significa que se o vinho tiver 12° dá 2\$40 o litro. O terceiro instrumento para resolvermos o problema é a retirada obrigatória. Para aqueles produtores que estão acima das 100 pipas há uma retirada obrigatória que vai crescendo conforme a dimensão do produtor. O Decreto n.º 38-A estabelece a retirada obrigatória do seguinte modo: as pessoas que produzem de 100 a 200 pipas têm de entregar obrigatoriamente 10% da sua produção, entre 200 a 500 pipas — 15%, de 500 a



Pequenos produtores — a compra de toda a produção até 100 pipas (500 hecl)

1000 — 20%, de 1000 a 1500 — 25%, de 1500 a 2500 — 30% e acima de 2500 — 35%. Isto significa que os latifundiários têm de entregar 35% da sua produção à Junta.

PAGAR MAIS AOS PEQUENOS PAGAR MENOS AOS GRANDES

CdP — Qual o preço a que é pago o vinho de retirada obrigatória?

JAB — Este decreto diz que o vinho será pago no termo das operações de escoamento e no prazo de 12 meses

pelo preço que for valorizado pela Junta o qual será calculado tendo em conta a classificação estabelecida nas tabelas de intervenção e os preços de intervenção e de escoamento. Quer isto dizer que enquanto as pessoas que tinham vinho de intervenção tinham preço fixado, estas pessoas de entrega obrigatória não sabem o preço. O preço seria calculado depois de termos a quantidade de vinho que exportámos e o preço que se conseguiu internacionalmente. O vinho seria pago mais caro aos pequenos produtores e decrescendo, pagando sucessivamente menos aos grandes para assim termos um preço internacional. Pois que temos de competir com a Espanha, França, Argélia...

FC — Aliás a lógica deste decreto é precisamente e fundamentalmente o problema do escoamento e da exportação. Mas note-se uma coisa, o não aparecer neste decreto o preço do vinho resultou de uma reunião havida na Secretaria de Estado da Agricultura em que foram os próprios agricultores que uma das coisas que quiseram foi que o preço fosse estabelecido posteriormente. Esta proposta veio das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores e ainda mais, a proposta feita inicialmente era de que a entrega deste vinho a partir de um certo volume devia ser de graça, mas isso não foi aceite pela Junta. A partir da saída deste decreto surgiu um movimento encabeçado pelos grandes produtores que contestava o decreto e apresentava reivindicações.

CdP — Quais as reivindicações desses produtores?

JAB — A principal reivindicação que essas pessoas faziam era o estabelecimento de um preço justo para o vinho bloqueado. Ora o que a Junta entendeu? Que o que interessava fazer aqui como «preço justo para o vinho bloqueado» era o preço para aquelas pessoas que podem ser considerados médios produtores e que com os «problemas» dos grandes latifundiários não tínhamos de nos preocupar agora. E para darmos uma certa segurança aos agricultores fizemos uma nota em que pomos os preços para os médios produtores, considerando médios até 300 pipas.

CdP — Isto para todo o País?

JAB — Sim, para todo o País. As áreas que não são cobertas pela Junta como é a Região dos Vinhos Verdes e a Região do Vinho do Dão normalmente fazem uma intervenção idêntica ao da Junta. Pensámos nós que ao divulgar os preços resolvíamos os problemas que se poriam aos produtores que não sendo pequenos não são grandes. Considerámos o preço de intervenção, os tais 4 e 5 escudos, como 100 e disse-

mos que o vinho bloqueado do Decreto 38-A para as pessoas que estavam entre as 100 e 150 pipas o preço devia ser 85% e das 200 às 300 70%. Temos ainda de ver que nos preços de intervenção considerados 100 as pessoas ainda têm de pagar uma taxa que anda à volta de \$30 e recebem portanto \$370 pelo vinho branco. Se nós fizermos as contas para o vinho bloqueado dos produtores de 100 a 150 pipas verificamos que o vinho fica a \$340. Recebem \$340 enquanto os pequenos recebem \$370, o que não só cobre os custos de produção como a diferença não é grande. Para o vinho bloqueado dos produtores entre as 200 e as 300 pipas o litro fica a \$280 e acima das 300 pipas só dizemos os preços depois de calcular os custos de exportação.

Claro está que ainda há protestos por não divulgarmos estes preços mas só os poderemos calcular mais tarde. Isto para beneficiar os pequenos e médios em desfavor dos grandes produtores.

PREÇOS NO PRODUTOR PREÇOS NO CONSUMIDOR

CdP — A nossa leitora fala nas diferenças de preços de vinho para quem produz e para quem consome e diz: «Nestas aldeolas vive-se com uma ignorância crassa, que o povo, não se une em cooperativas, sem ser obrigado, ou mandado pelo Sr. abade da freguesia, e os intermediários desgraçam a vida dos lavradores, e não se pode viver da lavoura».

JAB — Isso explica-se por um lado pela existência de intermediários, mas não só pois que por um lado há um custo de comercialização bastante grande, um custo de engarrafamento, um custo de colocação nos mercados. Havendo também os custos dos transportes que estão a subir constantemente, sendo este um dos importantes problemas com que a Junta se depara. Há toda uma estrutura na comercialização que vai desde o produtor ao consumidor que encarece muito o produto. O retirar do intermediário resolve uma parte do problema mas não o resolve todo.

De resto aquilo que aflige mais as pessoas não é o preço a que compra o vinho para levar para nossa casa porque aí já tem havido intervenções oficiais conjuntamente com a Comissão de trabalhadores do Pão de Açúcar e tem-se conseguido colocar no mercado bom vinho engarrafado de cooperativas a preços entre os 10-13 escudos. O que é que escandaliza essencialmente as pessoas que escrevem este tipo de cartas? São aquelas pessoas que produzem o seu vinho, a Junta dá-lhes 4\$00 por ele mas elas por falta de informação vendem a um traficante por 2 ou 3 escudos e depois vêm a Lisboa, vão a um restaurante mal escolhido e mandam vir uma garrafinha de vinho e



Linhas de engarrafamento — rentáveis para uniões de cooperativas

pagam 30\$00 por ele. Os organismos oficiais competentes estão actualmente a rever todas as margens de comercialização para o vinho.

CdP — Vem aí a próxima colheita. Que vai fazer a Junta?

JAB — O problema fundamental que nós temos é de facto retirar o vinho até à próxima colheita que não vai ser tão grande como o ano passado. O que a Junta se compromete a fazer é o seguinte: a 1.ª fase de intervenção já terminou, todo o vinho da 2.ª fase é retirado até ao dia 31 de Agosto e a 3.ª fase, a de comprarmos tudo até às 100 pipas é feito do seguinte modo — começa-se pelos pequenos produtores a quem é feita a pergunta se precisam da capacidade que se encontra ainda com vinho. Se o produtor não se importa que o vinho esteja lá mais tempo pois será dos últimos a retirar-se. Aquelas pessoas que tem grandes problemas, que só têm uma determinada capacidade e não sabem onde hão-de meter o novo vinho pois a esses será retirado o mais depressa possível.

A armazenagem tem 3 fins, um é a armazenagem para queimar e transformar em aguardente que pode ser comercializada ou utilizada para beneficiar os vinhos generosos. A armazenagem pode também servir para envelhecer os vinhos de boa qualidade e para tentarmos exportar.

EXPORTAÇÃO: PROCURA DE NOVOS MERCADOS

CdP — O que tem sido feito no campo das exportações?

FC — Convém primeiro explicar a política da Junta em relação à exportação. A Junta só entrou na exportação do vinho este ano e o problema que se punha não era ir substituir o exportador privado mas sim tentar exportar mais do que havia sido feito nos anos anteriores já que a produção havia sido

substancialmente maior. A retracção de certos mercados tradicionais, provenientes de razões económicas e políticas, o que fez com que as exportações dos exportadores privados tivesse baixado, o aumento dos custos de produção em Portugal, o facto de se ter entrado bastante tarde nos mercados internacionais e os preços baixos do vinho espanhol dão uma noção das dificuldades com que a Junta deparou ao realizar as exportações. Acabámos também com a política de subsídios à exportação que só beneficiava os grandes exportadores e eram pagos por todo o povo através de impostos.

A política da Junta foi a de procurar novos mercados. Começámos pelos países do leste, a União Soviética não só por ser um consumidor de vinho com um consumo por cabeça modesto, como por ser um país com 250 milhões de habitantes e portanto um enorme mercado potencial. Entrámos também em contacto com outros países tais como a Polónia, a República Democrática Alemã, a Hungria, e conseguimos alguns contratos.

CdP — Concretamente?

FC — Para a União Soviética já estabelecemos 2 contratos, o 1.º de 155 mil hectolitros e outro de 290 mil hectolitros com possibilidades de chegar aos 300 mil. Destes contratos o 1.º estará concluído até fins de Agosto e o segundo até fins de Setembro. Já apresentámos uma proposta para um 3.º contrato com a U.R.S.S. Com a República Democrática Alemã já estabelecemos 5 contratos, o que em contas redondas, dá cerca de 100 mil hectolitros de vinho a granel e 5000 de vinho engarrafado. Os preços de venda para a R.D.A. foram de 4\$00 o branco e 4\$99. Para a União Soviética os preços foram no 1.º contrato de 3\$95 para o branco e 4\$49 para o tinto. No 2.º contrato o litro de branco foi pago a 4\$14 estando incluído o pagamento do transporte que foi feito em navios nacionais.

TRANSPORTES

CdP — Referiu há pouco o aumento nos preços dos transportes, como um importante problema. Porquê?

JAB — Os transportes a ideia que surge é a de combinação prévia dos transportadores. Os transportes com que começámos para a exportação surgiram com preços verdadeiramente acessíveis e estão de concurso para concurso a subir. Sobem, e quando os preços que eles levam sobem devia ter subido alguma coisa, ora não subiu o combustível, não subiram os impostos nem subiu a mão-de-obra. Eles dizem necessitar de subir os preços mas a verdade é que nenhuma das componentes do custo subiu. E nós temos de facto de utilizar os transportadores pois que se há excesso de vinho no Pinhel ou na Covilhã e se temos capacidade de armazenagem no Ribatejo há que fazer o transporte. Isto é um problema que está a ser estudado e o Governo terá dentro de muito pouco tempo de tomar uma posição.

COOPERATIVAS E REACCIONÁRIOS

CdP — Diz a nossa leitora: «Era bom que as cooperativas fossem obrigatórias para a lavoura, que fossem feitas por verdadeiros socialistas e não fascistas encapotados de democratas, que os senhores padres de Portugal fossem obrigados todos a tratar só de religião e mais nada, que os professores e funcionários reaccionários fossem todos reformados para não andarem a atraioçar a revolução»

JAB — A maioria das cooperativas foram feitas não espontaneamente mas provocadas pelo Governo, não só as adegas cooperativas como as outras e gastou-se-lhes o nome. A maior parte das cooperativas são associações de médios e grandes agricultores ou lavradores, que continuam a receber bastante ajuda por parte do Estado. E o que é que acontece? É que a maioria das cooperativas não foram saneadas e se algumas já tinham boas direcções antes do 25 de Abril, a maioria não tinha. Como a entrada de novos sócios é decidida em assembleia geral eles não permitem que os pequenos lá entrem, e isto acontece em muitas. Voltando ao caso desta senhora que tem 3 pipas terá grandes dificuldades em entrar numa cooperativa. Ela deverá juntar-se à Liga dos Pequenos e Médios Agricultores se os houver na sua região.

CdP — E quanto a novas cooperativas?

JAB — Há certas zonas em que não deviam surgir novas cooperativas, devia era haver o alargamento das já existentes. Isto porque, por vezes, em certas zonas acontece cada concelho ter a sua cooperativa que tem uma

produção de vinho limitada e quando vamos para a comercialização há logo uma grande variedade de vinhos, o que não permite o fornecimento de grandes quantidades. Assim se pegássemos em várias adegas vizinhas e fizéssemos um só vinho ele seria não só bastante bom como a quantidade seria suficientemente grande para fazermos a sua promoção. A ajuda ao cooperativismo está centrada no Ministério da Agricultura embora a Junta ainda esteja a fazer financiamentos e a avalizar empréstimos. Há ainda outra questão, muitas vezes as cooperativas de produção deviam unir-se com outras e fazerem a comercialização conjuntamente. É mais lógico haver uma linha de engarrafamento, pertença de várias cooperativas, junto dos centros consumidores. Porto e Lisboa, do que cada cooperativa estar a montar a sua linha de engarrafamento e depois ter de pagar transportes mais caros. Há que criar novas cooperativas onde as não há e são necessárias, mas há sobretudo que dimensionar e unir as existentes para a comercialização.

ACÇÃO DA JUNTA

CdP — É por vezes a Junta acusada de inoperante e de ineficaz...

JAB — A Junta antigamente cobrava taxas, ajudava os grandes produtores a terem melhor qualidade de vinho, dava subsídios aos armazenistas, comprava o vinho barato aos pequenos e caro aos grandes e vendia-o baratíssimo aos armazenistas que depois exportavam. Isto tudo com o dinheiro do povo.

Agora eu pergunto como é que se

SAÚDE

(Cont. da pág. 25)

A carne picada pode ser passada na manteiga e acompanhada com esparregados simples, sem condimentos, ou arroz de manteiga. Pode tornar-se mais saborosa e macia a refeição de carne ou peixe, se lhe juntarmos um molho simples, tipo molho branco, feito com leite, farinha, manteiga e limão.

A partir do sexto mês é conveniente dar à criança biscoitos ou côdeas de pão para que ela possa friccionar as gengivas e ajudar, mecanicamente a erupção dentária.

Com tudo o que se tem aqui dito gostaríamos que ficasse bem clara a necessidade de variar a alimentação infantil a partir do terceiro ou quarto meses, desmamando progressivamente o bebé, evitando criar dietas uniformes, sempre iguais, que prolongadas por vários meses iriam criar, certamente carências alimentares.

Com o esquema alimentar do tipo do que fica exposto, consegue-se ao fim

pode ser operante como era necessário ser com um pessoal completamente envelhecido, com pessoal de chefia todo acima dos 60 anos, com uma estrutura regional à base do afilhado, do primo, do tio, com uma série de pessoas que nunca foram motivadas para trabalhar, que faziam o trabalho sem saber porquê ou para quê. Isto tudo com métodos extraordinariamente complicados dado que tinham aqui 1200 funcionários e não faziam intervenção há uns poucos de anos. Foi-se fazer intervenção com os métodos antigos o que era impossível e só vieram pessoas novas para aqui muito tarde. Gastámos uma grande parte do tempo a resolver injustiças no pessoal, já que os antigos presidentes lá porque uma pessoa os via cair no elevador já a não a promoviam criando assim um ambiente de insatisfação e frustração. Torna-se necessário ir a Chaves ver porque é que as cooperativas não estão satisfeitas com o que se passa, depois são os senhores de Pinhel que não estão nada a avançar com a intervenção que se quer ou então no Bombarral ou nas Caldas da Rainha estão a levantar problemas aos produtores e obrigam as pessoas a gastarem 150\$00 de táxi para irem receber 3 ou 4 contos. Toda uma máquina que estava deformada e que temos tentado modificar e dinamizar, pôr as pessoas a acreditar no progresso da Junta que está ao serviço do pequeno e médio produtor. Na parte técnica estamos a apoiar-nos nos técnicos agrícolas já que a maior parte dos engenheiros agrícolas ainda nem sequer se capacitou que têm de cumprir os horários. A inoperância herdámos-la e muito se tem conseguido fazer.

dos primeiros seis meses de vida um regime dietético de que faz parte o leite, sem contudo constituir o único alimento. Se a alimentação láctea estiver a ser feita com leite materno ou leite em pó especial, podem estes, depois dos sete meses, serem substituídos por leite fresco de vaca, sem que haja prejuízo para a criança normal.

Em todas as idades a alimentação infantil deve ser variada, tendo que haver particular atenção em que ela seja suficiente em proteínas e vitaminas. Terá pois que conter diariamente carne ou peixe, ovos, leite, vegetais e frutos.

Há por vezes, sobretudo na cidade, tendência para abusar do consumo de leite. O leite é particularmente importante e quase indispensável na alimentação da criança e do adolescente, mas não pode substituir a carne e o peixe numa alimentação equilibrada. A criança e o adolescente não devem ingerir diariamente mais que meio litro de leite.

MARIA DE LURDES PIRES NEVES

NORMAS DE HIGIENE

DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS ALIMENTARES



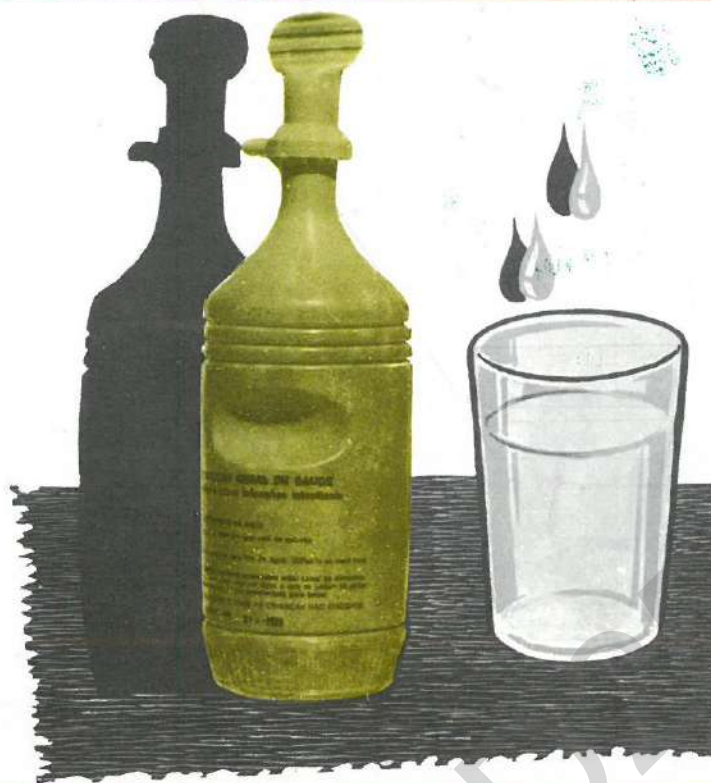
Os estabelecimentos de produtos alimentares não devem ser varridos a seco, mas sim lavados diariamente com água e sabão



Não é permitida a presença de animais domésticos nos estabelecimentos de venda de produtos alimentares, como também não é permitido o abate de animais nesses estabelecimentos

LUTE CONTRA A DOENÇA

RESPEITE ESTAS NORMAS DE HIGIENE



**DESINFECTE A ÁGUA
ANTES DE BEBER**

**Deite 2 gotas
de desinfetante
num litro de água**

**Espere 1/2 hora
antes de beber**



**DESINFECTE OS ALIMENTOS
QUE COME CRÚS**

**Deite 10 gotas
do desinfetante
num litro de água**

**Mergulhe os alimentos
e deixe-os 1/2 hora
de molho**

**Lave depois com
a água para beber**

